



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

FONTE: SPU/RO – ESTRADA DE FERRO MADEIRA - MAMORÉ – PORTO VELHO/RO.



**PORTO VELHO-RO, 2016
MARÇO/2016**

Secretaria de
Patrimônio da União

Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 a ser apresentado aos órgãos de controle interno e externo e a sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 e alterada pela IN TCU nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015, alterada pela DN TCU nº 147/2015, e da Portaria TCU nº 321/2015.

**PORTO VELHO-RO, 2016
MARÇO/2016**



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

LISTA DE ABREVIACIONES E SIGLAS

Nat. – Natureza
Qtd. – Quantidade
Sit. – Situação
Unid. - Unidade
Port. – Portaria
SPU- Secretaria do Patrimônio da União
UC- Unidade Central
SPU/RO- Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia
IN- Instrução Normativa
TCU- Tribunal de Contas da União
DN- Decisão Normativa
CGU- Controladora Geral da União
UJ- Unidade Jurisdicionada
UG- Unidade Gestora
SIORG- Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
LOA- Lei Orçamentária Anual
SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
CNAE- Classificação Nacional de Gestão do Patrimônio
PNGPU- Política Nacional de Gestão do Patrimônio
GIAPU- Gratificação de Incremento a Atividade de Administração do Patrimônio da União
PAN- Plano de Ação Nacional
PAC- Programa de Aceleração do Crescimento
SAGES- Sistema de Atos de Gestão
SIAPA- Sistema Integrado de Administração Patrimonial
DAU- Dívida Ativa da União
RIP- Registro Imobiliário Patrimonial
PPA- Plano Plurianual
SETAP- Setor de Atendimento ao Público
SERIN- Serviço de Recursos Internos
SEINI- Setor de Incorporação
CODES- Coordenação de Destinação Patrimonial
COCAP- Coordenação de Caracterização do Patrimônio
DIREP- Divisão de Receitas Patrimoniais
DIREF- Divisão de Regularização Fundiária e Habitação
SEGES- Seção de Gestão Estratégica
CJU- Consultoria Jurídica da União
DNIT- Departamento Nacional de Transportes Terrestre
UNIR- Universidade Federal de Rondônia
IFRO- Instituto Federal de Rondônia



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

LISTA DE QUADROS

QUADRO Nº 001: ORGANOGRAMA – SPU/RO.....	12
QUADRO Nº 002: MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	19
QUADRO Nº 003: INDICADORES INSTITUCIONAIS – INDICADORES GIAPU 2015.....	90
QUADRO Nº 004: SOLICITAÇÕES DE HOMOLOGAÇÕES DE AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS EM 2015.....	93
QUADRO Nº 005: PARECERES TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO REALIZADOS EM 2015.....	94
QUADRO Nº 006: NOTAS TÉCNICAS COCAP REALIZADAS EM 2015.....	97
QUADRO Nº 007: DESMEMBRAMENTOS REALIZADOS EM 2015.....	36
QUADRO Nº 008: INDICADOR B - FISCALIZAÇÃO E VISTORIAS.....	98
QUADRO Nº 009: CAPACITAÇÃO EM SPIUNET – 2015.....	41
QUADRO Nº 010: INDICADOR C – DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS (PORTARIA).....	104
QUADRO Nº 011: INDICADOR C – DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS (CONTRATOS).....	104
QUADRO Nº 012: APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA E INDIRETA.....	106
QUADRO Nº 013: APOSTILAMENTO DE TERMOS E CONTRATOS.....	106
QUADRO Nº 014: RETIFICAÇÃO DE ATOS	107
QUADRO Nº 015: AUTORIZAÇÃO DE OBRA	108
QUADRO Nº016: ESCRITURA DE COMPRA E VENDA.....	108
QUADRO Nº 017: DESTINAÇÃO - ADITAMENTO DE CONTRATOS	108
QUADRO Nº 018: ANUÊNCIA PARA TRANSFERÊNCIA DE CDRU E INSCRIÇÃO DE OCUPAÇÃO.....	108
QUADRO Nº 019: INDICADOR D – PUBLICAÇÃO DE PORTARIA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO.....	43
QUADRO Nº 020: PRINCIPAIS PROBLEMAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES.....	49
QUADRO Nº 021: FORÇA DE TRABALHO DA UPC.....	63
QUADRO Nº 022: DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA.....	64
QUADRO Nº 023: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE.....	109
QUADRO Nº 024: DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC	110
QUADRO Nº 025: DESPESAS DO PESSOAL.....	65
QUADRO Nº 026: EXTRAÇÃO SIAPA.....	110
QUADRO Nº 027: EXTRAÇÃO SPIUNET.....	111
QUADRO Nº 028: QUALIFICAÇÃO DOS DADOS SIAPA.....	112
QUADRO Nº 029: QUALIFICAÇÃO DOS DADOS SPIUNET.....	113
QUADRO Nº 030: LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEIS CADASTRADOS NO SIAPA E SPIUNET.....	114
QUADRO Nº 031: SITUAÇÃO DO IMÓVEIS CADASTRADOS NO SIAPA E SPIUNET.....	114



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

QUADRO Nº 032: CURSOS E TREINAMENTOS DE TI REALIZADOS.....	67
QUADRO Nº 033: FORÇA DE TRABALHO CGTEC.....	68
QUADRO Nº 034: DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS WORKSTATION.....	69
QUADRO Nº 035: SITUAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA UNIFICADO AO FIM DO ANO DE 2015.....	72
QUADRO Nº 036: DELIBERAÇÕES DO TCU/CGU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO.....	78
QUADRO Nº 037: MATRIZ DE RISCO SPU/UC.....	85

LISTAS DE TABELAS

TABELA Nº 001: METAS INSTITUCIONAIS.....	91
TABELA Nº 002: INDICADOR E – NOVO REGISTRO SPIUNET.....	34
TABELA Nº 003: ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE OCUPAÇÃO - HOMOLOGADOS NO SIAPA 2015.....	37
TABELA Nº 004: TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS EM - 2015.....	37
TABELA Nº 005: SUSPENSÃO POR DECISÃO JUDICIAL DE TAXA DE OCUPAÇÃO - 2015.....	38
TABELA Nº 006: VALORES DE ARRECADAÇÃO DE 2015.....	100
TABELA Nº 007: INDICADOR F – ARRECADAÇÃO PATRIMONIAL.....	38
TABELA Nº 008: ATUALIZAÇÃO DE IMÓVEIS NO SPIUNET – 2015.....	101
TABELA Nº 009: PLANO DE ATUALIZAÇÃO DE IMÓVEIS SOB O REGIME DE ENTREGA - ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DIRETA.....	116
TABELA Nº 010: INCONSISTÊNCIAS TRATADAS NO CADASTRO SIAPA.....	118

LISTAS DE FIGURAS

FIGURA 001: APURAÇÃO GIAPU 2015 DA SPU-RO.....	43
FIGURA 002: APURAÇÃO GIAPU 2015 – RO.....	44
FIGURA Nº003: BALANÇO PATRIMONIAL – TODOS OS ORÇAMENTOS.....	57
FIGURA Nº 004: DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – TODOS OS ORÇAMENTOS.....	59



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
1.0 <u>VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS</u>	10
1.1 Finalidade e competências.....	10
1.2 Ambiente de atuação.....	11
1.3 Organograma.....	12
1.3.1 Ao Superintendente incumbe.....	12
1.3.2 Seção de Gestão Estratégica – SEGES.....	13
1.3.3 Serviço de Recursos Internos – SERIN.....	14
1.3.4 Setor de Atendimento ao Público – SETAP.....	15
1.3.5 Setor de Incorporação de Imóveis- SEINI.....	15
1.3.6 Coordenação de Caracterização do Patrimônio – COCAP.....	15
1.3.7 Divisão de Receitas Patrimoniais – DIREP.....	16
1.3.8 Coordenação de Destinação Patrimonial – CODES.....	17
1.3.9 Divisão de Habitação e Regularização Fundiária – DIREF.....	17
1.3.10 Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Local – SEADL.....	18
1.4 Macroprocessos finalísticos.....	19
2.0 <u>PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL</u>	20
2.1 Planejamento Organizacional.....	20
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	21
2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico.....	22
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competência institucionais e outros planos.....	23
2.1.4 Formas e instrumento de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.....	24
2.2 Desempenho operacional.....	25
2.2.1 Informações sobre o Plano Nacional de Caracterização do Patrimônio Imobiliário da União.....	31
2.2.2 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	34
2.2.2.1 Setor de Incorporação de Imóveis- SEINI-RO.....	34
2.2.2.2 Coordenação de Caracterização do Patrimônio – COCAP-RO.....	35
2.2.2.3 Divisão de Receitas Patrimoniais – DIREP-RO.....	36
2.2.2.4 Coordenação de Destinação Patrimonial – CODES-RO.....	38
2.2.2.5 Divisão de Habitação e Regularização Fundiária – DIREF-RO.....	39
2.2.2.6 Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Local – SEADL-RO.....	42
3.0 <u>GOVERNANÇA</u>	45
3.1 Descrição das estruturas de governança.....	45
3.2 Gestão de risco e controle interno.....	47
4.0 <u>RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE</u>	50
4.1 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	50



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

4.1.1 Canais de Acesso ao Cidadão.....	50
4.1.1.1 Canais Virtuais.....	50
4.1.1.2 Atendimento Presencial.....	52
4.1.2 Audiências Públicas.....	53
4.1.3 Carta de serviços ao cidadão.....	54
4.2 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	54
4.2.1 Acessibilidade Física.....	55
4.2.2 Acessibilidade Virtual.....	56
4.3 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.....	56
5.0 <u>DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</u>	57
5.1 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	57
6.0 <u>ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO</u>	63
6.1 Gestão de pessoas.....	63
6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	63
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	65
6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	66
6.2.1 Demonstração da situação do imóveis da União.....	66
6.3 Gestão da Tecnologia da Informação.....	67
6.3.1 Principais sistemas de informações.....	75
7.0 <u>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</u>	78
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU e CGU.....	78
8.0 <u>OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES</u>	81
9.0 <u>ANEXOS E APÊNDICES</u>	90



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

APRESENTAÇÃO

A Secretaria do Patrimônio da União apresenta neste documento seu relatório de gestão relativo ao exercício de 2015. A elaboração do texto seguiu as orientações contidas na Instrução Normativa TCU 63/2010, alterada pela Decisão Normativa nº 72/2013, Decisão Normativa TCU nº 146/2015 alterada pela Decisão Normativa do TCU nº 147/2015 e Portaria TCU 321/2015 e legislação correlata.

Seguindo a estrutura definida nestes normativos, apresenta-se, dentre outros assuntos, informações gerenciais, operacionais, financeiras, contábeis e estratégicas acerca da condução da política de administração dos imóveis da União a cargo da SPU.

A Missão da SPU, consolidada na elaboração do Planejamento Estratégico vigente (2015) é: “Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos da Nação”.

Desta forma, fica expresso que o patrimônio da União compreende tanto áreas cuja localização, histórico e importância são adequadas ao uso da administração pública federal na prestação de serviços públicos; ao apoio a programas estratégicos do Estado, relacionados à logística e infraestrutura; assim como, contempla áreas utilizadas por particulares propícias a cumprir uma função arrecadadora; todas, porém, buscando cumprir a função socioambiental da propriedade pública.

Considerando este campo de atuação, as finalidades e competências da Secretaria englobam várias realidades e peculiaridades, desde questões geográficas até questões políticas, culturais e econômicas, tendo que interagir com diversos atores e entidades na busca pela melhor aplicação deste patrimônio de proporções maiúsculas.

O norte da gestão deste patrimônio tem sido a utilização dos imóveis de propriedade da União nos programas sociais e de infraestrutura, além de ações de regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social, seguindo as seguintes diretrizes:

- Intensificação e aperfeiçoamento da gestão patrimonial, abarcando sua identificação, incorporação e destinação;
- Ordenamento territorial e regularização fundiária, mediante cessão de áreas urbanas e rurais, compreendendo destinação de imóveis a programas de reforma agrária, implementação de projetos de regularização fundiária e habitação de interesse social, bem como demarcação e registro de áreas indígenas e de conservação ambiental;
- Racionalização da política de destinação de imóveis de domínio da União a órgãos públicos federais, estados e municípios, órgãos vinculados e entidades sem fins lucrativos, visando melhoria na qualidade de seus gastos, aliada à maior efetividade da intervenção estatal.
- Aumento da eficiência na arrecadação de receitas patrimoniais, buscando uma retribuição justa pela utilização dos bens da União;
- Serviços de atualização cartográfica e cadastral, inclusive dos imóveis oriundos de órgãos extintos, como a Rede Ferroviária Federal.

A estruturação funcional da Secretaria é norteada pelos macroprocessos necessários à gestão do patrimônio da União (Caracterização, Incorporação, Destinação, Gestão e Receitas Patrimoniais). Nesta perspectiva, os principais resultados institucionais decorrentes desta missão são: a) Apoio à Administração Pública Federal, b) Apoio aos Programas Estratégicos e c) Arrecadação de Receitas.

O presente relatório está estruturado, tanto quanto possível, seguindo a lógica sequencial dos macroprocessos existentes na Secretaria, cujas atividades relacionadas à gestão do patrimônio. Inicia-se



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

pela Caracterização (definição e demarcação das áreas da União), Incorporação (formalização do registro das áreas identificadas), Destinação (definição das finalidades do patrimônio, levando em consideração os princípios pertinentes) e gestão de receitas, responsável pela arrecadação dos valores devidos relativo ao uso dos imóveis da União).

A estrutura administrativa da SPU/RO é formada pelo Superintendente; (02) dois setores, um de atendimento ao público e outro de Incorporação, 01(uma) seção de Gestão Estratégica, 02 (duas) Coordenações, uma de Caracterização do Patrimônio e outra de Destinação; 02 (duas) Divisões, uma de Habitação e Regularização Fundiária e outra de Receitas Patrimoniais e 02 (dois) Setores de Serviços, sendo um de Apoio ao Desenvolvimento Local e outro de Recursos Internos.

Cabendo registrar que esta estrutura organizacional está constituída em função dos cargos comissionados existentes e de acordo com o Regimento Interno que fora aprovado em 25 de janeiro de 2014, sendo que obedece aos macros processos existentes na unidade central, desta forma espelha-se na formação da estrutura da Secretaria do Patrimônio da União.

Esta concepção de estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi motivada pela Política Nacional de Gestão Patrimonial, para possibilitar uma melhor distribuição das atividades e a correlação entre a unidade central e as regionais do Patrimônio da União.

Considerando as metas propostas e o plano de ação elaborado dentro do planejamento estratégico da Secretaria do Patrimônio da União, os objetivos foram alcançados em parte, pois devido a falta de pessoal e o corte no orçamento prejudicaram as ações previamente planejadas, outro ponto que vem causando prejuízo no andamento dos trabalhos é a falta de pessoal qualificado, pois não temos uma estrutura no órgão com formação especializada na área de patrimônio da União, o que seria solucionado com a criação de uma carreira, pois a matéria relativa ao patrimônio da União é complexa e de grande demanda, o que exige uma qualificação específica.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

1.0 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1 Finalidade e competências

A missão institucional da Secretaria do Patrimônio da União “Conhecer, Zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, e apoio aos programas estratégicos para a Nação” reflete o comando constitucional de garantia do cumprimento da função socioambiental da propriedade pública, por força disposto no Art. 20, da Constituição Federal de 1988, conceituados como bens da União.

Também derivam do texto da Constituição Federal, de forma implícita ou explícita os princípios que regem a atuação da Secretaria, sendo fonte primária de seus deveres. Dentre ele, destacamos os seguintes: Princípios da Administração Pública (Artigo 37 da CF/88): Legalidade, Impessoalidade, Proporcionalidade, Moralidade, Eficiência; Devido Processo Legal, Contraditório e Ampla Defesa; Motivação, Proporcionalidade, Razoabilidade; Autotutela, Supremacia do Interesse Público, Continuidade dos Serviços Públicos.

A necessidade de cumprimento da diretriz de cumprimento da função social, o governo estruturou a SPU para dar uma resposta efetiva a um problema histórico brasileiro, a concentração fundiária, que resulta em um déficit de moradia e de terra para a grande maioria da população, impondo um novo paradigma na gestão do patrimônio público que de terra de ninguém passa a ser visto como terra de todos os brasileiros, incluindo em seus desafios estratégicos a ampliação da capacidade de respostas às ações prioritárias do Governo Federal voltadas para a região amazônica, criou em 2009, o Programa Terra Legal, de regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Com as novas diretrizes governamentais em fazer uma gestão melhor dos bens da União e a inviabilidade natural pela distância, entre a localização do corpo técnico para administrar e a localização do patrimônio imobiliário da União existente em Rondônia foram fatores determinantes para a criação da Unidade como Gerência Regional, em 2005 e, transformada em Superintendência, em 2009, de modo a aparelhar a administração para adotar as providências necessárias ao zelo desse patrimônio, promovendo a regularização dominial, fiscalização de usos, à regularização de novos bens adquiridos para que possam ser aplicados nas diversas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região e do País.

A estrutura administrativa da Secretaria do Patrimônio da União, órgão criado para dar suporte aos dispositivos constitucionais a para administração do patrimônio da União, vem adaptando-se às mudanças naturais da gestão pública do governo federal, que até novembro de 2015 funcionou na forma prevista no art. 41 do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, que aprovou a estrutura regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com atribuições regulamentadas conforme Portaria nº 220, de quarta-feira, de 25 de junho de 2014, tendo como finalidade disposta no Art. 1º, *in verbis*: “A Secretaria do Patrimônio da União, órgão subordinado diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

- I - administrar o patrimônio imobiliário da União e zelar por sua conservação;
- II - adotar as providências necessárias à regularidade dominial dos bens da União;



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

- III - lavrar, com força de escritura pública, os contratos de aquisição, alienação, locação, arrendamento, aforamento, cessão e demais atos relativos a imóveis da União e providenciar os registros e as averbações junto aos cartórios competentes;
- IV - promover o controle, fiscalização e manutenção dos imóveis da União utilizados em serviço público;
- V - proceder à incorporação de bens imóveis ao patrimônio da União;
- VI - formular, propor, acompanhar e avaliar a política nacional de gestão do patrimônio da União, e os instrumentos necessários à sua implementação;
- VII - formular e propor a política de gestão do patrimônio das autarquias e das fundações públicas federais; e
- VIII - integrar a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.”

1.2 Ambiente de atuação

Para cumprimento à missão institucional da Secretaria do Patrimônio da União, a Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia-SPU/RO desenvolve suas ações alinhadas às finalidades do órgão central, operando diretamente para dar efetividade às políticas públicas do governo federal, de acordo com sua competência para gestão dos imóveis da União no estado de Rondônia, no que diz respeito, à administração, zelo e conservação; à regularidade dominial dos bens da União; lavrar, com força de escritura pública, os contratos de aquisição, alienação, locação, arrendamento, aforamento, cessão e demais atos relativos a imóveis da União e providenciar os registros e as averbações junto aos cartórios competentes; promover o controle, fiscalização e manutenção dos imóveis da União utilizados em serviço público; proceder à incorporação de bens imóveis ao patrimônio da União.

A implantação da unidade do Patrimônio da União em Rondônia deu-se em 2005. Anteriormente, até 1981, a administração dos bens da União foi feita pelo Governo do Território Federal de Rondônia, e, a ausência do órgão do patrimônio da união trouxe grandes dificuldades em identificar e caracterizar os bens da União nesta região, implicando nos prejuízos para a gestão desses bens até o presente, transformando o atendimento das demandas sobre esses bens, um dos maiores desafios para o órgão e da atuação da equipe da SPU/RO.

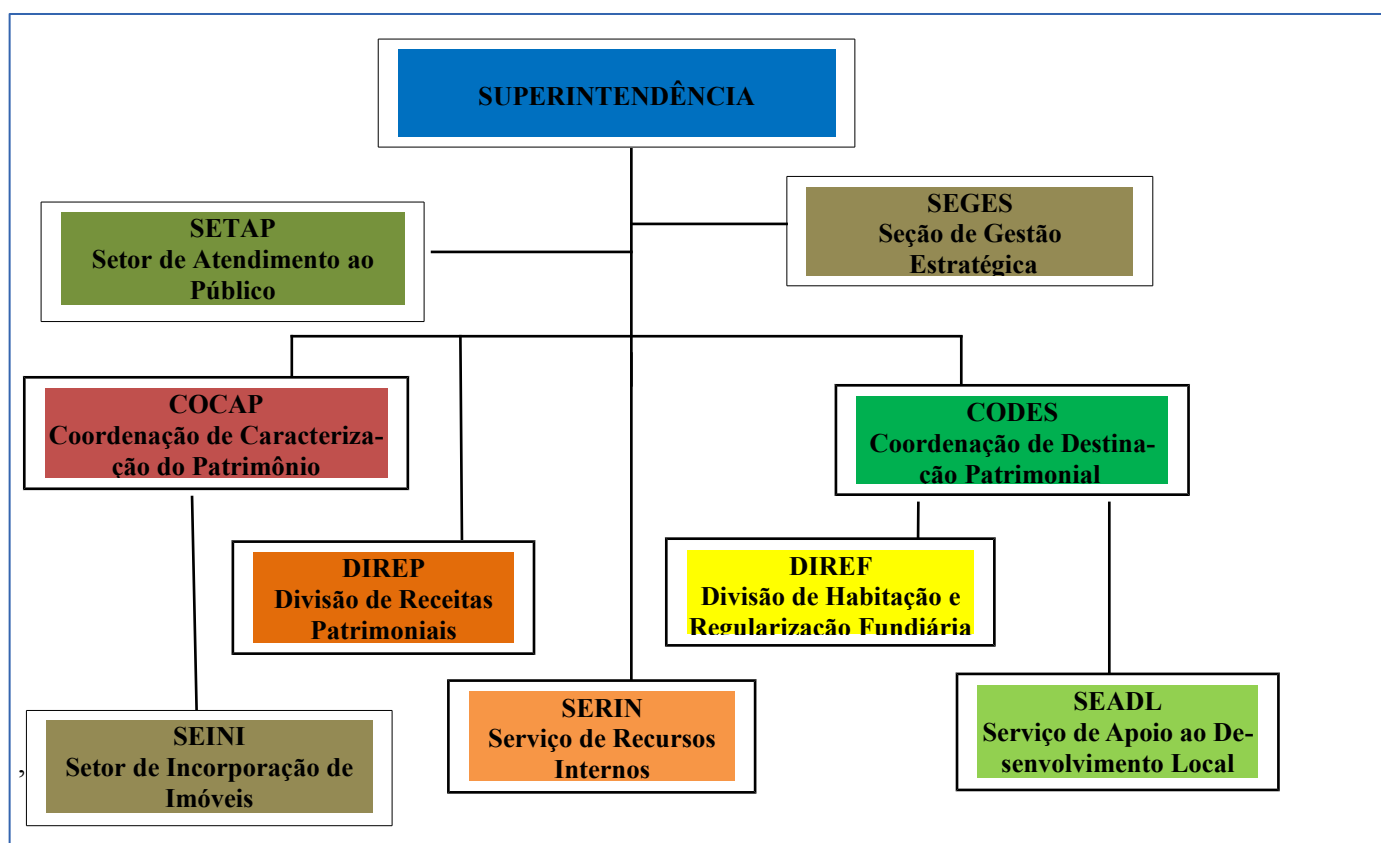
Para desenvolver as ações voltadas à inclusão social, preservação ambiental e desenvolvimento econômico sustentável, implementadas através dos projetos em áreas da União, inseridos nos principais Programas do Governo Federal como Programa de Aceleração do Crescimento, Programa Minha Casa Minha Vida, Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento, Plano Brasil Sem Miséria e Programa Terra Legal, além do Programa Nacional de Gestão do Patrimônio da União, a Unidade conta com a seguinte estrutura (Regimento Interno, aprovado através da Portaria 220, de 25.06.2014):



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

1.3 Organograma

QUADRO Nº001: ORGANOGRAMA – SPU/RO: elaborado com base na nova distribuição de cargos comissionados e em conformidade com o Regimento Interno junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG



1.3.1 Ao Superintendente incumbe:

- I - programar as ações de identificação, cadastramento, avaliação, incorporação, registro, destinação, fiscalização, cobrança, arrecadação de receitas, organização de recursos humanos e logísticos sob sua responsabilidade, modo coerente com o planejamento e normatização da Unidade Central;
- II - aprovar propostas, assinar acordos ou termos de cooperação técnica, que não envolvam repasse de recurso, sobre o patrimônio da União em seus respectivos estados, organizando, documentando e arquivando as informações e documentos arregimentados;
- III - autorizar a transferência de aforamento;
- IV - declarar a extinção dos aforamentos em conformidade com a legislação vigente;
- V - apreciar e decidir sobre a revigoração de aforamento;
- VI - providenciar o desmembramento de áreas da União, inclusive aquelas submetidas ao regime enfiteutico;
- VII - promover a inscrição de ocupação, sua transferência e cancelamento, observada a legislação vigente;



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

- VIII - lavrar e providenciar os registros dos termos de incorporação dos bens imóveis circunscritos à Superintendência;
- IX - lavrar e firmar os contratos de aquisição, alienação, locação, arrendamento, aforamento, cessões, concessões, autorizações, permissões e demais atos relativos a imóveis da União, bem como providenciar os registros e as averbações junto aos cartórios competentes;
- X - promover a inscrição dos contribuintes inadimplentes no CADIN;
- XI - acompanhar e promover as ações de arrecadação e cobrança administrativa;
- XII - encaminhar à Procuradoria da Fazenda Nacional os créditos patrimoniais vencidos e não pagos para inscrição na Dívida Ativa da União;
- XIII - expedir certidões e fornecer cópias de plantas e documentos na forma da legislação vigente;
- XIV - realizar os atos de ordenamento de despesas e de administração financeira dos recursos orçamentários e financeiros relacionados às atividades da Superintendência e que lhes sejam provisionados;
- XV - autorizar, no âmbito das atividades da Superintendência e quando admitido, a abertura de licitação, aprovar termos de referência e projetos básicos, bem como promover a nomeação de comissões e homologação de seus resultados;
- XVI - homologar as férias dos servidores lotados nas Superintendências e propor a interrupção de férias nos termos da legislação vigente;
- XVII - propor a nomeação, designação e dispensa dos servidores titulares de funções de confiança e substitutos eventuais;
- XVIII - acompanhar e controlar as atividades relativas à administração de recursos humanos, materiais e logísticos da Superintendência;
- XIX - autorizar os deslocamentos a serviço dos servidores que lhes sejam subordinados;
- XX - submeter ao Secretário a programação anual com as propostas de deslocamentos com pagamento de diárias e passagens em conformidade com a atividade a ser desenvolvida;
- XXI - promover, para fins de elaboração do Relatório de Atividades, Relatório de Gestão e fornecimento de subsídios para o Balanço Geral da União, o controle dos atos praticados no âmbito da respectiva Superintendência;
- XXII - propor planos de trabalho à Unidade Central;
- XXIII - coordenar ações de manutenção, depuração e atualização de cadastros; e
- XXIV - manter sob sua guarda e responsabilidade os documentos, títulos e processos de competência da Superintendência.

1.3.2 Seção de Gestão Estratégica – SEGES

- a) propor, consolidar e informar à Unidade Central indicadores e metas institucionais, no âmbito da gestão estratégica;
- b) apoiar a implantação e coordenar redes de gestão colaborativa de valor estratégico para a Superintendência;
- c) acompanhar e consolidar as informações para atendimento das demandas dos órgãos do Judiciário, Ministério Público e de controle, produzindo relatórios de situação;
- d) promover, em conjunto com as unidades da Superintendência, o atendimento das demandas dos órgãos do Judiciário, Ministério Público e de controle;
- e) assistir o Superintendente em suas representações políticas e sociais;
- f) coordenar as atividades de assessoramento ao Superintendente;



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

- g) prestar assessoria direta ao Superintendente promovendo a coordenação de projetos específicos que, a critério dele, devam ficar diretamente sob sua coordenação;
- h) apoiar a formulação, acompanhar a implantação e avaliar os resultados da PNGPU, por meio do seguinte processo:
 - 1. planejamento e gestão:
 - 1.1. organizar e difundir informações e instrumentos para o planejamento, a gestão e a avaliação da PNGPU;
 - 1.2. apoiar o processo decisório estratégico por meio da organização, moderação, registro e divulgação das reuniões de planejamento das instâncias participativas;
 - 1.3. promover, em conjunto com as demais unidades da Superintendência, a implantação de prática contínua de análise e planejamento estratégicos;
 - 1.4. auxiliar na identificação de sinais de mudança, de oportunidades, de riscos e de estratégias emergentes;
 - 1.5. elaborar, com base no Relatório de Atividades, o Relatório de Gestão;
- i) apoiar tecnicamente a gestão de projetos de natureza estratégica para a execução da PNGPU;

1.3.3 Serviço de Recursos Internos - SERIN

- a) apoio administrativo: executar as atividades relacionadas à logística, à documentação e informação, ao protocolo e ao gerenciamento do acervo documental;
- b) controlar e dirigir as atividades relativas à documentação e às correspondências encaminhadas à Superintendência, às publicações oficiais, e expedição e arquivo de despachos e decisões do Superintendente;
- c) acompanhar, dirigir e executar a movimentação de documentos e processos de responsabilidade da Superintendência no Sistema de Acompanhamento e Controle de Processos;
- d) planejar e coordenar as atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Orçamento e de Administração Financeira;
- e) planejar e coordenar as atividades relacionadas a transferências voluntárias de recursos orçamentários e financeiros;
- f) monitorar as atividades de programação orçamentária e financeira da SPU;
- g) orientar os atos relativos à execução orçamentária e financeira da SPU;
- h) gerenciar os procedimentos de concessão de diárias e passagens em colaboração com as demais áreas;
- i) planejar, coordenar, avaliar e controlar as atividades relacionadas à logística, ao apoio administrativo, à documentação e à informação, bem como acompanhar as políticas e ações relacionadas ao Sistema de Serviços Gerais - SISG;
- j) supervisionar as atividades de protocolo, bem como fiscalizar e orientar a aplicação das normas pertinentes;
- k) orientar e dar suporte às unidades da Superintendência no tratamento dos documentos arquivísticos;
- l) propor e avaliar programa de capacitação para os servidores da Superintendência;
- m) proceder ao acompanhamento funcional de pessoal lotado na Superintendência, orientando suas unidades quanto à aplicação da legislação de pessoal;
- n) prestar orientação técnica quanto à execução das atividades relacionadas ao pagamento da GIAPU;
- o) centralizar as demandas e informações relativas à infraestrutura das unidades da Superintendência, ressalvada a competência de outras áreas;
- p) administrar bens mobiliários; e



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

q) organizar as atividades necessárias à gestão de material permanente e de consumo da Superintendência.

1.3.4 Setor de Atendimento ao Público – SETAP

- a) prestar informações, explicações e orientações sobre serviços a serem prestados ao cidadão, procedimentos, legislação, projetos e demais informações que podem auxiliar na resolução de demandas dos usuários do patrimônio da União;
- b) fornecer formulários e entregar certidões;
- c) prestar informações relativas a processos e documentos em tramitação na SPU;
- d) protocolar documentos e solicitações encaminhadas pelos usuários;
- e) atendimento telefônico;
- f) providenciar o agendamento de reuniões entre os cidadãos e as unidades técnicas quando as informações não puderem ser fornecidas no âmbito dos atendentes; e
- g) proceder correção e alteração de dados nos sistemas da SPU, de acordo com sua alçada;

1.3.5 Setor de Incorporação de Imóveis- SEINI

- a) coordenar e controlar as atividades de incorporação imobiliária ao patrimônio da União, nas modalidades de aquisição por compra e venda, doação em pagamento, doação e usucapião administrativa;
- b) coordenar e controlar as atividades de incorporação imobiliária ao patrimônio da União de imóveis oriundos da extinção de órgãos da Administração Pública federal direta, autárquica ou fundacional, liquidação de empresa pública ou sociedade de economia mista;
- c) coordenar as atividades de transferência de imóveis ainda não incorporados ao patrimônio da União para composição de fundos legais ou para integrar o patrimônio de outros órgãos;
- d) planejar, coordenar e controlar as atividades de recebimento dos imóveis a serem incorporados;
- e) propiciar o controle das informações mínimas ao cadastramento do imóvel no sistema corporativo;
- f) orientar e providenciar a abertura do RIP;
- g) orientar e controlar as unidades da SPU na aquisição de bens imóveis; e
- h) planejar e coordenar as atividades de regularização documental e cartorial dos imóveis a serem incorporados ao patrimônio da União, por meio do seguinte processo:
 - 1. regularização patrimonial:
 - 1.1. levantar e verificar in loco os imóveis a serem incorporados, a preservação e regularização dominial desses imóveis e a articulação com entidades e instituições envolvidas;
 - 1.2. planejar e coordenar as ações da SPU relacionadas às medidas judiciais referentes à incorporação de imóveis ao patrimônio da União; e
 - 1.3. coordenar e monitorar ações voltadas à manutenção e guarda de imóveis ainda não incorporados ao patrimônio da União;

1.3.6 Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP

Fiscalização dos imóveis da União, por meio dos seguintes processos:

- 1. identificação do patrimônio:
 - 1.1. programar, executar, monitorar e avaliar as atividades de identificação (demarcação), cadastramento e levantamento, em campo, de imóveis de domínio da União;
 - 1.2. catalogar, organizar, adquirir, produzir, arquivar, tratar e disponibilizar plantas, mapas, imagens obtidas e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática;
 - 1.3. executar, monitorar e avaliar o Programa de Certificação Cadastral;



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

- 1.4. implementar as ações de sistematização para atualizar as informações cadastrais, bem como o banco de dados espacial relativo aos imóveis da União;
- 1.5. executar os relatórios das comissões encarregadas das demarcações das Linhas Médias de Enchentes Ordinárias - LMEO;
- 1.6. analisar os dados de vocação de áreas;
- 1.7. executar o levantamento de inconsistência cadastral, relativo ao cadastramento físico-territorial;
- 1.8. propor a realização de pesquisas e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade socioeconômica ambiental das áreas da União em conjunto com a área de Destinação Patrimonial;
- 1.9. estudar e propor metodologia para integração das bases literais com o banco de dados espacial, visando à implantação de um sistema de informação geográfica/geoprocessamento;
- 1.10. propor metodologias de aprimoramento e atualização da base cadastral de imóveis da União;
- 1.11. estabelecer critérios para o compartilhamento de informações cadastrais; e
- 1.12. propor estudos sobre a estrutura fundiária em áreas da União e sua evolução para subsidiar o estabelecimento de prioridades regionais no contexto de ocupações e destinações;
2. controle de utilização do patrimônio:
 - 2.1. programar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis da União;
 - 2.2. programar e executar as atividades de avaliação dos bens imóveis da União ou de seu interesse;
 - 2.3. implementar metodologias de execução, de controle e de programação de fiscalização de imóveis, conforme diretrizes emanadas pela Unidade Central;
 - 2.4. propor normas e procedimentos para ações de fiscalização e avaliação de imóveis da União;
 - 2.5. coordenar a identificação dos imóveis da União que não cumprem a função socioambiental;
 - 2.6. programar, executar, monitorar e avaliar as atividades necessárias à discriminação, reivindicação de domínio e reintegração de posse dos bens imóveis da União; e
 - 2.7. elaborar o relatório preliminar e relatório final anual da Planta Genérica de Valores;
 - 2.8. elaborar plano anual de fiscalização de territórios e imóveis da União; e
 - 2.9. atualizar o valor dos imóveis da União e a Planta Genérica de Valores na base de dados da SPU.

1.3.7 Divisão de Receitas Patrimoniais – DIREP

- a) coordenar e controlar as atividades relativas aos processos de arrecadação e cobrança de créditos patrimoniais, por meio dos seguintes processos:
 1. arrecadação:
 - 1.1. lançamento de créditos patrimoniais;
 - 1.2. arrecadação de receitas patrimoniais;
 - 1.3. emissão e acompanhamento do documento de arrecadação;
 - 1.4. acompanhamento de metas de arrecadação; e
 - 1.5. registro e atualização das informações nos sistemas corporativos da SPU;
 2. cobrança:
 - 2.1. análise e controle da concessão do benefício de isenção do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios, por carência, referentes a imóveis de propriedade da União;
 - 2.2. inscrição e baixa de devedores no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN;
 - 2.3. encaminhamento de créditos inadimplidos à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda - PGFN/MF, para inscrição na Dívida Ativa da União;
 - 2.4. tratamento dos créditos não alocados aos respectivos débitos;
 - 2.5. acompanhamento de metas de cobrança; e



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

2.6. registro e atualização das informações nos sistemas corporativos da SPU;

1.3.8 Coordenação de Destinação Patrimonial – CODES

a) programar, executar e controlar as atividades relacionadas com o desenvolvimento de ações e projetos voltados à destinação, à regularização e à análise vocacional dos imóveis da União.

1.3.9 Divisão de Habitação e Regularização Fundiária – DIREF

1. Habitação e Regularização Fundiária:

1.1. executar e controlar os processos de cessão, aforamento, CDRU, CUEM, autorização de uso, autorização de obras, alienação onerosa ou gratuita e outras formas de destinação adequadas, de imóveis da União, voltadas à regularização fundiária e habitação de interesse social;

1.2. propor a destinação de imóveis à regularização fundiária e habitação de interesse social;

1.3. garantir os critérios de acessibilidade, uso e racionalização dos imóveis de domínio ou posse da União destinados para fins de habitação e moradia de provisão habitacional;

1.4. lavrar, com força de escritura pública, os contratos de interesse da Superintendência voltados à destinação dos imóveis para fins de regularização fundiária e habitação de interesse social de domínio ou posse da União, bem como providenciar, conforme o caso, registros e as averbações junto aos cartórios competentes; e

1.5. elaborar relatórios periódicos sobre as ações de regularização fundiária e provisão habitacional;

2. Regularização Fundiária e Provisão Habitacional:

2.1. auxiliar no planejamento, coordenação e controle das atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social;

3. Regularização Fundiária Rural:

3.1. auxiliar no planejamento, coordenação e controle das atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social em áreas rurais;

4. Articulação Social Rural:

4.1. auxiliar nas atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social em áreas rurais;

5. Regularização Fundiária Urbana:

5.1. auxiliar no planejamento, coordenação e controle das atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social em áreas urbanas;

6. Articulação Social Urbana:

6.1. auxiliar nas atividades de destinação de imóveis da União, voltados à regularização fundiária e habitação de interesse social em áreas urbanas;

7. Administração de Bens de Uso da Administração Pública federal:

7.1. executar e controlar a administração, conservação e manutenção dos imóveis de uso especial da União;

7.2. implementar os critérios de acessibilidade, uso e racionalização dos imóveis de uso especial da União;

7.3. propor a declaração de áreas da União como de interesse para o serviço público dos imóveis de domínio ou de posse da União;

7.4. executar e controlar as atividades relativas à cessão de bens imóveis da União aos órgãos da Administração Pública federal indireta;

7.5. executar e controlar as atividades relativas à entrega de bens imóveis da União aos órgãos da Administração Pública federal direta;



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

7.6. lavrar, com força de escritura pública, os contratos de interesse da Superintendência voltados à destinação dos imóveis de uso especial de domínio ou posse da União, bem como providenciar, conforme o caso, registros e as averbações junto aos cartórios competentes; e

7.7. elaborar relatórios periódicos sobre as ações de destinação de imóveis de uso especial da União.

1.3.10 Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Local – SEADL

a) executar e controlar os processos de cessão, locação, arrendamento, autorização de uso, autorização de obras, inscrição de ocupação e a respectiva transferência, permissão de uso, aforamento e a respectiva transferência, alienação onerosa ou gratuita e outras formas de destinação previstas em lei, de imóveis da União;

b) analisar a destinação de imóveis de posse e propriedade da União;

c) coligir os elementos necessários ao registro dos bens imóveis da União destinados;

d) programar, executar e controlar a destinação de imóveis em apoio ao desenvolvimento local e regional;

e) propor a realização de pesquisas e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade socioeconômica ambiental das áreas da União em conjunto com a área de Caracterização do Patrimônio;

f) lavrar, com força de escritura pública, os contratos de interesse da Superintendência voltados à destinação dos imóveis em apoio ao desenvolvimento local e regional de domínio ou posse da União, bem como providenciar, conforme o caso, registros e as averbações junto aos cartórios competentes;

g) elaborar relatórios periódicos sobre as ações de destinação imobiliária; e

h) atuar, em conjunto com os demais órgãos, no projeto Orla;



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

QUADRO Nº002: MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Destinação	Qualificados nas modalidades de aforamento gratuito, cessão gratuita, concessão de direito real de uso gratuita, concessão de uso especial para fins de moradia, doações de imóveis da União voltados para a regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social.	Assinatura de Contratos, Termos de Entrega e Apostilamentos de Entrega, Cessão e Concessões; Escrituras de venda de imóveis pelo Gov. do Ex-Território de Rondonia; Publicação de Portarias Autorizativas e Extratos de Contratos, Termos e outros.	Prefeituras de Porto Velho e Jaru, OAB-RO; CAU-RO; MMA; DRF; Governo de Rondônia; Pessoas Físicas	CODES DIREF SEADL
Incorporação	Incorporação por compra e venda, Determinação Judicial, Recebimento em Doação, Permuta, Extinção, Desapropriação e Usucapião administrativa.	Assinatura de Contratos, Termos, Publicação de Portarias e Extratos de Publicação e Registro Cartorial.	MARINHA, Prefeitura de Ji-Paraná, TRE-RO, DNPM	SEINI
Caracterização	Identificação, demarcação e cadastramento dos imóveis, com vistas a conhecer os imóveis da União.	Fiscalização, vistorias e relatórios correlatos.	MPF, CGU, CEF, CJU, EXÉRCITO	COCAP
Arrecadação	Identificar possíveis fontes de receitas referentes à arrecadação patrimonial de taxas de ocupação, foros e laudêmios.	Cobranças de Débitos e acompanhamento da receita.	Pessoas Físicas e Jurídicas, usuários diversos	DIREP



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

2.0 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional

O Planejamento Estratégico da SPU vem sendo implementado ao longo dos últimos anos, com adequações periódicas de revisão de seus desafios estratégicos e alinhamento de suas ações.

Em função da identificação da necessidade de simplificação carteira de projetos, com reclassificação e exclusão de ações, finalização de entregas ou fusão/incorporação de projetos complementares a um mesmo objetivo, o Planejamento Estratégico foi revisado em 2013 e 2014, em seu de escopo dentro de uma nova visão estabelecida pelo órgão central.

A partir de 2015, em razão principalmente de um novo ciclo de governo, com estabelecimento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de novos objetivos estratégicos para seu planejamento, a SPU, em articulação com a Diretoria de Planejamento da Secretaria-Executiva, vem desenvolvendo um novo Planejamento estratégico, que alinha os objetivos estratégicos e iniciativas da SPU aos objetivos estratégicos do Ministério.

Assim, ficou definido dentre os objetivos estratégicos do Ministério do Planejamento o seguinte objetivo, endereçado diretamente à SPU:

“Construir um novo modelo de gestão do patrimônio da União, com ênfase na economicidade.”

A partir deste objetivo central, foram definidos os cinco desafios para a SPU e as iniciativas que lhes darão suporte:

1. Desenvolvimento e implantação de Sistema Unificado de administração do Patrimônio Imobiliário Público Federal

- Sistema único de administração do Patrimônio Imobiliário Público Federal, em base georreferenciada, desenvolvido e implantado
- Ambiente cartográfico e de informação espacial modernizado e sistematizado

2. Implantação de Estratégia de Relacionamento com a Sociedade, com foco no atendimento virtual

- Canais de atendimento e informação ao público modernizados
- Dados sobre a gestão dos imóveis da União publicados

3. Ampliação e Qualificação do Cadastro

- Sistemática de levantamento cadastral definida
- Sistemática de identificação modernizada
- Cadastro de imóveis depurado
- Modelo de gestão de cadastro definido

4. Estruturação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União

- Sistema normatizado e implantado
- Estudo da necessidade de pessoal para 2019 realizado
- Proposta de modelo de gestão de pessoas baseado no sistema elaborada
- Modelo de governança da SPU aperfeiçoado e implantado

5. Aprimorar Política de Gestão e Racionalização do Uso de Imóveis da União

- Novos modelos de negócios para construção e reforma de edifícios públicos elaborados



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

- Diagnóstico sobre a situação de ocupação dos imóveis de uso especial realizado
- Critérios e diretrizes de racionalização do uso dos imóveis de uso especial estabelecidos
- Mecanismo de controle do uso dos imóveis da União implantado
- Modelos e estratégias para alienação de bens da União sem interesse para a administração pública elaborados

A Secretaria do Patrimônio da União foi estruturada para aumento da capacidade de resposta às demandas do governo e da sociedade dentro do Programa de modernização do patrimônio imobiliário da União, mediante uma visão de futuro de ser até 2017 uma instituição com gestão plena e participativa de todos os imóveis da União com obediência aos aspectos legais e sentido social na destinação do patrimônio.

Com as novas diretrizes governamentais a SPU estruturada para fazer melhor gestão dos bens da União com um melhor aparelhamento da gestão e adotar as providências necessárias ao zelo desse patrimônio, promovendo a regularização dominial, fiscalização de seus usos, a regularidade de suas destinações quanto às modalidades e finalidades, à regularização de novos bens adquiridos para que possam ser aplicados nas diversas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região e do País.

No alinhamento dos objetivos estratégicos do órgão aos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a SPU-RO está inserida no processo como um dos atores na ampliação da escala de regularização fundiária em imóveis da União, e neste contexto, desenvolveu o plano de trabalho de 2015 voltado para emissão de títulos de interesse social na regularização das áreas da União, respeitando a transferência de competência para o Programa Terra Legal, em função da Portaria Interministerial nº 210, de 13 de junho de 2014, onde a regional atua em conjunto na identificação e caracterização do imóvel e disponibiliza ao Programa Terra Legal a efetividade da legalização das terras para os ocupantes, resguardado a destinação de imóveis de uso especial em apoio à administração pública federal direta e indireta.

Portanto dentro da escala vertical estabelecida, a interação entre as ações do Ministério com a Secretaria do Patrimônio da União e suas regionais, procuramos seguir o plano de ação da política pública macro, o que levou a alterações estruturais de procedimento, que estão em construção, bem como a alteração do planejamento estratégico, onde podemos citar a priorização de alienação de imóveis inservíveis ao interesse público.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos estabelecidos no Plano Estratégico da SPU foram reformulado no final de 2015 e passaram a ser os seguintes: implantação de sistema unificado para gestão do patrimônio da União; Implantação de Estratégia de Relacionamento com a Sociedade, com foco no atendimento virtual; Ampliação e Qualificação do Cadastro; Estruturação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União e; Aprimorar Política de Gestão e Racionalização do Uso de Imóveis da União.

A SPU é responsável pelas seguintes Ações orçamentárias do Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública e do Programa 2125 – Programa de gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

- **Ação 8690** – Fiscalização, Controle e Avaliação de Imóveis da União
- **Ação 20U4** – Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
- **Ação 152W** – Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial da Administração Pública Federal



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

- **Ação 12NZ** – Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Ao longo de 2015 a Secretaria Executiva do MP implementou plano de ação periódico, denominado “Plano de Ação 120 dias” com identificações de ações tático-operacionais para a SPU e conforme regulamento, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão define anualmente as metas institucionais e respectivos indicadores de resultado para fins de pagamento da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União (GIAPU).

Conforme Portaria nº 414/2015, Anexo I, para o ano de 2015 foram definidas os seguintes indicadores GIAPU:

- **A – Redução de Inconsistência Cadastral**
Meta: reduzir a inconsistência cadastral do SIAPA por meio do tratamento de 223 RIPs
Indicador: quantidade de imóveis com redução de inconsistência no campo CPF/CNPJ
- **B – Fiscalização**
Meta: realizar 1.982 fiscalizações.
Indicador: número de fiscalizações realizadas.
- **C – Destinação Patrimonial**
Meta: Realizar a publicação de 6.534 atos de destinação patrimoniais.
Indicador: Quantidade de atos de destinações patrimoniais publicados.
- **D – Publicação de Portaria de Declaração de Interesse Público**
Meta: Realizar a publicação de 51 PDISP.
Indicador: Quantidade de portarias publicadas.
- **E – Novo Registro SPIUNET**
Meta: Inserir 1.993 novos imóveis no SPIUnet.
Indicador: Quantidade de novos imóveis inseridos no SPIUnet.
- **F – Arrecadação patrimonial**
Meta: Arrecadar R\$ 944.174.143,17 em receita patrimoniais
Indicador: Valores arrecadados
- **G – Demarcação de LPM e LMEO do Plano Nacional de Caracterização – PNC**
Meta anual de demarcação LPM/LMEO por UF, conforme cronograma de LPM e LMEO constante no anexo II, páginas 71 e 72 do PNC – Portaria SPU nº 317/2014
LPM: 1.369,00 km
LMEO: 7.218,60 km
Indicador: Extensão Linear de traçado de LPM ou LMEO

2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da SPU vem sendo implementado ao longo dos últimos anos, com adequações periódicas de revisão de seus desafios estratégicos e alinhamento de suas ações.

O PE foi revisado em 2013 e 2014 quando então foi realizada uma revisão de escopo em função da identificação da necessidade de simplificação carteira de projetos, com reclassificação e exclusão de ações, finalização de entregas ou fusão/incorporação de projetos complementares a um mesmo objetivo.

Informamos que a Secretaria do Patrimônio da União realizou a sua 1º oficina para discutir a proposta de planejamento estratégico 2016/2019, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2015, na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, de 09:00 até 13:00hs, na ENAP. A SPU focou as suas iniciativas no objetivo do planejamento estratégico do MP “**Construir um novo modelo de gestão do patrimônio da União, com ênfase na economicidade**”.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

A partir de 2015, em razão principalmente de um novo ciclo de governo, com estabelecimento pelo MP de novos objetivos estratégicos para seu planejamento, a SPU, em articulação com a Diretoria de Planejamento da Secretaria Executiva, vem realizando a 1ª oficina para discutir a proposta de planejamento estratégico 2016/2019, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2015, na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. A SPU focou as suas iniciativas no objetivo do planejamento estratégico do MP “**Construir um novo modelo de gestão do patrimônio da União, com ênfase na economicidade**”.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Durante o ano de 2015, a SPU esteve submetida à estratégia declarada no Plano Plurianual 2012-2015. Neste contexto, a Secretaria do Patrimônio da União vinculou-se ao Programa 2038 “Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública”, ao objetivo “Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado” e à iniciativa “Aprimoramento da gestão do patrimônio da União”.

Ainda no âmbito do PPA 2012-2015, as atividades da SPU estruturaram-se em torno de três ações orçamentárias (Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial; Gestão do Patrimônio Imobiliário da União; Fiscalização, Controle e Avaliação de Imóveis da União), que por sua vez desdobra-se em diversos planos orçamentários, cujas metas para o período do PPA são controladas, monitoradas e avaliadas pelo MPOG por meio do SIOP (Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento). Neste sistema devem ser informados semestralmente os resultados alcançados em relação a cada uma das metas vinculadas aos planos orçamentários.

Em dezembro de 2015, foi realizada na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), realizou oficina para alinhamento do Planejamento Estratégico da SPU às diretrizes traçadas pelo Ministério do Planejamento em relação às atividades da Secretaria, com o objetivo expresso de: “Construir um novo modelo de Gestão do Patrimônio da União, com ênfase na economicidade”.

Desta forma, a partir da análise do Planejamento Estratégico em vigor e da análise de outros diagnósticos já produzidos pela SPU, desenhou-se um novo Planejamento, com os desafios, iniciativas, e respectivos indicadores, a serem trabalhados ao longo dos próximos anos. Além disso, tendo como objetivo o alinhamento dos planos táticos e operacionais às diretrizes estabelecidas neste Planejamento Estratégico, os dirigentes das unidades internas da SPU foram orientados a vincularem, sempre que possível, o planejamento de suas ações aos objetivos e metas nele estabelecidos.

Desta forma, a elaboração do planejamento estratégico por parte da Unidade Central da SPU está alinhada às estratégias gerais do MPOG, bem como aquelas definidas em seu próprio planejamento estratégico. Conseqüentemente, a Unidade Central da SPU traduz estas diretrizes para suas unidades descentralizadas, para que seja elaborado o planejamento tático-operacional, de competência de cada uma das Superintendências.

O plano de trabalho da SPU-RO para 2015 foi restrito às atividades de regularização de imóveis envolvidos nas metas GIAPU localizados em Porto Velho, não sendo possível deslocamento de equipe técnica para desenvolver nenhuma ação dos macroprocessos em outros municípios, devido à escassez de recursos orçamentários, sendo portanto, as atividades desenvolvidas em maior escala em âmbito burocrático interno documental e em sistemas, ou, articulações em outros órgãos locais. Foram realizadas vistorias/fiscalizações e avaliações de imóveis locais, a exceção das demandas originárias de órgãos judiciais e Ministério Público e mesmo de outro órgão parceiro, cujo interesse afeta ao mesmo, sendo que as despesas em sua maioria correria pelo próprio órgão demandante.

As que ações do PTA-2015 foram limitadas à formalização dos atos de destinação por Concessão de Direito Real de Uso Gratuito para famílias ocupantes de pequenos lotes rurais, situados no município de Porto Velho, remanescentes do Plano de Trabalho de 2014, não sendo possível encampar outras ações



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

fora de Porto Velho, por questões de escassez de recursos, que impossibilitou deslocamentos da equipe de campo aos municípios do Estado com potencial de regularização fundiária de interesse social para atender comunidades tradicionais ribeirinhas existentes em Guajará Mirim, Costa Marques e a outra atividade de causou forte demanda foram a instrução do processo de destinação de bairros situados na chamada Figura A – parte no Município de Porto Velho, que visa solucionar um conflito fundiário de mais de 100 anos, cuja dificuldade foi a devida identificação e caracterização destes bairros a fim de excluir imóveis já titulados na época de Território e quando ficou sob jurisdição da RFFSA, na década de 70.

Na recente reestruturação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão pelo Decreto no 8.578, de 26 de novembro de 2015, que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e dispõe sobre a criação da Comissão de Transição e Inventariança da Extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, a SPU permanece como órgão singular específico, composta por 3 (três) Departamentos: 1. Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais; 2. Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio; e 3. Departamento de Destinação Patrimonial; em fase de atualização do novo Regimento Interno.

A reestruturação do MP significou retrocessos nos avanços de aparelhamento e da capacidade de ação do órgão para desenvolver os objetivos atribuídos, embora no exercício de 2015 não tenha afetado o resultado de suas ações realizadas, haja vista que a mudança ocorreu na segunda quinzena do mês de dezembro, enquanto as metas do exercício já haviam se concluído, portanto, há que se avaliar e reformular as ações já programadas que remanesceram do PTA-2015 do órgão para os próximos exercícios.

Logicamente, esta reestruturação comprometerá todas ações desenvolvidas pela regional, pois ocorreu perda de cargos em setores de atividades-fim e de meio (1 Coordenação, 2 serviços), o que demandará relocação de servidor para cobrir espaço vazio, haja vista que, além da perda do cargo, perdeu-se mão de obra, pois era ocupado por cargo comissionado, em uma estrutura de pessoal já comprometida.

Portanto com o cumprimento do Planejamento Estratégico passará por uma reanálise das ações e adequação a nova realidade, pois teremos que buscar soluções para uma fórmula onde as metas aumentaram, os recursos financeiros e de pessoal diminuíram, ou seja, as metas sempre aumentam, mas os meios de se obterem os resultados desejados sempre diminuem, uma dura matemática reversa.

2.1.4 Formas e instrumento de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

No Plano Plurianual, as atividades da SPU estão estruturadas em torno de três ações orçamentárias, Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial; Gestão do Patrimônio Imobiliário da União; Fiscalização, Controle e Avaliação de Imóveis da União. Cada uma destas três ações desdobram-se em diversos planos orçamentários, cujas metas para o período do PPA são controladas, monitoradas e avaliadas pelo MPOG por meio do SIOP (Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento). Cada um dos planos orçamentários possui um coordenador, que participa da definição interna das metas para estas ações e planos orçamentários, e que possui a obrigação de informar semestralmente neste sistema os resultados alcançados em relação a cada uma das metas vinculadas aos planos orçamentários, com a possibilidade de alteração das metas em decorrência de fatores supervenientes, que possam ter impacto sobre a execução das metas acordadas. Além de informar as metas, o coordenador deve também fazer a análise do plano orçamentário, para verificar a coerência entre o que foi planejado e efetivamente executado.

Em relação à Gratificação de Incremento à Administração do Patrimônio Imobiliário da União (GIAPU), que estabelece metas para as Superintendências e que vincula o atingimento de um conjunto de metas relacionadas aos principais macroprocessos da SPU ao recebimento desta gratificação pelos



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

servidores da SPU. As metas definidas para efeito de pagamento da GIAPU, se desdobram em metas locais para cada Superintendências do Patrimônio nos estados e são monitoradas em dois momentos: por meio do FIGEST (Ferramentas Integradas de Gestão), no âmbito operacional, para registro e controle dos atos praticados na Superintendência, e por meio do Painel de Indicadores, que agrega as informações para acompanhamento do planejamento tático definido por cada Departamentos da SPU.

Os mecanismos de elaboração dos indicadores e metas, bem como, o processo de apuração dos resultados da política de administração do patrimônio permitem direcionar a atuação operacional da Secretaria, proporcionando-lhe flexibilidade na configuração de sua estratégia de atuação, permeado por constantes mudanças legais, jurídicas ou institucionais, que geralmente requerem mudanças na forma e no conteúdo das ações referentes à administração do patrimônio imobiliário.

No âmbito interno, a SPU tem avançado na implementação de instrumentos de gestão para acompanhamento e monitoramento das ações das Superintendências, por meio de Portarias que regulamentam a execução de seus macroprocessos. Neste contexto, destacamos a Portaria nº 140/2013, que estabelece as diretrizes e procedimentos de acompanhamento das demarcações e identificação de áreas da União, dentro do Plano Nacional de Caracterização, a Portaria 141/2013, que estabelece os procedimentos para o acompanhamento das demandas de regularização e uso de imóveis da União, e a Portaria 149/2013, que estabelece as formas de acompanhamento das avaliações e fiscalizações/vistorias de imóvel da União ou de seu interesse.

O Conselho de Avaliadores de Imóveis da SPU, criado pela Portaria nº 111, de 2014, estrutura as ações voltadas ao planejamento, apoio e fomento dos serviços de avaliação de imóveis da União, assim como o Conselho de Demarcação, Portaria nº 151, de 2014, que define as formas de planejamento, apoio e fomento dos serviços de demarcação de áreas da União ou de seu interesse, além de auxiliar na implementação do Plano Nacional de Caracterização nos Estados e no Distrito Federal.

As Metas da Unidade, foram instituídas pela Portaria nº 414, de 1 de outubro de 2015, do ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, fixou as metas de desempenho institucional para fins de pagamento das parcelas da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União (GIAPU), a que se referem os incisos II e III do art. 3º do Decreto nº 5.286, de 25 de novembro de 2004, relativas ao exercício de 2015, na forma, respectivamente, dos Anexos I, II e III desta Portaria. (Vide QUADRO Nº003: INDICADORES INSTITUCIONAIS – INDICADORES GIAPU 2015. e TABELA Nº001: METAS INSTITUCIONAIS nos anexos e apêndices)

As metas locais da Superintendência são monitoradas em cada setor responsável pela execução do macroprocesso, respectivamente em sua área de atuação, com o registro e controle dos atos praticados comparados ao Painel de Indicadores, com a inclusão dos dados lançados nos respectivos sistemas que geram as informações para acompanhamento e apuração do resultado da meta instituída pelo planejamento tático dos Departamentos da SPU.

2.2 Desempenho operacional

Considerando a capacidade operacional e de pessoal, a Unidade desenvolveu prioritariamente suas ações, focada no alcance das metas estabelecidas pela Portaria 414/2015, instituídas com o objetivo de pagamento da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, conforme os indicadores qualificados nos macroprocessos de Destinação, Arrecadação, Caracterização e Incorporação do Patrimônio, dentre os quais, a Destinações de imóveis da União dando maior ênfase para o apoio à administração pública federal direta e indireta e à regularização fundiária de interesse social, sob os procedimentos da Instrução Normativa nº 2, de 18 de dezembro de 2014, que norteia as modalidades de destinação de imóveis da União para fins de interesse social.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

Participação em parcerias

A Prefeitura convidou a SPU/RO para atuar na Comissão de Congelamento de Núcleos Urbanos e Irregulares, para dar cumprimento ao plano municipal de paralisação do crescimento de ocupações do desordenado, segundo a legislação vigente do Estatuto da Cidade, do Plano Diretor, da Lei de Uso e Ocupação do Solo, do Plano Local de Habitação de Interesse Social e o Código Municipal de meio Ambiente. A participação possui representação pelo próprio Superintendente da SPU e suplência de uma servidora.

SISREI – Sistema de Requerimento de Imóveis

O Sistema foi criado pela Portaria nº 318, de 18 de dezembro de 2014, publicada no Diário oficial da União de 26 de dezembro de 2014, para agilizar e iniciar os processos de destinação de imóveis disponíveis para aplicar nas finalidades recíprocas entre a União e os entes interessados. Em primeiro momento, para destinação de imóveis para a órgãos da administração pública federal em imóveis próprios da União, em segundo, atendimento aos programas e políticas públicas do Governo Federal, e em terceiro, a agilidade de resposta como suporte aos órgãos públicos em prever recursos para as despesas e avaliar o gastos com aluguéis.

Em Rondônia o programa funciona com deficiências, com pouca efetividade, devido a desatualização do CEP na base do SPIUnet, onde se encontram os imóveis cadastrados, classificados de uso especial, e as informações desses imóveis que poderão ser oferecidos à destinação, sendo que a falha de correspondência do CEP e sua impossibilidade de atualização causa constantes erros de informações, sendo que já foi exposto ao órgão central o problema e o mesmo informa que estão em fase de alteração completa do sistema.

Para os requerentes, a negativa de disponibilidade e/ou a confirmação de reserva do imóvel pela União para destinação por processo específico, deveria ser em curtíssimo prazo. No entanto, devido às inconsistências do Sistema, gera impossibilidade de captura dos imóveis, principalmente no SPIUnet, o que demanda retrabalho para supri deficiência de sistema, como consulta no SPIUnet aos imóveis sabidos que poderiam ser oferecidos e resposta via ofício.

Incorporação de Imóveis

Responde pelo recebimento dos imóveis a serem incorporados e cadastramento do imóvel no sistema corporativo com abertura do RIP; regularização documental e cartorial dos imóveis a serem incorporados com a regularização patrimonial (levantar e verificar in loco os imóveis a serem incorporados, a preservação e regularização dominial desses imóveis e a articulação com entidades e instituições envolvidas.

Trata das ações da SPU relacionadas às medidas judiciais referentes à incorporação de imóveis ao patrimônio da União; ações voltadas à manutenção e guarda de imóveis ainda não incorporados ao patrimônio da União.

Durante o ano de 2015 foram realizadas várias ações no sentido de incorporar imóveis em nome da União, dentre as principais ações desenvolveu atividades de telefonemas, envio de ofícios aos órgãos envolvidos, solicitando documentos para comporem os processos, visitas “in loco”, visando dirimir dúvidas, fiscalização dos imóveis, análise documental, notas técnicas e a criação de novos registros no SPIUnet, sendo esta atividade voltada para o alcance da meta GIAPU/2015 instituída pela Portaria nº 414, de 1 de outubro de 2015, do indicador E referente aos novos registros de imóveis incorporados no SPIUnet, destes, os 06 foram realizados. É importante ressaltar que próximo ao termino do exercício daquele ano



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

houve mudanças no formato de contabilização dos das metas do Indicador E dos registros, razão pela qual para cada novo SPIUnet contabilizou-se apenas meio ponto o que prejudicou o cumprimento a meta.

Caracterização do Patrimônio

No desenvolvimento das ações do Macroprocesso de Caracterização executam-se as atividades inerentes à regularização dominiais dos imóveis da União, de fiscalização, de identificação, de levantamento em campo, demarcação e avaliação, dentro das metodologias próprias das normativas e orientações, de acordo com a programação das diretrizes emanadas pela Unidade Central. Como ação de controle de utilização dos bens imóveis da União ou de seu interesse para efeito de monitoramento dos valores do patrimônio da União e, de cobrança da taxa de ocupação, foro, laudêmos e multas são adotadas ações que servem para verificar, avaliar e opinar se cumprem ou não, a função socioambiental, a comprovação do efetivo aproveitamento com fins de cadastro nos sistemas corporativos de imóveis da União, além de catalogar, organizar, adquirir, produzir, arquivar, tratar e disponibilizar plantas, mapas, imagens obtidas e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática de caracterização de imóveis. Dentre as atividades regimentais, cabe a apresentação dos relatórios de comissões de demarcações das Linhas Médias de Enchentes Ordinárias – LMEO, dos dados de vocação de áreas, de inconsistência cadastral, relativo ao cadastramento físico territorial, com vistas reconhecer os imóveis da União identificados.

Planta de Valores Genéricos (PGV) da SPU/RO

Promoveu a elaboração da Planta de Valores Genéricos (PGV) da SPU/RO para 2015, adotando-se como referência o IGPM no valor de 6,4076%, por ser o índice mais utilizado nas transações imobiliárias. A atualização se deu de acordo com a orientação da ON-GEADE/004, de 25/02/2003 e a nota técnica 722/CGCUP/DECAP/SPU-MP, de 30/10/2012, haja vista que, não foi possível até aquele momento, adotar a proposta da Caixa Econômica Federal (IPCA de 3,6749%) para elaboração da PVG para 2015.

A atualização contemplou apenas cinco localidades sendo: Porto Velho (a capital), o distrito de Abunã, duas cidades fronteiriças com a Bolívia, Guajará Mirim e Pimenteiras e o Distrito de Vila Murinho do município de Nova Mamoré. Desses, apenas a Prefeitura de Porto Velho havia produzido PVG, ainda em 2005, servindo esta, como parâmetro balizador para sua PVG de 2015.

Avaliação de imóveis

Esta Superintendência não dispõe de servidor Especializado em Avaliações de Imóveis, assim, para suprir demandas desta natureza foi desenvolvido um Parecer Técnico de Avaliação (PTA), que avalia o imóvel baseado em características como a área do terreno, benfeitorias e sua idade e estado de conservação, a fração ideal, o fator de homogeneização do terrenos, a localização do imóvel e outros, com a devida responsabilidade técnica, conforme orientação do órgão central.

Em 2015 foram realizados 75 Pareceres Técnicos de Avaliação referentes à imóveis localizados principalmente em Porto Velho, Ariquemes, Cacoal, Ouro Preto e Vilhena, atendendo a demandas de Prefeituras, Polícia Federal, Tribunais, Procuradorias e da própria Superintendência.

Dentro deste contexto, foram homologadas 7 (sete) avaliações de imóveis realizadas por outros órgão da administração direta ou indireta, oriundas principalmente da Caixa Econômica Federal, Receita Federal do Brasil e Ministério da Saúde, se referindo a imóveis localizados nas cidades de Porto Velho e Cacoal, das quais, 4 (quatro) foram homologadas e 3 (três) não homologadas.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

Desmembramentos de imóveis

Promoveu-se o desmembramento de 14 imóveis originados da matrícula 1060, do imóvel da União denominado de “Figura A – parte”, em Porto Velho. Os desmembramentos tiveram como principal finalidade a doação das áreas dos bairros Panair, Pedrinhas e Arigolândia à Prefeitura Municipal de Porto Velho.

Destinação Patrimonial

As destinações de imóveis da União são orientadas pelo princípio de que cada imóvel da União deve cumprir uma função socioambiental e pressupõe a identificação do potencial e da vocação de cada imóvel. Seus principais resultados são: o reconhecimento do direito à moradia da camada da população mais carente do país, a geração de emprego e renda, o fomento econômico, a melhoria da infraestrutura, a inclusão social, o ordenamento territorial, a redução da utilização indevida e predatória dos imóveis da União, a melhoria na prestação de serviços públicos, etc.

Destaca-se a efetivação de algumas ações estruturantes, como a destinação de imóveis da União em apoio aos programas estratégicos da Nação, incluindo em seus desafios estratégicos, a ampliação da capacidade de respostas às ações prioritárias do Governo Federal, como, Programa Aceleração do Crescimento – PAC, para o Programa Minha Casa Minha Vida, o apoio à reforma agrária, o reconhecimento direitos de comunidades remanescentes de quilombos e sua fixação nas terras, a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento de direitos das comunidades tradicionais e extrativistas, a regularização fundiária de assentamentos informais urbanos.

As modalidades de destinação são definidas de acordo com o potencial da vocação de cada imóvel e sob a conveniência e oportunidade da administração, mediante as instruções e orientações normativas para esse fim. A regularização do uso dos mesmos pela sua finalidade de destinação, é realizada com a aplicação dos diferentes instrumentos existentes, Termos de Entrega, Contratos de Cessão gratuita ou onerosa, Aforamento, Inscrição de Ocupação, Autorização de obra, Doação, Venda. Para uso da administração pública federal indireta, são destinados os de uso especial; para os imóveis dominicais, para uso de particulares, também no interesse da administração os imóveis correlacionados com o desenvolvimento econômico e uso sustentável regional.

Grupo de Trabalho Estadual para Destinação de áreas da União para Habitação de interesse social

A partir da criação do Grupo Nacional para discussão de critérios para destinação de imóveis da União para programas de provisão habitacional de interesse social e fortalecimento da gestão democrática desse patrimônio, com objetivo de Propor critérios para a transferência de áreas da União com vocação habitacional para associações e cooperativas de interesse social, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei nº 9.636/1998, com o objetivo de: I – Propor estratégias para identificação e avaliação do potencial construtivo de áreas da União com vocação para a provisão habitacional de interesse social, em apoio às Gerências Regionais do Patrimônio da União; II – Propor estratégias para identificação e avaliação do potencial construtivo de áreas da União com vocação para a provisão habitacional de interesse social, em apoio às Gerências Regionais do Patrimônio da União; III – Propor estratégias e formular ações para o fortalecimento da gestão democrática nas ações de regularização fundiária e provisão de habitação de interesse social em áreas da União, os Grupos de Trabalho de Habitação de Interesse Social – GTE/HIS, vem funcionando como um canal aberto com a sociedade civil organizada em cada Estado, nos quais, ocorrem as discussões para a realização dos projetos de habitação em áreas da União, de acordo com o programa de habitação de interesse social desenvolvido no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União, que vem de encontro a preocupação da SPU em ouvir a sociedade, disponibilizar canais de comunicação, bem como, democratizar dando mais transparência às suas ações.

As entidades representativas dos seguimentos de movimento sociais por Moradia são habilitadas junto ao Ministério das Cidades, de acordo com as exigências do Programa de Habitação do Governo Federal,



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

sendo pré-requisito, a representatividade constituída de sua classe, portanto, são entes parte das discussões com o poder público em defesa de seus interesses proporcionando ao governo a maior ferramenta para promoção do planejamento de suas ações no campo de atendimento ao interesse da sociedade e em consequência, alcance de melhores resultados.

Devido a reestruturação do Grupo de Trabalho Nacional – GTN e reformulação dos GTE's, ocorridas pelas Portarias da SPU 45, 46 e 47, publicadas no Diário oficial da União, o GTE de Rondônia passou a depender da posse dos componentes do Conselho da Cidade de Rondônia, que ocorreu no mês de setembro, para que convidasse os representantes nas proporções dispostas no artigo 5º da Portaria 47/2015-SPU. Porém, por questões de escassez de recursos orçamentários e financeiros da SPU e da Secretaria de Estado do Planejamento que preside o CONCIDADE-RO, não foi possível realizar reuniões e continuar as atividades do GTE-HIS/RO até o encerramento do exercício.

Registramos que não efetuamos nenhuma nova Cessão para os movimentos sociais, pelo motivo que já efetuamos 2 (duas) destinações e, até o presente momento, não efetuaram a ações a que foram destinados, portanto estamos monitorando estes imóveis destinados.

Implantação do SEI-Sistema Eletrônico de Informações

Com a implantação do SEI pela Portaria Conjunta nº 3, de 16 de dezembro de 2014 e o seu uso disposto no Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015, foi necessária atuação de toda equipe da SPU/RO na participação da meta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de inclusão de 100% dos processos e documentos gerados no CPROD até agosto/2015, sendo necessário fazer o cadastro dos mesmos com o número informado o que demandou um trabalho manual de inclusão no SEI um a um, processamento da digitalização de cada um, a inclusão dos arquivos gerados e o encerramento do trâmite físico de cada um porque a tecnologia do novo sistema não migrou automaticamente os dados dos mesmos do CPROD. Ressalva-se que a atividade, foi realizada concomitantemente com as atividades de meta GIAPU e outras, desenvolvidas durante o exercício.

Arrecadação

No desempenho do macroprocesso de Arrecadação, a gestão não se opõe ao cumprimento da função social do patrimônio, desta forma as ações de gestão de receitas seguem os seguintes princípios: cobrar de todos pela utilização do patrimônio que é de todos os imóveis que estão cadastrados no imobiliário patrimonial e, promover a gratuidade nos casos de população de baixa renda, nos casos de atendimento e direitos fundamentais ao cidadão que é acesso à moradia e, se possível concedendo um título gratuito resolúvel.

Com a vigência da Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, ocorre sempre o benefício da isenção por carência do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios, em cinco salários-mínimos da faixa de renda familiar mensal permitida para a concessão de isenção; atentos a restrição da utilização do imóvel unicamente para fins de moradia do responsável e dos demais familiares; a restrição à concessão de carente para um único imóvel em terreno da União; havendo necessidade de comprovação da situação de carência ou baixa renda a cada quatro anos.

Os valores arrecadados são oriundos das utilizações de imóveis dominiais da União, sobre os quais incidem taxas de inscrição de ocupação, foros, laudêmios, multas, juros, permissão de uso, aluguel e ainda, a receita SPU-DAU, que são outros valores procedentes de débitos inscritos em dívida ativa da união, que agregam no somatório final da arrecadação da Secretaria do Patrimônio da União por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

A implementação do código de barra nos Darf's emitidos para arrecadação de taxas de ocupação, foros, laudêmio, multas e juros, permissão de uso, consiste na materialização de um projeto pioneiro, em âmbito nacional, parceria entre a Secretaria do Patrimônio da União e a Receita Federal do Brasil, que modernizou a sistemática de arrecadação de receitas patrimoniais, proporcionando mais segurança e clareza ao processo e contribuir para minimizar a incidência de créditos não alocados, com benefício ao contribuinte e a administração pública que, com a vigência da lei da transparência, estão disponibilizados os valores de Arrecadação de Receitas Patrimoniais - Acumulados de Janeiro a Dezembro de 2015, na internet.

O valor total da arrecadação foi de R\$ 548.074,83, alcançando 99,70% do total da meta, confirmando-se nossas previsões de que não seria possível ampliar o volume de inscrições de ocupação com fins de arrecadação, devido a alagação dos rios federais Madeira e Mamoré, ocorrida em 2014, nas cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim no Estado de Rondônia, onde existem imóveis da União situados em terrenos marginais que foram destruídos e onde incidiriam cobranças de taxa de ocupação e também, devido a expectativa de ocupantes inscritos de que a área dos Bairros Arigolândia, Panair e Pedrinhas seriam transferidos ao Município de Porto Velho e decidiram deixar de pagar, mas a SPU/RO mantém seus procedimentos de cobrança, pois só poderá ser suspenso a cobrança a partir da efetiva doação ao Município.

Capacitações implementadas

No atendimento às Unidades Gestoras de Imóveis no SPIUnet, foi programada e realizada 1 capacitação em SPIUnet com participação de 13 servidores responsáveis pela realização da atividade de atualização de imóveis.

A Oficina de Capacitação em SPIUnet–Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, no período de 16 a 18 de março de 2015, em horário comercial, realizada na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho – TRT/14ª REGIÃO, situada na Rua Prudente de Moraes, nº 1889, Bairro Areal (próximo ao Colégio Getúlio Vargas), CEP 76.804-280, Tel. (69) 3211-6458, em Porto Velho – RO.

O público-alvo foram as Unidades detentoras de imóveis sob sua Jurisdição, no âmbito do serviço público federal, administração direta e indireta, situadas em Porto Velho/RO com pendência junto aos Órgãos de Controle, para quem disponibilizou 1 (uma) vaga por Unidade Gestora para capacitar o servidor responsável pelo cadastramento de imóveis no Sistema SPIUnet, sendo aplicada pelos Facilitadores em SPIUnet, Antônio Roberto dos Santos Ferreira – Superintendente SPU/RO e Margarete Barroso Feitosa – Ch. De Serviço – DIREF/SPU/RO, com carga horária de 24 horas, com parceria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

Para atender demanda de capacitação em SPIUnet das Unidades Gestoras no Estado de Rondônia a SPU-RO fez programação de 2 capacitações, sendo possível realizar apenas 1, com disponibilização de vagas para UG com sede na capital, Porto Velho, ocorrida em março/2015.

Não sendo possível realizar outra capacitação como estava programada para o 2º Semestre, e, para suprir a procura por capacitação, promoveu atendimento individual de 6 servidores operadores dos SPIUnet abrangendo 4 unidades Gestoras, como forma de capacitação prática e conteúdo programático de apresentação do programa e o acesso pelo Usuário no site do MP; explanação do que contém no Manual; a interface do SPIUnet com o SIAFI; o reflexo das alterações no Balanço Geral da União; quanto a avaliação do imóvel e sua atualização no SPIUnet; sendo feito simulação de operações no módulo capacitação, mostrando as facilidades que o programa oferece; a atualização de valor do imóvel e os métodos de avaliação de terreno e benfeitoria, os documentos do imóvel para efeito de cadastro no SPIUnet e sua guarda para controle da gestão; a responsabilidade de uso do sistema pelo operador; a qualidade das informações do cadastro de imóveis e seu reflexo no balanço geral da União, a



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

conformidade da gestão pela alteração dos dados dos imóveis sob a responsabilidade da UG; esclarecimento de dúvidas no decorrer dos exercícios práticos.

Desta forma, consideramos proveitoso e econômico para a administração a medida adotada, de encontro aos objetivos de qualificação dos dados dos imóveis no cadastro do sistema corporativo dos imóveis da União, no momento de crise econômica pela qual passa o País.

2.2.1 Informações sobre o Plano Nacional de Caracterização do Patrimônio Imobiliário da União

O Plano Nacional de Caracterização que tem como objetivo demonstrar as situações das demarcações em todo o Brasil, contendo um diagnóstico, das áreas demarcadas e o levantamento do passivo existente de forma a nortear as ações da Secretaria referentes às demarcação das áreas de domínio da União ao longo destes 160 anos e as estratégias para concluir as demarcações para o futuro, na dimensão de conclusão de 100% demarcado até o ano de 2020.

Este plano define diretrizes, ações e metas para orientar a atuação integrada da SPU em suas diversas instâncias e a articulação com ações de demais órgãos e parceiros. Propõe a articulação das diversas ações que incidam as atividades de demarcação, potencializando-as de modo a promover mudanças efetivas. Apresenta soluções e orientações objetivas, definindo as tarefas e as responsabilidades, dimensionando prazos e metas de acordo com as características das áreas.

Também leva em conta a estrutura institucional necessária para a efetivação de suas propostas e aponta as articulações Intersectoriais e intergovernamentais que pareçam oportunas, a avaliação da realidade local e da capacidade de gestão para implantar as ações necessárias está na base da elaboração do Plano, para que seja de fato exequível, com alternativas para ampliar e difundir o conhecimento na área de identificação e demarcação.

Outro ponto fundamental é a envolvimento de todos os servidores da área de caracterização desde o início da elaboração do Plano, apontando papéis que pode desempenhar ao longo do processo. Para tal, é importante que sejam identificados os agentes sociais com atuação relevante, para que sejam envolvidos no processo.

A consolidação dos dados do PNC permite identificar as seguintes informações, por estado:

- Base cartográfica digital disponível na SPU;
- Trechos demarcados e homologados;
- Estimativa de demandas prioritárias para demarcação das SPU/UF;
- Estimativa para identificação e demarcação de terrenos marginais e de marinha de acordo com as tipologias.

Para tanto foram enviados os Memorando Circulares nº 05/2013/CGIPA/DECAP/SPU/MP e nº 60/2013/CGIPA/DECAP/SPU/MP para as 27 Superintendências, para que se construísse o diagnóstico e um plano estabelecendo metas, prazos e estratégias para a execução das atividades de demarcação.

O Plano foi construído em etapas. A primeira trata-se de um diagnóstico do cenário atual referentes aos processos demarcatórios - finalizado em outubro de 2013. A segunda etapa se refere ao estabelecimento de prioridades e início das atividades. Paralelamente a estas atividades serão levantadas as informações, caso a caso, dos processos cujas linhas não foram homologadas. Após isto, as linhas que estão em processo de demarcação serão priorizadas.

A SPU publicou em maio de 2013 a Portaria nº 140/2013 que estabelece diretrizes e procedimentos para priorização do processo demarcatório. Pela portaria, terão prioridade as seguintes diretrizes para abertura de Comissão de Demarcação e Identificação:

- I - Áreas inseridas nos projetos estratégicos de desenvolvimento regional (PAC);
- II - Áreas para Regularização Fundiária e Provisão Habitacional de Interesse Social -MCMV, incluindo áreas da União ocupadas por povos e comunidades tradicionais;



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

- III - Unidades de Conservação, Projetos de Assentamento, Territórios Quilombolas, Programa Terra Legal;
- IV - Áreas da União ocupadas por povos e comunidades tradicionais em situação de conflito fundiário;
- V - Áreas para fins de cessão gratuita para estados e municípios;
- VI - Atendimento às determinações judiciais, Órgãos de Controle e Ministério Público.

A partir dos levantamentos das áreas demarcadas, foram definidas estratégias para atender as identificações de áreas passíveis de demarcação em uma série de tipologias que poderão ser desenvolvidas de acordo com a categorização que a seguir definiremos.

Tratam-se de 6 grupos, divididas por usos, tipologias, demandas e diversidades de identificação de áreas, de modo que as demarcações poderão ser trabalhadas por várias metodologias que poderão ser empregadas, bem como desenvolvidas paralelamente.

Estes grupos e as estratégias de atendimento destes são:

- **Grupo I:** Demarcações para atendimento a Projetos de Regularização Fundiária, Minha Casa Minha Vida e Programa de Aceleração do Crescimento, Terra Legal, Reforma Agrária, Programa Brasil Quilombola, Consórcio Tapajós, hidrelétricas, portos e outros programas de governo.

Grande parte das demandas de demarcação neste grupo parte das ações necessárias a destinação de imóveis de interesse social, vinculados aos programas de regularização fundiária, MCMV, muitos deles em áreas que não há registros e matrículas em nome de terceiros.

1. Áreas sem registro: Necessário definir as áreas indubitavelmente da União, para que se promova antecipadamente a afetação daquele bem para interesse social, por meio da declaração da área como de interesse do serviço público – APDISP.
2. Elaboração de relatório preliminar, caracterizando e comprovando a faixa de área indubitavelmente da União, com o memorial descritivo da poligonal a ser declarada na DISP;
3. Inclusão da poligonal declarada de Interesse do serviço público no SIAPA, criando o registro Imobiliário Patrimonial com a classificação de área de interesse social e a inserção do número da Portaria publicada.
4. Partir deste momento o processo deverá ser encaminhado a área de incorporação para que possa levar a registro a poligonal para posterior destinação.
5. Constituição de comissão de demarcação para início dos trabalhos de demarcação, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Portaria n. 140/2013.

- **Grupo II:** Demarcações oriundas de Ações Judiciais.

Para cumprimento das demandas deve ser providenciado o levantamento de todos os ocupantes atingidos pela Linha com o devido endereçamento do imóvel ou do responsável pelo mesmo e enviar ao OC para que se promova a notificação por meio A.R.

O modelo de notificação desenvolvido pela CGIPA/DECAP está inserido no Portal Colaborativo para que as SPU/UF promovam a adequação da localidade, após a notificação de todos os ocupantes, a SPU-UF deverá aguardar o prazo de dez dias para as eventuais impugnações, a contar do recebimento e, em não havendo contestação, deverá providenciar a homologação das linhas, conforme rito constante no art. 14 do DL 9760/46. Para as novas demarcações deverá seguir a estratégia do Grupo IV.

- **Grupo III:** Homologação de linhas já demarcadas.

Trata-se de demarcações já iniciadas, para as quais já existem processos instaurados, porém ainda não concluídos, nestes casos consideramos as seguintes etapas:

- I. Trechos que possuem ocupações consolidadas, parcelamento do solo reconhecido pelo poder local, com infraestrutura, cadastros reconhecidos pela SPU:
 - a. Os ocupantes já cadastrados pela SPU tem conhecimento quanto aos terrenos de marinha ou marginais e deverão ser notificados para eventual contestação, art. 13 do DL 9760/46.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

b. Levantamento dos cadastros existentes nas Prefeituras, dos demais ocupantes ainda não cadastrados na SPU, para providências quanto a apuração especial e notificação via AR.

c. Após o prazo das notificações o procedimento deverá ser concluído, por meio da homologação pela SPU/UF e a adoção de providências quanto ao registro da Linha. Entende-se que para este caso não haverá necessidade de elaboração de cartografia, pois já existe lançamento/definição da LPM ou LMEO.

II. Trechos sem ocupações, nem atropinização/semelhante a configuração original:

a. Concluir os procedimentos do rito legal e se não tiver ocupação, não será necessária a notificação. Havendo Registro Imobiliário Patrimonial no trecho deverá ser providenciada a notificação.

- **Grupo IV:** Demarcações de novos trechos.

Neste grupo, é necessário que sejam priorizados por tipologias, que são assim classificados:

Tipo 1: Trechos de demarcação para atendimento a EC 46:

Tipo 2: Trechos de demarcação em municípios que estão aderidos ao PROJETO ORLA e possuem o Plano de Gestão Integrada. Atualmente temos 41 municípios em 11 estados. Na sua grande maioria as regiões não possuem demarcação.

Tipo 3: Trechos de demarcação em locais de maior incidência de cadastro (RIP). É necessário destacar, que este grupo é amplo, podendo coincidir com outros grupos, que se assemelham.

Tipo 4: Trechos de demarcação em áreas antropisadas, identificando por meio de interpretação de imagens de satélite atuais, destacando as áreas onde ainda não há atropinização. Na figura a seguir demonstramos a análise feita por imagens de satélite, contendo as áreas ainda não antropisadas.

- **Grupo V:** Trechos de demarcações especiais.

Esta tipologia, geralmente apresenta interesse de preservação pelo valor paisagístico, ecológico e cultural e, via de regra com restrições à ocupação, tombadas, afetadas e classificadas como bem de uso especial, seguindo legislações específicas com fortes restrições ao uso.

É necessário comprovar que o trecho em questão mantém essas características e conformação original/ primitiva das margens do rio ou do mar, e não foi alterada natural ou artificialmente, sejam por aterros, assoreamentos etc.

- **Grupo VI:** Trechos que abrangem a identificação nas glebas arrecadadas, localizadas na Amazônia Legal.

De acordo com a Lei 11.952/2009, que dispõe sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, no que tange aos procedimentos de identificação das áreas para fins de regularização das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, cabe esclarecer pontos importantes: A identificação simplificada não se confunde com a demarcação convencional constante no DL 9760/46 e normativos ON GEADE 002 e 003.

A constituição da Comissão de identificação simplificada, não se constitui em demarcação convencional e sim de identificação de áreas que já são da União, inclusive com matrículas no RGI. O objetivo dessa nova metodologia de identificação de terrenos marginais ou reservados, de marinha e seus acrescidos é de dar agilidade ao processo de Regularização Fundiária das populações instaladas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal.

Como as terras a serem regularizadas já são públicas, a função da identificação simplificada é destacar os trechos que poderão ser alienados daqueles que poderão ser regularizados apenas por meio de Concessão de Direito Real de Uso.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

2.2.2 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

2.2.2.1 Setor de Incorporação de Imóveis- SEINI-RO

Responsável pelo Macroprocesso de Incorporação imobiliária ao patrimônio da União, nas modalidades de aquisição ou por extinção de órgãos da Administração Pública federal direta, autárquica ou fundacional, pela liquidação de empresa pública ou sociedade de economia mista, transferência de imóveis ainda não incorporados ao patrimônio da União para composição de fundos legais ou para integrar o patrimônio de outros órgãos.

Responde pelo recebimento dos imóveis a serem incorporados e cadastramento do imóvel no sistema corporativo com abertura do RIP; regularização documental e cartorial dos imóveis a serem incorporados com a regularização patrimonial (levantar e verificar in loco os imóveis a serem incorporados, a preservação e regularização dominial desses imóveis e a articulação com entidades e instituições envolvidas.

Trata das ações da SPU relacionadas às medidas judiciais referentes à incorporação de imóveis ao patrimônio da União; ações voltadas à manutenção e guarda de imóveis ainda não incorporados ao patrimônio da União.

Durante o ano de 2015 apenas um servidor atuava no Setor de Incorporação de imóveis – SEINI, este acumulava ainda a função de auxiliar a Seção de Gestão Estratégica – SEGES, foram realizadas várias ações no sentido de incorporar imóveis em nome da União, sendo realizado trabalho nos seguintes processos:

Dentre as principais ações desenvolvidas, destacam-se: telefonemas, envio de ofícios aos órgãos envolvidos, solicitando documentos para comporem os processos, visitas “in loco”, visando dirimir dúvidas, fiscalização dos imóveis, análise documental, notas técnicas e a criação de novos registros no SPIUnet, sendo esta a meta GIAPU/2015 instituída pela Portaria nº 414, de 1 de outubro de 2015, o indicador E estabeleceu como meta o cadastro de 6 novos registro, destes, os 06 foram realizados. É importante ressaltar que próximo ao término do exercício daquele ano houve mudanças no formato de contabilização dos das metas do Indicador E dos registros, razão pela qual para cada novo SPIUnet contabilizou-se apenas meio ponto o que prejudicou o cumprimento a meta.

TABELA Nº002: INDICADOR E – NOVO REGISTRO SPIUNET

Item	RIP do Imóvel	RIP da Utilização	Endereço do Imóvel	Nota Lançamento	Data Contabilização	SIAFI – Valor (R\$)	Tipo de lançamento
1	001900011.500-3	001900012.500-9	Cruzamento da Avenida Maceió com a Rua Independência, Presidente Médice – RO	2015NL800008	13/02/15	352.578,20	Registro de imóvel de uso especial no SPIUnet
2	000300718.500-0	000300719.500-6	Rua Rui Barbosa Nº 1768, Bairro Panair, Porto Velho – RO	2015NL800009	05/05/15	149.915,76	Registro de imóvel de uso especial no SPIUnet
3	000100216.500-5	000100217.500-0	Avenida Quintino Bocaiuva, bloco de acesso 50, S/N, setor 01, Guajara-Mirim – RO	2015NL800010	13/08/15	46.658,63	Registro de imóvel de uso especial no SPIUnet
4	001300088.500-4	001300089.500-0	Avenida Tancredo Neves, S/N, Bairro Centro, Vilhena – RO	2015NL800011	10/09/15	57.008,60	Registro de imóvel de uso especial no SPIUnet
5	001300090.500-5	001300091.500-0	Avenida Tancredo Neves, S/N, Setor 05, Vilhena – RO	2015NL800012	10/09/15	59.021,60	Registro de imóvel de uso especial no SPIUnet
6	001300092.500-6	001300093.500-1	Avenida Tancredo Neves, S/N, Setor 05, Vilhena – RO	2015NL800013	10/09/15	59.400,00	Registro de imóvel de uso especial no SPIUnet

Fonte: SEINI-RO



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

2.2.2.2 Coordenação de Caracterização do Patrimônio – COCAP-RO

Responsável pelas ações do Macroprocesso de Caracterização com as atividades de Fiscalização dos imóveis da União, realizando controle de utilização do patrimônio, avaliação dos bens imóveis da União ou de seu interesse; por meio de identificação (demarcação), cadastramento e levantamento em campo, destes imóveis, adotando metodologias de execução, de controle e de programação de fiscalização de imóveis, conforme diretrizes emanadas pela Unidade Central, pode ainda propor normas e procedimentos para ações de fiscalização e avaliação de imóveis da União, além de catalogar, organizar, adquirir, produzir, arquivar, tratar e disponibilizar plantas, mapas, imagens obtidas e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática.

Realiza a identificação dos imóveis da União que não cumprem a função socioambiental, monitora e avaliar as atividades necessárias à discriminação, reivindicação de domínio e reintegração de posse dos bens imóveis da União.

Confecciona relatório preliminar e relatório final anual da Planta Genérica de Valores, plano anual de fiscalização de territórios e imóveis da União e atualiza o valor dos imóveis da União e a Planta Genérica de Valores na base de dados da SPU.

Trata da metodologia para integração das bases literais com o banco de dados espacial, visando à implantação de um sistema de informação geográficos, visando o aprimoramento e atualização da base cadastral de imóveis da União o compartilhamento de informações cadastrais, estudos sobre a estrutura fundiária em áreas da União e sua evolução para subsidiar o estabelecimento de prioridades regionais no contexto de ocupações e destinações.

Executa também Programa de Certificação Cadastral; atualização de informações cadastrais, bem como do banco de dados espacial relativo aos imóveis da União, relatórios das comissões encarregadas das demarcações das Linhas Médias de Enchentes Ordinárias – LMEO, dos dados de vocação de áreas, de inconsistência cadastral, relativo ao cadastramento físico-territorial, pesquisas e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade socioeconômica ambiental das áreas da União em conjunto com a área de Destinação Patrimonial.

Dentro deste contexto foram solicitadas ao COCAP, no ano de 2015, 7 (sete) homologações de avaliações de imóveis realizadas por outros órgão da administração direta ou indireta, das quais 4 (quatro) foram homologadas e 3 (três) não homologadas. Tais avaliações forma oriundas principalmente da Caixa Econômica Federal, Receita Federal do Brasil e Ministério da Saúde, se referindo a imóveis localizados nas cidades de Porto Velho e Cacoal. (Vide QUADRO Nº 004: SOLICITAÇÕES DE HOMOLOGAÇÕES DE AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS EM 2015 nos anexos e apêndices)

Foram realizados 75 PTA's, referentes à imóveis localizados principalmente em Porto Velho, Ariquemes, Cacoal, Ouro Preto e Vilhena, atendendo a demandas de Prefeituras, Polícia Federal, Tribunais, Procuradorias e da própria Superintendência. (Vide QUADRO Nº 005: PARECERES TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO REALIZADOS EM 2015 nos anexos e apêndices)

Foram realizadas pela COCAP um total de 19 Notas Técnicas, tendo como principais solicitantes a Receita Federal do Brasil e pessoas físicas e jurídicas, abordando principalmente assuntos como transferência, vistoria e posicionamento a respeito da situação do imóvel. (Vide QUADRO Nº006: NOTAS TÉCNICAS COCAP REALIZADAS EM 2015 nos anexos e apêndices)

Durante 2015 foram realizados desmembramentos de 14 imóveis da matrícula de origem da área da União denominada de "Figura A" em Porto Velho. Estes desmembramentos tiveram como principal finalidade a doação das áreas dos bairros Panair, Pedrinhas e Arigolândia, de Porto Velho à Prefeitura municipal.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

QUADRO Nº007: DESMEMBRAMENTOS REALIZADOS EM 2015

Nº Sei	Data do Desmembramento	Localização	Nº Matrícula
05310001237/2012-70	19/08/15	Beco Alto Paraíso, s/nº, Bairro Panair, lote nº 220, Quadra 142, Setor 01.	33785
05310000276/2007-92	26/01/15	Rua Rui Barbosa nº 980, Bairro Arigolândia, lote nº 0640, Quadra 065, Setor 01.	33514
05310000282/2007-40	05/03/15	Avenida Rogério Weber nº 2028, Bairro Centro, Lote 0294, Quadra 044, Setor 03.	33537
05310000283/2007-94	04/03/15	Avenida Rogério Weber nº 1872, Bairro Centro, Lote 0184, Quadra 044, Setor 03.	33536
05310000271/2007-60	07/04/15	Rua Dom Pedro II, nº 292, Bairro Centro, Lote 0240, Quadro 009, Setor 03.	33694
05310200288/2015-25	10/08/15	Rua José do Patrocínio, nº 511, Bairro Centro, Lote 0151, Quadra 007, Setor 03.	33778
05310200290/2015-02	10/08/15	Rua Dom Pedro II, nº 478, Bairro Centro, Lote 315, Quadra 007, setor 03.	33779
05310001648/2014-27	09/02/15	Rua João Alfredo, Bairro Baixa da União, Lote 0175, quadra 065, lote 003	33521
05310001642/2014-82	09/02/15	Rua Jacy Paraná, Bairro Baixa da União, Lote 0576, Quadra 065, Setor 003	33520
05310200134/2015-33	29/06/15	Rua Rui Barbosa nº 1768, Bairro Panair, Lote 0345, Quadra 140, Setor 001.	33747
05310200434/2015-12	29/07/15	Rua Alexandre Guimarães, Bairro Areal, Lote 530, Quadra 099, Setor 003	33770
05310000280/2007-51	20/03/15	Avenida Farquar nº 2749, Lote 0112, Quadra 118, setor01.	33691
05310000278/2007-81	20/03/15	Rua Major Amarante nº 391, Bairro Centro, Lote 0265, Quadra 034, Setor 01	33690
05310000274/2007-01	04/03/15	Lote de Terras Urbano nº 0420, Quadra 071, Setor 03, Bairro Baixa da União.	33535

Fonte: COCAP-RO

Das ações voltadas para os indicadores das metas instituídas pela Portaria nº 414, de 1 de outubro de 2015 (GIAPU), esta Coordenação é responsável pelo alcance de meta de 3 indicadores:

- **Indicador A**, que trata da **redução de inconsistências cadastrais**, não houve meta quantificada para essa Unidade.
- **Indicador B**, que trata das **fiscalizações e vistorias**. Foram realizadas pelo COCAP 30 atividades de vistoria ou fiscalização, sendo essas oriundas de fiscalização preventiva, verificação de ocupação e denúncia, sendo caracterizados principalmente estes imóveis como de uso especial, dominial e de uso comum do povo e estando localizados principalmente em Porto Velho e Guajará Mirim. Na atividade são realizados registros fotográficos e confeccionados relatórios onde se identifica e caracteriza o imóvel, a natureza e o executor da vistoria ou fiscalização. (Vide QUADRO Nº008: INDICADOR B - FISCALIZAÇÃO E VISTORIAS nos anexos e apêndices)
- **indicador G**, no qual esta Coordenação se envolve diretamente, trata da **demarcação de LPM e LMEO** do plano nacional de caracterização, que teve instituído como meta para SPU-RO no ano de 2015 a demarcação de 80 Km de LMEO, dos quais, nenhuma ação foi feita em virtude da falta de servidores disponíveis e capacitados para essa atividade, além da indisponibilidade de equipamentos e outros recursos que possibilitassem realização de demarcação.

2.2.2.3 Divisão de Receitas Patrimoniais – DIREP-RO

Responsável pelas ações de Arrecadação - lançamento de créditos patrimoniais; emissão e acompanhamento do documento de arrecadação; acompanhamento de metas de arrecadação; e registro e atualização das informações nos sistemas corporativos da SPU; cobrança de créditos patrimoniais; análise e controle da concessão do benefício de isenção do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios, por carência, referentes a imóveis de propriedade da União; inscrição e baixa de devedores no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN; encaminhamento de créditos inadimplidos à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda - PGFN/MF, para



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

inscrição na Dívida Ativa da União; tratamento dos créditos não alocados aos respectivos débitos; acompanhamento de metas de cobrança; e registro e atualização das informações nos sistemas corporativos da SPU;

No desempenho da Arrecadação foram elaboradas 21 Notas Técnicas da divisão de receita, essas informações servem de subsídios aos superiores na tomada de decisão em documentos ou processos relacionados às atividades executadas pelo setor, tais como: situações de débitos, multas, transferências de ocupações, inadimplência de taxas de ocupação, isenção de pagamento das taxas de ocupação por ser carente, inclusão na DAU, cobranças de débitos, alocação de crédito, transferência de aforamento, transferência de Ocupação, cancelamento e reintegração de posse, cobrança de laudêmio.

No âmbito de Cobranças Administrativas de Créditos Patrimoniais a DIREP intensificou as ações após a grande emissão do exercício de 2015 que é lançada no mês abril, quando são gerados os DARF's de cobranças, são postados por meio do Serviço de processamentos de Dados do SERPRO e enviados ao endereço dos ocupantes e foreiros para pagamentos nos vencimentos regulamentares, de junho a dezembro. No decorrer do período, trimestralmente são realizadas cobranças administrativas aos inadimplentes com intuito de alcançar a meta de arrecadação.

Com a vigência da Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, o benefício da isenção do pagamento incidentes em foros, taxas de ocupação e laudêmos, na faixa de renda familiar mensal, de 5 (cinco) salários-mínimos é permitida para a concessão de isenção ao ocupante reconhecido pela União a condição de carente, para um único imóvel em área da União, restrita a utilização do imóvel unicamente para fins de moradia do responsável e seus familiares, havendo necessidade de comprovação da situação de carência ou baixa renda a cada quatro anos, tendo o benefício da isenção de cobranças dos débitos desde o início da efetiva ocupação do imóvel, bem como, multas, juros de mora e atualização monetária, inclusive os inscritos em Dívida Ativa da União.

No exercício, foram incluídos 03 (três) ocupantes no SIAPA, como Carentes, isento do pagamento das taxas de ocupação, por ser de baixa renda, pelo período de 04 anos, dos ocupantes com renda familiar até 05 (cinco) salários-mínimos vigentes, conforme prevê a legislação em vigor. No presente exercício ocorreu 01(um) cancelamento da situação de carente por ter alteração da renda familiar.

TABELA Nº003: ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE OCUPAÇÃO - HOMOLOGADOS NO SIAPA 2015

RIP	INTERESSADO (A)	DATA DO DEFERIMENTO	EXERCÍCIOS INCLUÍDOS NO SIAPA CARENTE	ÁREA DA UNIÃO
0003.0100061-11	Delcy Zarco de Oliveira	02.02.2015	2013 e 2014	597,00m ²
0003.0100238-06	José Souza Máximo	10.02.2015	2013 e 2014	7.387,00m ²
0003.0100151-21	Raimunda da Costa Carvalho	26.03.2015	2014	239,82m ²

Fonte : Sistema Integrado de Administração Patrimonial-SIAPA

Foram deferidos 02 (dois) pedidos de transferência de Aforamento.

TABELA Nº 004: TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS EM - 2015

RIP	PROCESSO	C.PE/C.NPJ	TRANSMITENTE	C.P.F/C.N.P.J	ADQUIRENTE	DATA
0003.0100034-49	05310.000660/2007-95	055.910.154-68	Eurico Montenegro Júnior	837.869.371-68	Eurico Soares Montenegro Júnior	18.03.2015
0003.0100136-73	05310.000879/2008-75	075.642.872-68	Adalberto Penati	578.163.522-04	Juscelino Moraes do Amaral	18.03.2015

Fonte : Sistema Integrado de Administração Patrimonial



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

No atendimento de demandas judiciais foram encaminhados à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria da Fazenda Nacional, forneceu subsídios para defesa da União na questão de receitas patrimoniais, tendo procedido a suspensão de 02 (duas) cobranças de débitos já lançados, por decisão judicial, incidentes em inscrição de ocupação.

TABELA Nº 005: SUSPENSÃO POR DECISÃO JUDICIAL DE TAXA DE OCUPAÇÃO - 2015

ITEM	PROCESSO	INTERESSADO	AÇÃO JUDICIAL	DATA INICIAL DA DECISÃO JUDICIAL	DATA DE INCLUSÃO NO SIAPA
1	05310.000995/2009-75	Carlos Roberto Borre	6733.79.2013.4.01.4100	01.07.2014	10.08.2015
2	05310.001237/2009-74	Antônio Edson de Mendonça	001044084/2015-4014100	28.09.2015	19.10.2015

Fonte : Sistema Integrado de Administração Patrimonial

Das ações voltadas para os indicadores de metas GIAPU, instituídas pela Portaria nº 414, de 1 de outubro de 2015 (GIAPU), esta Divisão é responsável pelo alcance de meta de Indicador F – Arrecadação Patrimonial, estipulada para o exercício de 2015 no valor de R\$ 549.717,26 (quinhentos e quarenta e nove mil, setecentos e dezessete reais e vinte e seis centavos), tendo o desempenho da Superintendência alcançado o valor de R\$ 548.074,83 (quinhentos e quarenta e oito mil e setenta e quatro reais e oitenta e três centavos), tendo portanto, atingindo o percentual de 99,70%, do valor estipulado.

O Relatório Gerencial de Receitas Patrimoniais da Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia, extraído do Informativo Gerencial de Receitas Patrimonial, apresentou a seguinte situação de apuração de resultados para o exercício de 2015. (Vide TABELA Nº 006: VALORES DE ARRECADAÇÃO DE 2015, nos anexos e apêndices).

O resultado da arrecadação alcançado estava previsto, considerando a existência de imóveis da União atingidos pela alagação dos rios federais, Madeira e Mamoré, ocorrida em 2014, nas cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim no Estado de Rondônia, situados em locais chamados terrenos marginais, onde incidiriam cobranças de taxa de ocupação, muitos imóveis foram destruídos, portanto, não seria possível ampliar o volume de inscrições de ocupação com fins de arrecadação, conforme justificativa realizada pelo Superintendente no pedido de revisão da meta.

TABELA Nº 007: INDICADOR F – ARRECADAÇÃO PATRIMONIAL

PREVISTA	REALIZADA	REALIZADO DA META
R\$ 549.717,26	R\$ 548.074,83	99,70 %

Fonte: DIREP

2.2.2.4 Coordenação de Destinação Patrimonial – CODES-RO

Responsável pelas atividades relacionadas com o desenvolvimento de ações e projetos voltados à destinação dos imóveis da União, mediante à regularização e à análise vocacional, administração de bens de uso especial, da Administração Pública federal direta e indireta, propor a destinação de imóveis à regularização fundiária e habitação de interesse social; as regras de uso como administração, conservação e manutenção dos imóveis da União de em uso especial e do interesse dos programas da União, critérios de acessibilidade, uso e racionalização dos imóveis de uso especial da União; propor a declaração de áreas da União como de interesse para o serviço público dos imóveis de domínio ou de posse da União; executar e controlar as atividades relativas à cessão de imóveis da União aos órgãos da Administração Pública federal indireta; executar e controlar as atividades relativas à entrega e à cessão de bens imóveis da União aos órgãos da Administração Pública federal direta e indireta; lavrar, com força de escritura



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

pública, os contratos de interesse da Superintendência voltados à destinação dos imóveis de uso especial de domínio ou posse da União, bem como providenciar, conforme o caso, registros e as averbações junto aos cartórios competentes dos atos que requeiram, segundo a Lei de registros públicos; e elaborar relatórios periódicos sobre as ações de destinação de imóveis da União.

Para o desempenho das ações de Destinação no ano de 2015 a Coordenação procurou alinhar ao máximo as atividades dos setores de apoio SEADL e DIREF, prioritariamente nas atividades voltadas ao cumprimento das metas GIAPU, instituídas pela Portaria 414/2015, para o alcance dos resultados dos Indicadores C e D; no atendimento às demandas dos órgãos, de Controle CGU e TCU, do órgão Central relacionados à auditoria da Unidade Regional, e a Coordenação como um todo, na meta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de inclusão no Sistema Eletrônico de Informações-SEI, 100% dos processos gerados no CPROD; no atendimento aos usuários do Sistema SPIUnet, na forma de capacitação e na instrução individual; atendimento aos usuários do Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis-SISREI; na atualização de imóveis sob a responsabilidade da SPU-RO no Sistema SPIUnet; na inclusão dos dados dos atos de destinação no Sistema FIGEST para fins de monitoramento do desempenho da Unidade pelo órgão Central.

Foram expedidas pela CODES um total de 16 Notas Técnicas, no atendimento às demandas dos processos de destinação aos órgãos públicos e à pessoas física e jurídica, nos assuntos de regularização de destinações de imóveis como concessões e transferências de CDRU, Doações, Escrituras de venda, Entregas, Cessões e outros.

De acordo com as atribuições do macroprocesso em que atua, a CODES-RO, desenvolveu ações voltadas para regularização do uso dos imóveis da União, com maior ênfase para o apoio à administração pública federal direta e indireta, e, à regularização fundiária de interesse social, com apoio das Divisão DIREF e do Serviço SEADL em suas atividades regimentalmente atribuídas para atender demandas de cumprimento de metas GIAPU, pelo indicador de Destinação Patrimonial qualificados nas modalidades de cessão de uso gratuita, concessão de direito real de uso gratuita, doações de imóveis da União voltados para a regularização fundiária, representados através dos resultados dos produtos e serviços consignados por assinatura de Contratos, Termos de Entrega e Apostilamentos de Entrega, Cessão e Concessões; Escrituras de venda de imóveis pelo Gov. do Ex-Território de Rondônia, Portarias Autorizativas para os atos, Extratos de Contratos, Termos e outros atos do Superintendente da SPU-RO publicados no diário Oficial da União; e, pelo indicador de Declaração de Interesse Público através de Portaria do Secretário do Patrimônio da União, devidamente de publicada.

2.2.2.5 Divisão de Habitação e Regularização Fundiária – DIREF-RO

Responsável pelas atividades de Habitação e Regularização Fundiária de interesse social urbana e rural nas modalidades de destinação - cessão, aforamento, CDRU, CUEM, autorização de uso, autorização de obras, alienação onerosa ou gratuita e outras formas de destinação adequadas, de imóveis da União; propor a destinação de imóveis à regularização fundiária e habitação de interesse social; garantir os critérios de acessibilidade, uso e racionalização dos imóveis de domínio ou posse da União destinados para fins de habitação e moradia de provisão habitacional; lavrar, com força de escritura pública, os contratos de destinação dos imóveis para fins de regularização fundiária e habitação de interesse social, bem como providenciar, conforme o caso, registros e as averbações junto aos cartórios competentes; relatórios periódicos sobre as ações de regularização fundiária e provisão habitacional; Regularização Fundiária e Provisão Habitacional; Articulação Social Urbana e Rural;

Na execução dos processos de destinação de interesse social, de forma gratuita, prioritariamente, alinhados aos programas de redução da miséria no Brasil, para atender às famílias de menor renda, como ação estratégica ao plano de crescimento econômico do Brasil, 2015, inseridos nas políticas públicas de



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

direito à moradia, à propriedade, com viés de redução do Déficit habitacional e titulação de terras da união em cada Estado da federação, apresentando os resultados segundo os quadros demonstrativos do desempenho da Coordenação de Destinação com fonte identificada por Fonte DIREF.

Atuou ainda, no apoio à Coordenação de Destinação Patrimonial – CODES, no desempenho das seguintes ações :

a) na instrução dos processos de Declaração de Interesse Público, para fins de regularização fundiária de interesse social das Comunidades de Boa Fé na Margem Esquerda do Rio Madeira, área rural, Ramal São Sebastião, Km 01, BR 319, sentido Humaitá-AM - Porto Velho-RO e de Paulo Leal, área rural, faixa de proteção da EFMM, fora de área de faixa de fronteira, Setor Garças, Gleba 5 C, divisa com os lotes 05 e 06 - Porto Velho-RO.

b) na atualização de imóveis no SPIUnet. Face à indisponibilidade de uso do SPIUnet por falta da atualização do CEP de Rondônia, a ação foi realizada somente a partir do mês de novembro de 2015, porém com o CEP antigo. (Vide TABELA Nº 008: ATUALIZAÇÃO DE IMÓVEIS NO SPIUNET, nos anexos e apêndices)

c) na resolução de Demandas dos órgãos de Controle CGU/TCU para execução de Plano de Providências Permanente na regularização das inconsistências de Entregas no SPIUnet sobre imóveis com Regime de Entrega que ainda permaneciam na responsabilidade da SPU/RO - UG 201033; por demanda do OC, Memorando Circular nº 40/2015-SPU sobre as inconsistências de 24 imóveis no SPIUnet; foi elaborado um Plano de atualização no qual foram trabalhados 19 imóveis, com revisão dos dados no cadastro, pela atualização dos valores e data de avaliações, regime de utilização, transferência de UG, cancelamentos, das correções necessárias sobre os mesmos, exceto, o CEP dos endereços.

Outros 5 imóveis ficaram pendente de resolução, a ser tratada a partir de 2016 por complexidade de ações que dependem de alçadas externas, a médio ou a longo prazo.

d) atendimento e orientação aos operadores do Sistema SPIUnet das unidades gestoras de imóveis, da administração pública federal direta e indireta.

Participou de ações de atendimento às Unidades Gestoras de Imóveis no SPIUnet, com realização da Oficina de Capacitação em SPIUnet–Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, com parceria do Tribunal Regional do Trabalho-TRT/14ª REGIÃO, no período de 16 a 18 de março de 2015 e teve como público-alvo as Unidades Gestoras detentoras de imóveis sob sua Jurisdição, no âmbito do serviço público federal, administração direta e indireta, situadas em Porto Velho/RO com pendência junto aos Órgãos de Controle, para as quais disponibilizou 1 (uma) vaga por Unidade Gestora para capacitar o servidor responsável pelo cadastramento de imóveis no Sistema SPIUnet, sendo aplicada pelos Facilitadores em SPIUnet, Antônio Roberto dos Santos Ferreira – Superintendente SPU/RO e Margarete Barroso Feitosa – Ch. de Serviço – DIREF/SPU/RO, com carga horária de 24 horas.

Promoveu atendimento individual, como forma de capacitação prática e conteúdo programático de apresentação do programa e o acesso pelo Usuário no site do MP; explanação do que contém no Manual; a interface do SPIUnet com o SIAFI; o reflexo das alterações no Balanço Geral da União; quanto a avaliação do imóvel e sua atualização no SPIUnet; sendo feito simulação de operações no módulo capacitação, mostrando as facilidades que o programa oferece; a atualização de valor do imóvel e os métodos de avaliação de terreno e benfeitoria, os documentos do imóvel para efeito de cadastro no SPIUnet e sua guarda para controle da gestão; a responsabilidade de uso do sistema pelo operador; a qualidade das informações do cadastro de imóveis e seu reflexo no balanço geral da União, a conformidade da gestão pela alteração dos dados dos imóveis sob a responsabilidade da UG; esclarecimento de dúvidas no decorrer dos exercícios práticos.



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

QUADRO Nº 009: CAPACITAÇÃO EM SPIUNET - 2015

UG	ÓRGÃO	OPERADOR	CPF	EMAIL	TELEFONE
373082	Incra-Superintendencia Regional-Sr 17/Ro	Raimundo Seixas	080090742-68	raimundo.seixas@pvo.incra.gov.br	3229-4486 Ramal 282
253026	Anvisa	Moacyr Dos Santos Melo	040461452-34	moacyr.santos@anvisa.gov.br cvspaf.ro@anvisa.gov.br	3217-2323
253027	Anvisa	Antônio Da Silva Brito	051724542-68	antonio.brito@anvisa.gov.br	3217-2305
114602	Ibge-Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística	Flávia Regina Alves De Hungria Folador	571416812-72	flavia.folador@ibge.gov.br	3533-9802
200046	Mpf-Ministério Público Federal	Francisco De Oliveira Nascimento	825115432-49	franciscooliveira@mpf.mp.br	3216-0513
250034	Ministério Da Saúde-Dicon	Ivan Freitas De Oliveira Filho	085262302-04	ivan.oliveira@saude.gov.br	3216-6170
495260	Companhia De Pesquisa De Recursos Minerais-Cprm	Ardiles Gimax Henrique	686.338.662-34	ardiles.henrique@cprm.gov.br	3901- 3700/3703/3718
154055	Unir- Universidade Federal De Rondônia	Aryhadne Ramos Vieira	389177692-68	aryhadne.ramos@unir.br	2182-2154
80015	Tribunal Regional Do Trabalho/14ª Região	Heliton Alves De Aguiar	289768432-15	heliton.aguiar@trt14.jus.br	3211-6433
80015	Tribunal Regional Do Trabalho/14ª Região	Waldemir Nogueira De Lima	334966331-15	waldemir.nogueira@trt14.jus.br	3211-6433
80015	Tribunal Regional Do Trabalho/14ª Região	Iraci Gomes Simão Silva	315932322-68	iraci.simão@trt14.jus.br	3211-6433
201033	Spu-Ro	Ana Carolina Dell'orto Morgado	035992416-60	ana.morgado@planejamento.gov.br	3216-8263
190004	Coor. Funai-Ji-Paraná	José Hamilton Correa De Souza*	341247052-04	jose.correa@funai.gov.br	3411-6500
380950/ 380050	Srte-Ro	Lya Rocha De Oliveira*	139417122-68	lya.oliveira@mte.gov.br	3217-3704
158148	Ifro	Adryanne Valeska Da Silva Paiva *	596085442-20	adryanne.paiva@ifro.edu.br	32120143
158148	Ifro	Rozânia Araújo Silva Cancian*	727518192-49	rozaniancancian@ifro.edu.br	2182-9672
158148	Ifro	Josuel Dos Santos*	650919572-00	josuel.santos@ifro.edu.br	2182-9672
200095	Prt Da 14ª Região	Joel Alves Martins Ilho*	634098792-34	joel.martins@mpt.mp.br	3216-1290
Obs:	* Receberam Capacitação Individualizada 1 - As Demais Unidades Constantes Da Demanda Tcu Que Não Receberam Capacitação, Possuem Gestão Centralizada Em Brasília Ou Manaus, Exceto, A Embrapa, Dnit, Ibama, Prt, Que Não Inscreveu Participante; 2- OS CAPACITADOS DOS DOS ÓRGÃOS COOR. FUNAI-JI-PARANÁ,SRTE, IFRO PVH E PRTE DA 14ª REGIÃO TIVERAM CAPACITAÇÃO INDIVIDUALMENTE POR UG				

Fonte: DIREF-RO

e) participação nas ações para o alcance da Meta GIAPU do indicador D - Declaração de Interesse Público com a instrução do processo da Comunidade Boa Fé e Comunidade Paulo Leal, com levantamento das ocupações existentes para definição de poligonal e elaboração de Notas Técnicas de indicação das áreas para Declaração de Interesse Público.

f) atendimento a demandas de consultas de disponibilidade de imóveis pelos órgãos e entidades cadastrados no SISREI, em respostas sobre imóveis assim, como na orientação aos órgãos usuários requerente de imóveis sobre o uso do programa.

g) articulação do Grupo de Trabalho Estadual para Destinação de áreas da União para Habitação de interesse social



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

A Divisão atuou na articulação com os entes componentes do GTE-HIS tendo realizado apenas 1 reunião, no mês de fevereiro de 2015 com o principal objetivo de levantar a situação dos projetos habitacionais das Entidades UEMP e CUMPS que receberam área da União em Porto Velho para construção dos empreendimentos. Devido a reestruturação do Grupo de Trabalho Nacional – GTN e reformulação dos GTE's, ocorridas pelas Portarias da SPU 45, 46 e 47, publicadas no Diário oficial da União, o GTE de Rondônia passou a depender da posse dos componentes do Conselho da Cidade de Rondônia, que ocorreu no mês de setembro, para que convidasse os representantes nas proporções dispostas no artigo 5º da Portaria 47/2015-SPU. Foi programada uma reunião para o mês de outubro e por questões de indisponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para custear o deslocamento dos representante dos seguimentos representativos, tanto da SPU, como da Secretaria de Estado do Planejamento que preside o CONCIDADE-RO, não foi possível realizar reunião para posse dos novos representantes para continuidade das atividades do GTE-HIS/RO até o encerramento do exercício.

h) atuação na meta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de inclusão de 100% dos processos documentos gerados no CPROD até agosto/2015, no SEI – Sistema Eletrônico de Informações, sendo cadastrados todos os processos e documentos que se encontravam com trâmite CPROD na Divisão, com 100% de resultado alcançado, concomitante com as atividades de meta GIAPU do exercício. A equipe da DIREF após a conclusão da atividade na Divisão, participou do mutirão da CODES para o mesmo fim e objetivo.

2.2.2.6 Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Local – SEADL-RO

Responsável pelas atividades voltadas à destinação dos imóveis em apoio ao desenvolvimento local e regional de domínio ou posse da União, bem como providenciar, conforme o caso, registros e as averbações junto aos cartórios competentes referentes à cessão, locação, arrendamento, autorização de uso, autorização de obras, inscrição de ocupação e a respectiva transferência, permissão de uso, aforamento e a respectiva transferência, alienação onerosa ou gratuita e outras formas de destinação previstas em lei, de imóveis da União; realização de pesquisas e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade socioeconômica ambiental das áreas da União em conjunto com a área de Caracterização do Patrimônio; lavrar, com força de escritura pública, os contratos de destinação, para apoio ao desenvolvimento local e regional; relatórios periódicos sobre as ações de destinação imobiliária; e atuar, em conjunto com os demais órgãos, no projeto Orla; (Vide QUADROS de Nº 010 a 18, nos anexos e apêndices)

A CODES é responsável pelo alcance da meta GIAPU, Indicador D, cabendo a instrução do processo com a identificação da característica de sua ocupação quanto aos aspectos sociais e ambientais, de costume e tradição para fins de definição da poligonal a ser trabalhada o reconhecimento pela União através da Declaração de Interesse Social pelo Secretário da União, requisito para inclusão da titulação de interesse social no plano de trabalho da Superintendência.

Para alcance desta meta, atuou basicamente em três processos de imóveis identificados com as características viáveis para indicação de Declaração do titular da Secretaria do Patrimônio da União, tendo sido publicado apenas 2 atos.

A publicação de atos no Diário Oficial da União é a uma atividade de responsabilidade da SPU-OC, e o não alcance da meta por pendência de publicação dentro do mesmo exercício da meta estipulada, vem sendo uma ameaça externa ao cumprimento da meta como foi o caso da SPU-RO no exercício de 2015.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

QUADRO Nº 019: INDICADOR D – PUBLICAÇÃO DE PORTARIA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

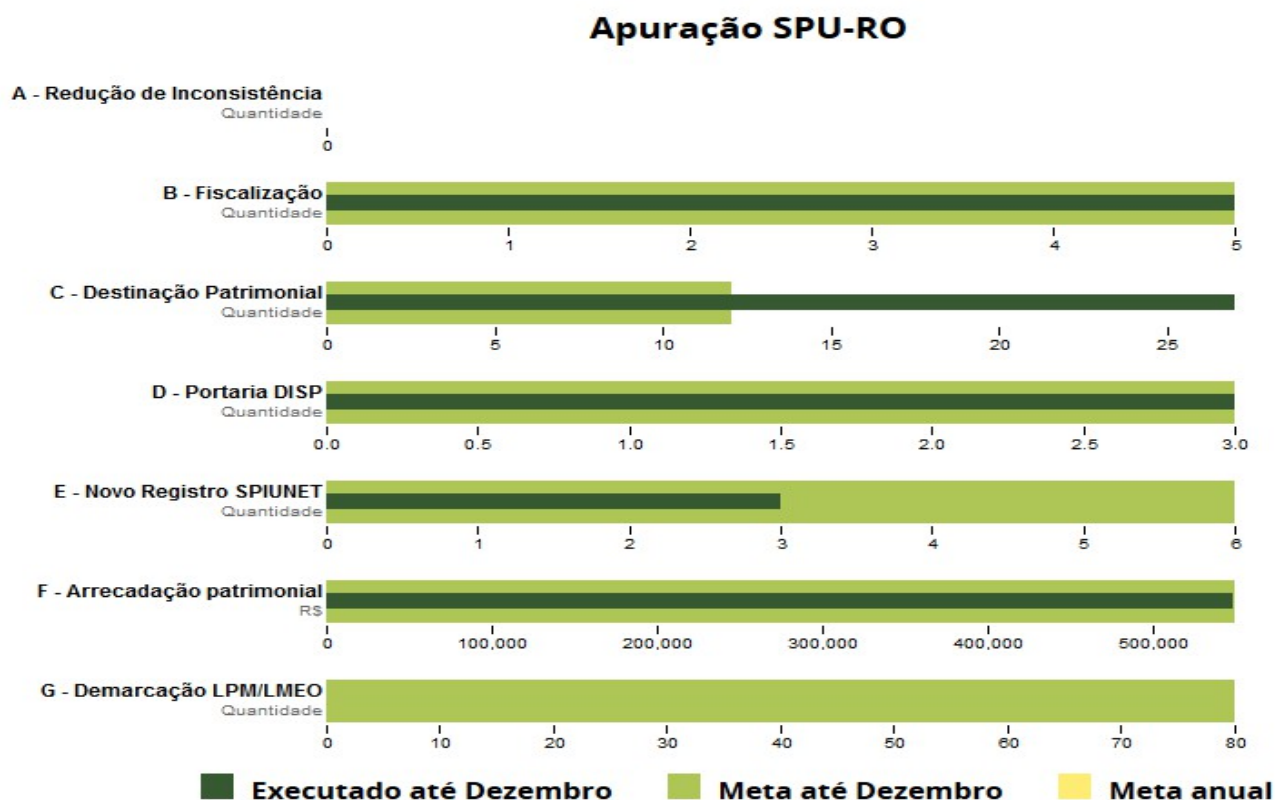
PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL	TIPO DE ATO	INSTRUMENTO	PUBLICAÇÃO/DATA/DOU
05310.000353/2012-71	Israel Braga Medeiros E Outros	Boa Fé – (Ramal São Sebastião, Km 01, BR 319, sentido Humaitá-AM), Margem Esquerda do Rio Madeira- Porto Velho-RO	Declaração de Interesse Público	Portaria nº 219 de 06/11/ 2015	Diário Oficial da União nº 228, Seção 1, pág. 124, 30 de novembro de 2015
05310.001037/2008-31	Comunidade COMARA	Área da COMARA (área 01 e 02, parte integrante da área total do sítio aeroportuário de Guajará - Guajará Mirim/RO	Declaração de Interesse Público	Portaria nº 221, de 20/11/2015	Diário Oficial da União nº 228, Seção 1, pág. 125, 30 de novembro de 2015

FONTE: CODES-DIREF

O desempenho dos Indicadores da Meta GIAPU da SPU-RO são apurados pelo Órgão Central a partir dos atos informados nos sistemas de registro e controle das atividades dos atos praticados pela Superintendência, comparados ao Painel de Indicadores.

A inclusão dos dados são lançados no FIGEST e nos outros dois Sistemas de Imóveis, SPIUnet e SIAPA que geram as informações para acompanhamento e apuração do resultado da meta instituída pelo planejamento tático dos Departamentos da SPU.

FIGURA 001: APURAÇÃO GIAPU 2015 DA SPU-RO



Fonte: FIGEST



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

FIGURA 002: APURAÇÃO GIAPU 2015 - RO



Apuração GIAPU 2015 SPU - RO

Mês de Referência	A - Inconsistência Cadastral	B - Fiscalização	C - Destinação Patrimonial	D - Portaria DISP	E - Novo Registro SPIUNET	F - Arrecadação Patrimonial	G - Demarcação LPM/LMEO
Janeiro	-	0	0	0	0	R\$ 3.995,31	0
Fevereiro	-	0	4	1	0,50	R\$ 12.071,85	0
Março	-	0	0	0	0	R\$ 14.377,96	0
Abril	-	0	0	0	0	R\$ 72.814,27	0
Maio	-	0	0	0	0,50	R\$ 46.026,34	0
Junho	-	0	17	0	0	R\$ 119.094,96	0
Julho	-	0	0	0	0	R\$ 52.174,66	0
Agosto	-	5	0	0	0,50	R\$ 30.659,73	0
Setembro	-	0	0	0	1,50	R\$ 121.168,81	0
Outubro	-	0	0	0	0	R\$ 20.373,04	0
Novembro	-	0	6	2	0	R\$ 32.828,36	0
Dezembro	-	0	0	0	0	R\$ 22.489,54	0
Total	-	5	27	3	3,00	R\$ 548.074,83	0

Fonte: FIGEST



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

3.0 GOVERNANÇA

3.1 Descrição das estruturas de governança

No desempenho de suas finalidades e competências, a Secretaria do Patrimônio da União e por conseguinte as Superintendências Regionais, estruturam-se internamente de acordo com seus macroprocessos, dotando cada um dos níveis hierárquicos de instrumentos de comando e controle adequados para formulação, planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas relacionadas à gestão do patrimônio imobiliário federal. Para tanto, dispõe de sistemas corporativos para cadastro e controle da carteira imobiliária sob sua administração, bem como instâncias e ferramentas de apoio ao processo decisório, que conjuntamente contribuem para aumentar a capacidade de instrumentalizar a alta direção na tomada de decisão e em sua capacidade de orientar e liderar bem como acompanhar, avaliar e fiscalizar a sua execução e resultados obtidos dispõe de sistemas corporativos e ferramentas de apoio à decisão

A Unidade Central da SPU é responsável pela execução da política de gestão do patrimônio imobiliário da União, definindo as diretrizes, prioridades e metas a serem seguidas pelas Superintendências do Patrimônio, descentralizadas nas 27 Unidades Federativas.

Dentro da estrutura organizacional da Unidade Central, as Diretorias tratam de monitorar e avaliar os resultados obtidos pelas unidades descentralizadas, em suas respectivas áreas de competência e em cada uma de suas divisões funcionais. Neste contexto, a Coordenação-Geral de Gestão Estratégica – CGGES é responsável pela consolidação dos resultados em âmbito nacional, para efeito de verificação no atingimento das metas das ações do PPA, pela alimentação do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento e da GIAPU, pela utilização do Painel de Indicadores da SPU, ferramenta que consolida as informações operacionais fornecidas pelas Unidades Descentralizadas através do FIGEST (Ferramentas Integradas de Gestão), sistema no qual as atividades operacionais das Superintendências do Patrimônio da União são registradas.

Em 2014 foram instituídos o Conselho de Avaliadores de Imóveis da SPU (Portaria SPU 111, de 10/04/2014) com a finalidade de contribuir com as ações voltadas ao planejamento, apoio e fomento dos serviços de avaliação de imóveis da União, incumbindo a estes, de acordo com a abrangência geográfica regional, o apoio no que tange a realização das avaliações, multiplicando conhecimento e realizando avaliações tanto de um único imóvel, como da possibilidade de efetuar o laudo de PVG da unidade regional e o Conselho de Demarcação (Portaria nº 151, de maio de 2014) com a finalidade de contribuir com as ações voltadas ao planejamento, apoio e fomento dos serviços de demarcação de áreas da União ou de seu interesse e de auxiliar na implementação do Plano Nacional de Caracterização nos Estados e no Distrito Federal visando o cumprimento das metas e prazos estabelecidos.

No âmbito do Regimento Interno da SPU (Portaria MPOG nº 220, de 25/06/2014), estão disciplinadas outras estruturas de governança da SPU, observando-se que este Regimento Interno deverá ser revogado em função da publicação de alteração da estrutura da Secretaria, conforme art. 41, do Decreto nº 41, Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, entretanto é o que se encontra em vigor, a saber:

Art. 59. O processo de construção de decisões estratégicas da SPU será apoiado pelas seguintes instâncias participativas, de natureza colegiada e com atribuições consultivas:

I - Conselho Estratégico - CE; e

II - Diretoria Colegiada - DC.

Art. 60. Ao CE compete:

I - aconselhar o dirigente máximo da SPU nas decisões estratégicas;



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

II - representar os Superintendentes do Patrimônio da União no processo de decisão estratégica;

III - manifestar-se sobre a definição dos indicadores, metas e sistemáticas da GIAPU, bem como na análise e encaminhamento dos resultados anuais;

IV - promover o compartilhamento de conhecimento técnico, experiências e serviços profissionais entre as Superintendências;

V - divulgar o trabalho e promover a imagem pública da SPU;

VI - propor formas de interação entre as Superintendências e organizar os encontros regionais;

VII - conhecer e manifestar-se sobre o planejamento da SPU; e

VIII - manifestar-se sobre inovações normativas, de diretrizes e de procedimentos.

Parágrafo único. Os Superintendentes representantes deverão divulgar as decisões e informações veiculadas pelo colegiado aos seus representados, e os diretores aos seus subordinados.

Art. 61. O CE será composto por:

I - Secretário do Patrimônio da União, que o presidirá;

II - Secretários-Adjuntos;

III - Chefe de Gabinete;

IV - Diretores dos Departamentos;

V - Coordenador-Geral de Gestão Estratégica, que o secretariará; e

VI - sete Superintendentes representantes.

Parágrafo único. Os Superintendentes indicados no inciso VI e seus suplentes representarão os vinte e sete superintendentes no CE e serão escolhidos por seus pares no Plenário dos Encontros Nacionais de Gestão Estratégica da SPU, para mandato de um ano, permitida uma recondução.

Art. 62. O CE reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, por demanda do Secretário ou por pedido de um ou mais dos componentes do Conselho, com aprovação

da maioria do Colegiado.

Art. 63. À DC compete opinar, conforme disposições do CE, sobre os seguintes temas:

I - diretrizes da PNGPU;

II - desafios estratégicos da SPU;

III - descentralização de decisões; e

IV - temas relevantes assim definidos pelo Secretário, por quaisquer dos Secretários-Adjuntos ou pelo CE.

Art. 64. A DC será composta pelo:

I - Secretário do Patrimônio da União;

II - Secretários-Adjuntos;

III - Diretores;

IV - Chefe de Gabinete; e

V - Coordenadores-Gerais, a convite.

Art. 65. A DC reunir-se-á pelo menos uma vez por semana para tratar de assuntos de caráter estratégico para a SPU, assim qualificados pelo Secretário, por quaisquer de seus Secretários-Adjuntos ou pelo CE.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

Art. 66. O Secretário poderá criar outros conselhos gerenciais, comitês temáticos e grupos de trabalho no âmbito das Unidades Central e Descentralizadas, com a finalidade de assessorar a tomada de decisão.

3.2 Gestão de risco e controle interno

A gestão de risco tem por finalidade o fortalecimento do sistema e controle interno com vistas a implementação da avaliação de riscos, do tratamento adequado e tempestivo das informações no âmbito da SPU/RO, com a participação dos agentes da organização na construção e monitoramento do sistema de controle em relação a gestão do Patrimônio da União no Estado de Rondônia.

De acordo com o item 1.11. do acórdão nº 7871/2015 – TCU, da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União que recomendou à Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia para elaborar um **PLANO DE AÇÃO PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO COM VISTAS A IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE RISCOS**, bem como **DO TRATAMENTO ADEQUADO E TEMPESTIVO DAS INFORMAÇÕES NO ÂMBITO DA SPU/RO, COM A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES DA ORGANIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO e MONITORAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE.**

Tem por objetivo desenvolver procedimentos de análise e avaliação de riscos, de atender aos requisitos legais, regulatórios e de segurança dos procedimentos administrativos e de desenvolver critérios para o tratamento e aceitação de possíveis riscos e sua minimização.

Assim setores desta organização pública deverão se estruturar para promover atividades de gestão de riscos, com vistas ao levantamento dos impactos e probabilidades de ocorrência dos referidos riscos, bem como identificar ameaças a vulnerabilidades que estamos expostos, bem como medir os níveis de riscos para selecionar os controles necessários de tratamento.

Visando atender determinação do Tribunal de Contas da União, realizamos este plano de gestão de risco, cujo objetivo inicial é diagnosticar, analisar, avaliar e tratar os riscos identificados, para facilitar e automatizar os processos de gestão dos possíveis riscos, fornecendo o suporte necessário para a tomada de decisão para sanar e, desta forma, facilitar o desenvolvimento de estratégias para controlar, eliminar e minimizar os riscos a níveis aceitáveis pela organização.

A elaboração do Plano de Ação contempla os seguintes itens:

- Mapeamento de todas as atividades de cada unidade com respectivos objetivos institucionais;
- Identificar as responsabilidades de cada servidor da unidade vinculada às atividades desenvolvidas;
- Indicar que tipo de ação a unidade e o servidor precisam adotar para garantir o cumprimento da atividade com segurança sem causar prejuízos à Superintendência o ao contribuinte. Ex.: um processo de pedido de área pública, elaborar fluxograma identificando quais unidades atuam no processo, prazo para manifestação de cada unidade/servidor, prazo para responder ao requerente, unidade ou pessoa/autoridade responsável pelo contato com a parte interessada, etc;
- Apontar, expressamente, que prejuízos (riscos) podem acarretar o descumprimento das etapas de cada um dos processos da unidade;
- Estabelecer cronograma de verificação do cumprimento das atividades para identificar possível ocorrência de prejuízos/danos à instituição e/ou ao contribuinte.

Tendo como referente a possíveis riscos no serviço público:

1. Falta de conhecimento das normas e legislação incidentes sobre as atividades desenvolvidas em cada área da instituição;



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

2. Falta de treinamento das pessoas para atuar nas atividades, programas, sistemas corporativos, etc;
3. Liberdade, sem verificação, para a tomada de decisão sobre o principal objeto da unidade. Ex.: autorizações, concessões, lançamento em sistema após destinado, etc. Sem controle de numeração, área, etc.
4. Burocracia excessiva, que atrasa e prejudica o andamento das atividades desenvolvidas pela unidade.

O processo de gestão de risco permite identificar os riscos que podem causar prejuízos nas atividades operacionais e administrativa da SPU/RO, como um todo, mas em especial aos setores que compõe a estrutura organização da regional.

PONTOS FRACOS DA SPU/RO

1. Deficiência nas normas e orientações normativas;
2. Falta de pessoal com formação mais específica na área;
3. Diminuição de pessoal devido a aposentadoria
4. Deficiência em sistema operacionais
5. Ausência de sistema que possibilite a retirada da UG da SPU/RO nos casos de cessão de uso para entes estadual, municipal ou sem fins lucrativos, com dispositivo que possibilite o monitoramento eletrônico.

PONTOS FORTES DA SPU/RO

1. Boa localização
2. Área com grande potencial de atendimento de interesse social e de arrecadação
3. Gerências sem vícios

ATIVIDADES BÁSICAS DO GERENCIAMENTO DE RISCOS

Considerando as atribuições, fragilidades e pontos fortes da SPU/RO planejamos agir na seguinte ordem de ações:

1º) Inventariar os riscos: nesta atividade caberá o levantamento de informações de todos os imóveis que compõe o acervo de responsabilidade da SPU/RO, registrados no SPIUNET, e deste rol identificar aqueles que tenham inconsistência;

2º) Analisar as inconsistências: de posse dos imóveis que foram devidamente identificados, realizar agrupamentos de similaridade de inconsistência, de acordo com a análise de dados levantados;

3º) Avaliar os riscos: tendo em vista os levantamentos efetuados e a devida análise dos dados, montar planilha que possa demonstrar de forma objetiva o rol de imóveis que apresentaram classificação de riscos altos, médios e pequenos;

4º) Tratamento dos riscos identificados: processo que visa efetuar as correções e ações preventivas para evitar a repetição o erro e saneando as inconsistências identificadas no cadastro do imóvel. Identificando o tipo de ação e qual o servidor se incumbirá de garantir o correto cumprimento da atividade de forma segura, sem causar prejuízos ao interesse público;

5º) Controle e minimização dos riscos: uma vez identificado os riscos e executado suas correções, cabe estabelecer rotinas de procedimentos prévios a fim de se evitar que venha ocorrer as falhas; inclusive mencionando que prejuízo pode acarretar a cada etapa do processo de cadastramento.

6º) Estabelecer cronograma: a cada ação ou etapa mencionadas anteriormente, deverá ser estabelecidos os objetivos, as ações, onde será executado a tarefa, quando será feito, qual o servidor responsável e se haverá sua efetiva realização ou não e por qual motivo não poderá ser realizado.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

QUADRO Nº 020: PRINCIPAIS PROBLEMAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Problemas Estruturais	Soluções
<ul style="list-style-type: none">- Carências de servidores- Grande demanda e demora para análise e lançamento nos sistemas.	<ul style="list-style-type: none">- Redistribuição de servidores do Ex Território e concursos
Problemas Operacionais	Soluções
<ul style="list-style-type: none">- Servidores não especializados e em fase de aposentadoria- Normas Legais, Orientação e Instruções Normativas desatualizadas e complexa- Sistema de Tecnologia antigo que não facilidade a atualização de informações externas.	<ul style="list-style-type: none">- Criar algum incentivo- Consolidar todas as leis em vigor em só dispositivo.- Previsão de atualização e implantação de novo sistema pelo órgão central até junho.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

4.0 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

4.1.1 Canais de Acesso ao Cidadão

A SPU trabalha com diversos canais de comunicação com a sociedade: grupos de trabalho com a participação da sociedade organizada para apoio a destinação de áreas para habitação de interesse social, audiências públicas normatizadas em processos de trabalho e para elaboração de normativos, oficinas do Projeto Orla, atendimento presencial ao cidadão, atendimento via telefone e canais virtuais de informação, comunicação e prestação de serviços.

Os principais canais de diálogo e participação da sociedade civil organizada nas decisões da SPU, com funcionamento regular ao longo dos anos, são o Grupo de Trabalho Nacional – GTN, instituído na SPU/UC e os Grupos de Trabalho Estaduais – GTEs, instituídos nas SPU/UF. Seu objetivo principal é o apoio à Secretaria na identificação da demanda da sociedade por Habitação de Interesse Social (HIS), bem como na identificação de imóveis da União com vocação para a habitação.

4.1.1.1 Canais Virtuais

Site do MP

www.planejamento.gov.br

Características:

- Criado e mantido pela ASCOM/MP, foi modernizado em 2013, dando novo conceito às informações.

Serviços:

- Possui link com todos os serviços que a SPU presta ao cidadão virtualmente e com o patrimoniodetodos

Fale Conosco

<http://www.planejamento.gov.br/faleconosco.asp?index=mp>

Características:

- Criado e mantido pela ASCOM/MP no site do MP. As demandas para SPU são filtradas pela ASCOM e acessadas pela Assessoria de Imprensa da SPU que encaminha por e-mail à área responsável pela resposta, diretamente ao cidadão.

Serviços:

- Pode ser acessado pelos sites do MP, pelo Balcão Virtual e pelo site patrimoniodetodos.
- Em 2014 foram feitos 2.918 da SPU atendimentos por este canal.

Site Patrimoniodetodos

www.patrimoniodetodos.gov.br

Características:

- Criado e mantido pela SPU/MP, para ser atualizado em rede supervisionada pela Assessoria de Comunicação da SPU
- Links com site MP, balcão virtual



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

Serviços:

- Informações sobre SPU nacional e estaduais
- Acessos aos serviços prestados pela SPU aos cidadãos

Balcão Virtual

<http://atendimentovirtual.spu.planejamento.gov.br>

Características:

- Criado e mantido pelo Serpro, depende desse contrato para fazer modificações e correções.

Serviços:

- Atualização de endereço
- Informações sobre Transferência de imóvel
- Emissão e validação da CAT
- Acesso a formulários para outras certidões
- Emissão de DARF
- Visualização dos Dados Cadastrais e situação financeira do Imóvel
- Cálculo de laudêmio
- Averbação de Transferência – lista de documentos e orientação.
- Em 2014 foram emitidos 580.527 e-DARF's por este canal.

Site Portal Colaborativo

<https://patrimoniode todos.planejamento.gov.br/colaborativo>

Características:

- Criado e mantido pela SPU/MP, para servir como Intranet da SPU enquanto as superintendências estavam fora da rede MP
- Permite a instalação de grupos de discussão e aprimoramento de temas

Serviços:

- Informações sobre questões internas da SPU
- Criação de salas de conversa
- Não permite o acesso direto do cidadão mas pode favorecer a padronização de procedimentos sobre este tema
- Por não ter área definida na SPU para seu monitoramento sistemático, cada Departamento fica responsável por suas informações e por sua manutenção.

Site do Sistema de Informação ao Cidadão - SIC

www.planejamento.gov.br (clique em Central de Conteúdos em seguida em Serviços – não tem um ícone na página principal que remeta ao e-sic)

Características:

- Criado e mantido pela ASCOM/MP
- Definido e padronizado pela Lei de Acesso a Informação e pela CGU
- Integrado como parte do atendimento ao cidadão

Serviços:

- Informações relacionadas com a Lei de Acesso a Informação



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

4.1.1.2 Atendimento Presencial

Em cada uma das Superintendências do Patrimônio da União nos estados funciona um núcleo de atendimento ao público (serviço ou setor), previsto regimentalmente, para atendimento presencial de demandas de informações e serviços da SPU.

No Distrito Federal a maior demanda de solicitação de informações e serviços da SPU referem-se aos imóveis sob jurisdição da SPU/DF onde é prestado este atendimento ao grande público.

Na SPU/UC o atendimento ao público tem características diferenciadas das SPU/UF, podendo ser classificado como atendimento de cunho estratégico, representado pelo atendimento de autoridades administrativas e políticas. Assim sendo, a estrutura de atendimento presencial não é física mas administrativa, pois o atendimento se dá sempre por agendamento e com a alta gerência da SPU.

Setor de Atendimento ao público – SETAP

• **O público é atendido no SETAP/SPU são de Pessoas físicas ou jurídicas que:**

- a) Tem direitos garantidos pela Constituição – direito a moradia, quilombolas, indígenas;
- b) Tem direitos garantidos por legislação infra-constitucional;
- c) Contribuintes que ocupam áreas da União – ocupantes, foreiros, etc;
- d) Ocupantes de áreas da União, mas que são isentos de pagamento;
- e) Ocupantes irregulares de áreas da União.
- f) Ocupantes de imóveis da União oriundos de órgãos extintos;
- g) Necessitam ocupar temporariamente um imóvel da União (barracas de praia, eventos no litoral).

• **Serviços prestados no SETAP:**

- a) Informações sobre tramitação de processos;
- b) Orientações sobre assuntos de competência da SPU;
- c) Orientação e recepção de documentos para Instrução processual para Aforamento, Isenção, Inscrição de ocupação, Averbação de transferência, Permissão de uso, etc;
- d) Emissão e entrega de certidões;
- e) Alocação de créditos antigos;
- f) Consulta de documentos (Abertura de processos, bem como substituição/atualização de documentos);
- g) Consulta sistemas/bancos de dados: SIAPA, SARP, SPIUNET, CPROD e SEI;
- h) Cálculo de taxas devidas à União em decorrência da ocupação de imóvel;
- i) Emissão de DARF;
- j) Recebimento, impressão e preenchimento de formulários;
- k) Vistas ou cópias de processos físicos e digital;
- l) Orientação e recebimento de documentos para instrução processual para Regularização fundiária;



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

• **Protocolos**

Características:

- Existem em todas as unidades da SPU
- Definidos e padronizados pela SPOA/MP
- Utiliza como base de informações do sistema CPROD, vigente até março de 2015, quando houve a implantação do SEI-Sistema Eletrônico de Informação.
- É o núcleo que insere documentos no sistema SEI gerando o documento/processo digital, que após digitalização dos documentos do usuário/interessado, em papel, devolve-os ao mesmo, exceto, documentos como plantas, croqui de projetos que devem ser recolhidos em papéis até que seja possível inclui-los em formato digital, conforme especificado pela normatização do SEI.

Com a implantação do SEI-Sistema Eletrônico de Informação, as informações e o controle de documentos/processos são em âmbito interno, não havendo acesso ao usuário externo, que para ter conhecimentos dos andamentos de documentos/processos de seu interesse, tem que ligar no atendimento da SPU e obter as respostas por telefone ou aguardar retorno no ato da conclusão da sua demanda, via documento que tenha gerado a resolução do caso, como ofício informativo, certidão, etc..

Serviços:

- Informações relacionadas com andamento de demandas em tramitação na SPU, conforme as informações dispostas no SEI.

VIA TELEFONE

A SPU apresenta um grande volume de solicitações de informações via telefone, de forma descentralizada, na unidade central e Superintendências, as ligações são feitas a qualquer telefone disponível no site, principalmente os de atendimento ao público.

4.1.2 Audiências Públicas

No processo de demarcação das LPM e LMEO, uma das etapas inclui audiências públicas para garantir a informação e o diálogo com a sociedade sobre o significado desses procedimentos. Esta diretriz foi definida pela SPU/UC e passou a ser parte integrante do processo formal, garantindo um momento de diálogo direto com as comunidades que vivem nas áreas demarcadas.

Com um formato mais semelhante a pequenos seminários, a SPU/UC tem convidado a sociedade organizada para contribuir na elaboração de normativos com alta sensibilidade, como a regulamentação do uso dos espaços aquáticos e outros.

Estes instrumentos são direcionados para o estabelecimento de parcerias com a sociedade na preservação dos espaços públicos e adequada utilização dos imóveis da União, na sua amplitude, aumentando a capacidade de gestão do estado.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

4.1.3 Carta de serviços ao cidadão

Embora a Secretaria do Patrimônio da União – SPU ainda não tenha uma cartilha publicada com o rol dos serviços prestados, colocamos à disposição do cidadão todas as informações relacionadas aos serviços por ela prestados em página no sítio do MPOG (<http://www.planejamento.gov.br/servicos/servicos-do-mp/patrimonio-da-uniao>) e em sítio próprio (<http://patrimoniode todos.gov.br/servicos>).

Tendo em vista a crescente demanda por informações úteis, resolutivas, atualizadas, confiáveis, de rápido e fácil acesso, o Governo Federal desenvolveu o Guia de Serviços, canal integrador que facilita o acesso de cidadãos e empresas aos serviços federais, onde o cidadão terá a sua disposição informações sobre o serviço desejado, onde e como obter o serviço, relação de documentos necessários, entre outros. O Guia pode ser acessado pelo endereço www.servicos.gov.br e nele já constam alguns serviços prestados pela SPU e serão introduzidos todos os demais serviços disponíveis ao cidadão.

A Unidade Central da SPU está trabalhando para transformar as informações do Guia e outras informações sobre nossos serviços em cartilha de informações.

4.2 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A SPU pauta sua gestão pela transparência e tem relacionamento direto com cidadãos, principalmente os que utilizam bens imóveis ou serviços relativos aos imóveis da União. O relacionamento e comunicação da SPU com os cidadãos e destes para com a SPU é realizada por diversos canais, podendo ser virtuais (sites e telefone) ou ainda de forma presencial, diretamente nas unidades descentralizadas da Secretaria. Abaixo estão as formas disponíveis de comunicação e ações cujo foco é ouvir a comunidade sobre as ações da SPU na localidade.

CPROD

<http://cprodweb.planejamento.gov.br/>

Características:

- Criado e mantido pela SPOA/MP, não tem abertura para modificações sistêmicas.

Serviços :

- Informações sobre o andamento de processos relativos aos assuntos de imóveis da União;
- Informação sobre processo localizando por assunto, interessado, número e palavras chave;
- Acesso a informações de despacho no processo.

O sistema CPROD - foi utilizado até a implantação do novo sistema de processos eletrônico de informações -SEI.

A partir da implantação do SEI , desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), é um sistema de gestão de processos e documentos arquivísticos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho. Uma das suas principais características é a libertação do papel como



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real.

É um dos produtos do projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN), iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da Administração Pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos. Coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o PEN proporciona a integração de diferentes esforços que já estavam em curso no âmbito do Governo Federal e possibilita melhorias no desempenho dos processos da Administração Pública, com ganhos em agilidade, produtividade, transparência e satisfação do público usuário e redução de custos. A intenção do projeto é disponibilizar uma solução flexível o bastante para ser adaptada à realidade de órgãos e entidades da Administração Pública de diferentes áreas de negócio. A solução será disponibilizada no Portal do Software Público do Governo Federal.

É uma ferramenta que permite a produção, edição, assinatura e trâmite de documentos dentro do próprio sistema, proporcionando a virtualização de processos e documentos, permitindo atuação simultânea de várias unidades ao mesmo tempo em um mesmo processo, ainda que distantes fisicamente, reduzindo o tempo de realização das atividades.

Principais facilidades do SEI:

- a. Portabilidade: 100% Web e pode ser acessado por meio dos principais navegadores do mercado: Internet Explorer, Firefox e Google Chrome;
- b. Acesso Remoto: em razão da portabilidade já mencionada, pode ser acessado remotamente por diversos tipos de equipamentos, como microcomputadores, notebooks, tablets e smartphones de vários sistemas operacionais (Windows, Sistema Eletrônico de Informações – Manual do Usuário 8 Linux, IOS da Apple e Android do Google). Isto possibilita que os usuários trabalhem a distância;
- c. Acesso de usuários externos: gerencia o acesso de usuários externos aos expedientes administrativos que lhes digam respeito, permitindo que tomem conhecimento do teor do processo e, por exemplo, assinem remotamente contratos e outros tipos de documentos;
- d. Controle de nível de acesso: gerencia a criação e o trâmite de processos e documentos restritos e sigilosos, conferindo o acesso somente às unidades envolvidas ou a usuários específicos;
- e. Tramitação em múltiplas unidades: incorpora novo conceito de processo eletrônico, que rompe com a tradicional tramitação linear, inerente à limitação física do papel. Deste modo, várias unidades podem ser demandadas simultaneamente a tomar providências e manifestar-se no mesmo expediente administrativo, sempre que os atos sejam autônomos entre si;
- f. Funcionalidades específicas: controle de prazos, ouvidoria, estatísticas da unidade, tempo do processo, base de conhecimento, pesquisa em todo teor, acompanhamento especial, modelos de documentos, textos padrão, sobrestamento de processos, assinatura em bloco, organização de processos em bloco, acesso externo, entre outros;
- g. Sistema intuitivo: estruturado com boa navegabilidade e usabilidade.

Sua implantação se deu em março de 2015, e a partir dessa data todos os documentos no âmbito do MPOG, são cadastrados nesse Sistema, e os documentos e processos que foram gerados no CPROD tiveram que ser inseridos manualmente de acordo com a metodologia orientada, passando os processos em tramite na administração do MPOG a ser digital e não mais fisicamente, em papéis.

4.2.1 Acessibilidade Física

Ainda que a Unidade Central não faça atendimento ao cidadão para os serviços prestados pela SPU, as instalações no prédio que ocupa (bloco C na Esplanada dos Ministérios – Brasília/DF) estão



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

adequadas ao atendimento de portadores de necessidades especiais, tais como rampas de acesso a cadeirantes, mobiliário rebaixado na área de recepção, banheiros adaptados, vagas reservadas, elevadores com dimensões adequadas a cadeirantes e elevador especial para transporte de público e servidores com dificuldades de locomoção para acesso ao subsolo.

Da mesma maneira, é priorizado o atendimento presencial às pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo, nos termos da lei 10.048/00.

4.2.2 Acessibilidade Virtual

Portal do MP

- Foi desenvolvido de forma a oferecer o máximo de acessibilidade aos visitantes, seguindo as diretrizes e a metodologia do e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico e do e-PWG - Padrões Web em Governo Eletrônico.
- Essa acessibilidade traduz-se na facilidade de navegação com teclas de atalho. Para conhecer essas teclas o cidadão tem que acessar a aba Acessibilidade no alto da página principal do site do MP.
- Não localizamos recursos de aumento de letras ou outros recursos que facilitem o acesso às informações do site. Como se trata de um site ainda em construção, acreditamos que esses recursos serão implantados num futuro próximo.

Site Patrimoniode todos

- Usa o Open Source Content Management System Plone e foi projetado para ser completamente acessível e usável, estando em conformidade com as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG v1.0).

A unidade Central elabora folders informativos, publicações em mídia eletrônica, bem como cartas de comunicação de informações inerentes ao Patrimônio da União e de acordo com o tipo, são encaminhadas diretamente ao cidadão ou ficam disponíveis no Setor de Atendimento ao Público.

4.3 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade

Não há pesquisa de opinião e medição de satisfação dos cidadãos usuários dos serviços prestados pela SPU, no entanto, há linhas de atuação que podem servir de medidor ou objeto de análise proposta da missão do órgão, que traz a compreensão da garantia de participação democrática e representativa da sociedade civil, pela prática do diálogo com a sociedade representada pelos seguimentos representativos de seus interesses e atuam na construção dos resultados pactuados, com objetivos convergentes entre os interesses dos cidadãos e o interesse público.

A SPU, tomou a iniciativa de dialogar com os principais atores da política de habitação criando os mecanismos necessários para atender demandas dos movimentos por moradia do País, como mais um canal de disponibilização de imóveis da União com vocação para habitação em complemento aos canais via prefeituras e governos dos estados, com a instituição de Grupo de Trabalho Nacional, formado por todos os segmentos representados no Conselho Nacional das Cidades, por representantes da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	3.379.107.101,67	3.377.103.230,32			
Bens Imóveis	3.379.509.002,75	3.377.444.755,06			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-401.901,08	-341.524,74			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	3.379.107.101,67	3.377.103.230,32	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.379.107.101,67	3.377.103.230,32

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	-	-	PASSIVO FINANCEIRO	-	-
ATIVO PERMANENTE	3.379.107.101,67	3.377.103.230,32	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	3.379.107.101,67	3.377.103.230,32

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2015	2014		2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

FIGURA Nº 004: DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – TODOS OS ORÇAMENTOS:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 05/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.875.212,24	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	4.362.498,96	-
Reavaliação de Ativos	3.612.173,23	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	750.325,73	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	512.713,28	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	512.713,28	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.888.445,11	-
Pessoal e Encargos		
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	77.480,56	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	77.480,56	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	627.031,20	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	627.031,20	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.183.933,35	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.192.861,11	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

	2015	2014
Desincorporação de Ativos	991.072,24	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.986.767,13	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Diretoria de Planejamento e Gestão - DIPLA
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGEOR
Coordenação de Contabilidade - CCONT
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 2º andar, CEP 70.040-906 – Brasília/DF
Telefones: (61) 2020.4087 - E-mail: ccont.cgeor@planejamento.gov.br

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Superintendência do Patrimônio da União/RO

UG/GESTÃO: 201033/00001

COM RESSALVA

Declaro que os Demonstrativos Contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, e com base na Conformidade de Registro de Gestão, refletem adequadamente a situação patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta prestação de contas, exceto no tocante a:

a) Falta de registro da Conformidade de Registro de Gestão em determinado período do mês de fevereiro.

Declaro ainda que, durante o exercício de 2015, não houve execução orçamentária e financeira nessa unidade.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília - DF, 11 de março de 2016.

Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.

Marlene Cavalcante Gomes
Coordenadora
CCONT/CGEOF/SPOA/SE/MP
CRC-DF: 016693/O



Documento assinado eletronicamente por **MARLENE CAVALCANTE GOMES, Coordenadora**, em 11/03/2016, às 11:36.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seimp.planejamento.gov.br/conferir], informando o código verificador **1083351** e o código CRC **671BC367**.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

6.0 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de pessoas

Este item tem por finalidade informar sobre a estrutura de pessoal da unidade e qualificando-a para fins de avaliação da sua suficiência para o cumprimento da missão institucional.

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Esta Superintendência conta com 21 servidores no seu quadro funcional, contando com os servidores de cargos efetivos e servidores sem vínculos (comissionados). No exercício de 2015 foram aposentadas 02 (duas) servidoras de carreira, cargo efetivo, nos meses de setembro e dezembro e exonerada 01 (uma) servidora sem vínculo, comissionada, no mês de dezembro.

A quantidade de servidores disponíveis diante de necessidades da unidade é insuficiente para realização das demandas contantes na metas institucionais, tendo em vista a **previsão** de Egressos a cada exercício que tem sido de no mínimo 02 (dois) servidores. Esse impacto das aposentadorias na força de trabalho disponível é relevante em função de 95% dos servidores se encontrarem com o Abono de Permanência, aptos para aposentadoria.

Outro fator preponderante são os constantes afastamentos por licenças médicas que reduzem a força de trabalho disponível, afetando diretamente nas atividades desenvolvidas pela SPU/RO.

QUADRO Nº 021: FORÇA DE TRABALHO DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	19	19		
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	19	19		02
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	19	19		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	02	02		01
4. Total de Servidores (1+2+3)		21		03

Fonte: CGADM/SPU/MP



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área-fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

QUADRO Nº 22: DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	05	14
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	05	14
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	05	14
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		02
4. Total de Servidores (1+2+3)	05	16

Fonte: CGADM/SPU/MP

Esta Superintendência possui o Contrato 017CT2012 para prestação de serviços auxiliares de recepcionista com uma funcionária, empresa Rondomapi Seleção e Agenciamento, em função do número reduzido da força de trabalho para utilização de um servidor na realização dessa atividade meio.

A UG da Contratante teve alteração em 31/01/2016 em função da migração do Ministério da Fazenda para o Ministério do Planejamento – DEPEX/MP. (Vide QUADRO Nº 023: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE, nos anexos e apêndices)

Em função da reestruturação de cargos do Ministério do Planejamento, realizada em 17 de dezembro, foram exonerados 02 (dois) cargos natureza especial – DAS 101.1.

O quadro seguinte identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UPC. (Vide QUADRO Nº 024: DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC, nos anexos e apêndices).

Estes quadros demonstram, claramente, a perda de pessoal, ou seja, somente no ano passado foram 3 servidores de atividade-fim, associado a diminuição de receitas, entretanto aumentando-se as demandas e metas, desta forma sinalizando-se o colapso na administração, onde força o gestor e fazer meras justificativas escritas para se livrar do problema, mas, em contrapartida, se sentindo impotente em solucionar demandas da sociedade.



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

QUADRO Nº 025: DESPESAS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2015	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	2014	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2015	25.827,78	0,0	95.393,36	2.240,08	4.635,80	3.382,20	0,0	0,0	131.479,22
	2014	25.124,30	0,0	85.023,24	2.109,98	4.716,77	3.347,11	0,0	0,0	120.321,40
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2015	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	2014	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2015	82.999,68	304,84	6.916,64	1.575,60	9.887,25	0,0	0,0	0,0	101.684,01
	2014	79.827,48	0,0	6.652,29	1.531,68	9.678,00	0,0	0,0	0,0	97.689,45
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2015	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	2014	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2015	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	2014	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: DIPAG/DIRAD/SE/MP



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

6.2.1 Demonstração da situação do imóveis da União

Estrutura de controle e de gestão do patrimônio segue o disposto nos sistemas eletrônicos SIAPA e SPIUNET, sendo que o primeiro se refere àqueles que podem gerar créditos patrimoniais e são lançados as concessões onerosas, ocupações e aforamentos e o SPIUNET corresponde aos imóveis funcionais, aqueles que são destinados a administração pública federal direta, indireta, municípios, Estado e entidades sem fins lucrativos; sendo que suas destinações seguem dispositivos estabelecidos em normas legais.

Os imóveis registrados no SPIUNET estão distribuídos em todas as cidades do Estado, concentrando-se em maior escala em Porto Velho, Ji Paraná, Cacoal e Vilhena, haja vista estes municípios terem outras sub-regionais de órgãos públicos. Quanto aos imóveis do SIAPA, estes estão distribuídos na cidade de Porto Velho, Guajará Mirim e Pimenteiras, este último com 1 imóvel ativo, sendo que a grande demanda encontra-se em Porto Velho, por termos aqui a área de maior ocupação de área da União, onde citamos a Figura A – parte e os terrenos marginais do Rio Madeira.

Um dos fatos de insegurança das informações constantes do Cadastro no SPIUNET são os cadastros antigos, que eram realizados pelos órgãos públicos em geral, pois apresentam informações inconsistentes, inclusive gerando dúvida da existência do imóvel, pois verificamos lançamentos que consta rua sem nome, sem número e sem qualquer referência para localizar e, também, sem processo que deu origem ao cadastro; os imóveis lançados atualmente já são exigidos confirmação de determinados campos que diminuiu a possibilidade de erros de cadastros. Esta regional fará uma sequência de ações visando sanar todos as inconsistências do SPIUNET.

Os imóveis objeto de locação estão situados no DF, sendo que o órgão central enviou orientação por meio do Memorando nº 2941, de 11 de março de 2016, orientando que seja alterado o regime de utilização de imóvel funcionais, que caracterização locação na forma de permissão de uso, por se tratar de residências situadas no Distrito Federal e que são destinados na forma da GEAPN-006, de 24 de dezembro de 2016. Tendo em vista que os imóveis residenciais desta UPC estão incluindo no processo de alienação de imóveis residenciais e terreno, sendo que a situação atual encontram-se sendo utilizados pelos órgãos a que deram origem, bem como os descontos objeto de uso correm por conta da UG jurisdicionada, observando que serão objeto de alienação.

Quanto aos imóveis objeto de cessão, estão demonstrado na planilha do documento nº 8 deste relatório; registramos que não há imóveis que constem despesas de manutenção e de controle de registro contábil nesta regional.

A situação de gestão dos imóveis da União na SPU/RO encontram-se em constantes ajustes, haja vista que foi herdado diversos imóveis cadastrados pelas unidades do patrimônio da União dos Estados do Amazonas e Mato Grosso, que devido a distancia, apresentam diversas inconsistências que vamos efetuando a correção de acordo com as demandas, sendo que já efetuamos uma grande quantidade de correções.

O cadastro do SIAPA é o que se encontra com a melhor condição de clareza das informações, haja vista que em sua maioria estão situados em Porto Velho, portanto mais fáceis de efetuar as correções, inclusive com uma recente checagem de todas as inconsistências apontadas no último relatório e que foram sanadas, pois este sistema não apresentou problemas que dificultavam suas correções, bem como se trata, em sua maioria de imóveis indubitavelmente da União e os



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

novos lançamentos já passaram por uma filtragem mais segura, portanto os antigos que vieram dos lançamentos do AM e do MT foram corrigidos e os novos já entraram no sistema devidamente corrigidos. (Vide QUADROS DE Nº 026 a Nº 031, nos anexos e apêndices).

6.3 Gestão da Tecnologia da Informação

A Gestão de Tecnologia da Informação na SPU é realizada de forma alinhada com as diretrizes do Ministério do Planejamento, por meio de sua Diretoria de Tecnologia da Informação. Nesse sentido a SPU não possui PETI ou PDTI individuais, em vez disso, tem suas ações de TI contempladas nos artefatos do Ministério do Planejamento. As versões do PEI, PETI e PDTI vigentes em 2015 seguem no Anexo Planejamento - TI-MP (1452452)

A governança de TI no âmbito do MP é praticada por meio do Comitê Estratégico de TI – CETI, criado por meio da Portaria 276 SE de 20 de maio de 2009, com participação de todas as unidades de negócio, que acompanha a execução dos planos de TI aprovados pelo próprio comitê e ratificado ou retificado pela Secretaria-Executiva. As informações acerca do Comitê Estratégico de TI do MP – CETI são consolidadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação do MP. As reuniões ocorrem mensalmente onde são apresentadas as principais deliberações. As atas de reunião com os encaminhamentos podem ser encontrados no Anexo CETI-ATAS (1452429).

A SPU não possui um plano específico de capacitação voltado para TI. As demandas de capacitação assim que identificadas são encaminhadas à CGADM para viabilização. O Plano de Capacitação Geral da Secretaria não contemplou ações pontuais da área de Tecnologia. Em 2015 especificamente, por se tratar de um ano com severas restrições de orçamento, foram priorizadas capacitações em cursos EAD gratuitos. A seguir os cursos e treinamentos realizados:

QUADRO Nº 032: CURSOS E TREINAMENTOS DE TI REALIZADOS

EVENTO	PERÍODO	LOCAL	QTDE DE SERVIDORES
Workshop PES – Processo de Entrega de Soluções do Ministério do Planejamento, baseado em metodologias ágeis.	Nov/2015	ENAP	2
Análise e Melhoria de Processos - Metodologia MASP	Out/2015	ENAP	1
Gerência de Projetos: Teoria e Prática	Ago/2015	ENAP	2
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos - nível intermediário	Mai/2015	ENAP	2
Planejamento de Tecnologia da Informação	Mar/2015	ENAP	1

Fonte: CGTEC



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

A força de trabalho da CGTEC atualmente está estruturada da seguinte forma:

QUADRO Nº 033: FORÇA DE TRABALHO CGTEC

SITUAÇÃO	CATEGORIA	QDTE
Analista de Tecnologia da Informação	Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	4
Analista Técnico Administrativo	Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	1
Agente administrativo	Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	2
Terceirizados	Terceirizados	1
Estagiários	Estagiários	2
Direção e Assessoramento Superior	Sem vínculo	2
TOTAL		12

Fonte: CGTEC

Gerenciamento de Disponibilidade: a CGTEC realiza o monitoramento de seus sistemas críticos (SIAPA, SPIUnet e SARP) bem como da infraestrutura de links de acesso das superintendências, por meio da ferramenta Nagios, em parceria com a DTI e mediante contrato com a empresa Central IT. Esse monitoramento permite o encaminhamento tempestivo de ações quando detectada alguma indisponibilidade.

Gerenciamento de Incidentes: O gerenciamento de incidentes é realizado por meio das ferramentas CITSmart e Central de Suporte do Portal Colaborativo. Os serviços mais basilares ligados a acesso à rede, e-mail corporativo, instalação de softwares, configuração de impressão, entre outros são realizados mediante contrato do MP com a empresa Central IT. As demandas de manutenção nos sistemas institucionais são catalogadas por meio da Central de Serviços do Portal Colaborativo e todo o fluxo de atendimento é registrado e monitorado.

Gerenciamento de Aquisições: O Gerenciamento de Aquisições segue um fluxo anual de Levantamento de Necessidades, Avaliação, Priorização e Realização das contratações. As aquisições identificadas como prioritárias, tanto de infraestrutura como de sistemas, são registradas / atualizadas no Plano Diretor de TI (PDTI) do Ministério do Planejamento para fins de monitoramento.

Os projetos de TI realizados em 2015 foram divididos em Gestão de Infraestrutura, Gestão de Sistemas e Gestão da Informação. A seguir apresentamos as ações em cada um dos segmentos:

Gestão de Infraestrutura: No que diz respeito ao quesito “Gestão de Infraestrutura tecnológica” em 2015 foram realizadas algumas aquisições, porém vários projetos planejados não puderam ser executados por conta de severas restrições orçamentárias. A seguir são apresentadas as contratações realizadas:

- Aquisição de equipamentos tipo workstation

Em 2015, com auxílio do Programa de Modernização e da CGIPA/SPU, à CGTEC realizou a aquisição de 72 (setenta e dois) equipamentos tipo Workstation através de adesão a ata de registro de preço alusivo ao pregão nº 2/2015 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O objetivo desta aquisição foi dotar as Superintendências de equipamentos com alto poder de processamento a ser usado nas áreas de Cartografia e Geoprocessamento. Ao todo foi investido R\$ 647.496,00 sendo que todo o recurso financeiro veio de empréstimo realizado pelo BID através do Programa de



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

Modernização da Gestão do Patrimônio da União – PMGPU. Os equipamentos adquiridos foram distribuídos conforme planilha abaixo:

QUADRO Nº 034: DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPEMANTOS WORKSTATION

UNIDADE	QTDE	UNIDADE	QTDE	UNIDADE	QTDE
SPU/AC	1	SPU/MA	1	SPU/RJ	3
SPU/AL	2	SPU/MG	4	SPU/RN	2
SPU/AM	3	SPU/MS	2	SPU/RO	1
SPU/AP	2	SPU/MT	2	SPU/RR	2
SPU/BA	4	SPU/PA	3	SPU/RS	4
SPU/CE	2	SPU/PB	3	SPU/SC	4
SPU/DF	0	SPU/PE	2	SPU/SE	2
SPU/ES	2	SPU/PI	3	SPU/SP	3
SPU/GO	1	SPU/PR	3	SPU/TO	2

Fonte: CGTEC

- Aquisição de Ultra portáteis

A CGTEC/SPU, com o apoio da DTI, realizou em 2015 a aquisição de 51 (cinquenta e um) notebooks ultra portáteis através de adesão a ata de registro de preço alusivo ao pregão nº 2/2015 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com vistas a apoiar os trabalhos de campo realizados pelas Superintendências nos estados, e também dar suporte às atividades desenvolvidas no Órgão Central.

Ao todo foi investido R\$ 161.973,96 sendo que os equipamentos adquiridos foram assim distribuídos: 01 (um) equipamento para cada superintendência e seus respectivos postos avançados, e 21 (vinte e um) para o Órgão Central.

- Implantação de Rede Sem Fio nas Superintendências

Visando aprimorar e otimizar os serviços de TI que dão suporte às atividades finalísticas da SPU, a CGTEC/SPU realizou no âmbito do processo de compras compartilhadas do Governo Federal em 2014, a aquisição de 60 (sessenta) antenas no valor de R\$ 60.000,00, com o objetivo de implantar solução de rede sem fio em todas as Superintendências.

Esta aquisição foi realizada por meio do pregão eletrônico nº 14/2013 com o intuito de aperfeiçoar e expandir o desempenho dos serviços de rede/Internet assegurando a qualidade do sinal, garantindo maior mobilidade para a execução de tarefas no ambiente de escritório, e minimizando a necessidade de pontos físicos, os quais demandam toda uma logística com cabos, switches, etc. O contrato nº MPOG nº 134/2014 foi assinado em 05/01/2015, e os equipamentos estão em fase de instalação nas Superintendências.

- Projetos de Infraestrutura Lógica e Elétrica

No ano de 2015, através do contrato nº 125/2014, a CGTEC realizou a reforma da infraestrutura lógica e elétrica da SPU/AC e a adaptação da nova sede da SPU/TO. Na SPU/AC foi implantado todo o cabeamento horizontal e mais de 86 pontos lógicos e elétricos, representando um



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

investimento de R\$ 110.000,00. Na SPU/TO foi revisada toda a infraestrutura lógica existente, resultando num investimento de R\$ 20.000,00.

Essas ações mitigaram riscos de perda de ativos de rede devido à falhas da infraestrutura elétrica, e ainda otimiza os recursos de transmissão de dados, culminando em maior agilidade no acessos aos sistemas corporativos e serviços essenciais para atendimento ao cidadão.

- Manutenção dos Serviços de Impressão Corporativa

A CGTEC/SPU em parceria com a SAMF/DF realizou em 2015 o pregão eletrônico Nº 22/2015 cujo objetivo foi de manter a continuidade do serviço de impressão corporativa existente em todas as Superintendências e atualmente prestado pela empresa AMC Informática Ltda através do contrato SAMF/SP nº 28/2014.

A vencedora desta licitação foi a empresa Simpress que irá fornecer equipamentos mais modernos, com alta capacidade de impressão e novos recursos como a digitalização em formato pdf pesquisável. Atualmente está contratação já foi realizada e estamos em fase de implantação deste novo contrato.

Reestruturação de Sistemas:

Este segmento aborda todas as ações de TI voltadas novos projetos de evolução dos sistemas existentes na SPU, com foco no projeto estratégico “Reestruturação dos Sistemas existentes”, o SISREI e o Portal de Metadados. A seguir disscorremos sobre os principais avanços galgados em 2015:

- Implantação de mecanismos de aprimoramento do registro e contabilização dos Imóveis de Uso Especial da União no BGU

Este projeto tem como arcabouço as deliberações ocorridas no âmbito do Grupo de Trabalho interministerial, formado por SPU e STN, a fim de tratar questões relacionadas aos mecanismos de integração entre os sistemas SPIUnet e SIAFI, a fim de sanar eventuais falhas no processo de registro dos valores dos imóveis de Uso Especial da União no BGU, em cumprimento às determinações do Acórdão TCU nº 1.274/2013.

Foram promovidos estudos em 2014 pela SPU e STN, onde parte das ações deliberadas pelo GT se dedicou a identificar necessidades de ajustes nos sistemas com vistas a aperfeiçoar os mecanismos de integração e, assim, minimizar falhas na troca de informações entre os sistemas.

Após o mapeamento dos cenários onde se vislumbrou a possibilidade de melhorias, a SPU abriu um projeto de melhoria junto ao SERPRO a ser implementado no SPIUnet em etapas. Ainda em 2014, foi concluída a primeira etapa que consistiu em criar um mecanismo de Log das transações de contabilização com o SIAFI, com acesso a uma consulta específica, que possibilita a identificação de inconsistências em caso de falha de comunicação, ou o retorno das Notas de Lançamento (NL) geradas no SIAFI, em caso de sucesso na contabilização.

A segunda etapa, que consistia na implantação de um mecanismo automático de reenvio de dados ao SIAFI, quando uma transação não fosse concluída com sucesso devido à falha momentânea da comunicação entre os sistemas, foi implementada e disponibilizada em produção, minimizando os casos de não contabilização devido à falha de comunicação. Com essa melhoria as transações pendentes não mais ficam acumuladas no SPIUnet aguardando uma intervenção pontual



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

dos usuários das UG's. O próprio sistema se encarrega de verificar periodicamente se há pendências a serem reenviadas, minimizando dessa forma inconsistências geradas por eventuais esquecimentos dos usuários.

A terceira etapa, prevista para o segundo semestre de 2015 acerca dos ajustes nas tabelas de UG/gestão do SPIUnet e também a da implementação de rotina de conversão automática de moedas estrangeiras para tratar os casos de imóveis (embaixadas, consulados, etc.) localizados fora do Brasil e cuja avaliação se dá em moeda local. Já se constatou que esse cenário tem sido responsável por diversos casos de incompatibilidade de valores entre o SPIUnet e o SIAFI. Com a implementação, o SPIUnet passaria a converter os valores em moeda nacional, semelhantemente ao SIAFI, equiparando os valores registrados entre os sistemas. Este projeto não pôde ser concluído devido à publicação inesperada de duas novas Leis (Lei 13.139/2015 e 13.240/2015), que modificaram vários processos de gestão, a maioria com impacto direto sobre os cidadãos por se tratar de alíquotas de cobrança.

Diante desse cenário, a SPU necessitou priorizar estes tratamentos, o que fez com que a previsão inicial desta etapa de atualização do SPIUnet fosse postergada para o segundo semestre de 2016.

- Desenvolvimento de funcionalidade de Suspensão Especial de Imóveis

Este projeto visa dar maior controle às transações realizadas sobre imóveis da União em áreas maiores que 500 mil m², em atendimento ao §2º do Art. 15 da Portaria N° 259, de 10 de outubro de 2014.

As principais funcionalidades como Concessão de Inscrição de Ocupação, Fracionamento, Unificação, Transferência, etc foram modificadas para demandar uma autorização prévia da Unidade Central da SPU quando se tratar de grandes áreas, e assim assegurar que SPU exerça maior gestão sobre grandes transações, que podem gerar impactos significativos ao patrimônio e aos cidadãos.

- Adequações para atendimento às Leis 13.139/2015 e 13.240/2015

As Leis 13.139/2015 e 13.240/2015 efetuaram diversas modificações em processos de gestão da SPU, afetando grandemente funcionalidades de impacto direto no dia a dia do cidadão. Este projeto visou tratar essas adequações a fim de que o SIAPA permanecesse aderente à nova legislação. Dentre as principais mudanças e tratamentos efetuados, destacamos:

- a) Processamento de remissão de débitos inferiores a 10.000,00
- b) Adequação da funcionalidade de transferência para contemplar apenas o terreno nos cálculos de laudêmio e multa de transferência
- c) Adequação da funcionalidade de manutenção da Inscrição de Ocupação para contemplar a nova data de direito à ocupação
- d) Desenvolvimento de nova funcionalidade de emissão de DARF que agrupa todas as dívidas de um devedor (CPF), aplicando desconto em caso de pagamento
- e) Tratamento das rotinas de arrecadação e alocação de créditos para contemplar os novos cenários de alíquotas e descontos.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

Para 2016 a previsão é que sejam completados os tratamentos mais emergenciais demandados pela Lei, quais sejam: a adequação da funcionalidade de manutenção da Inscrição de Ocupação para contemplar a data de outorga, preconizada pela Portaria Nº 259, de 10 de outubro de 2014, bem como os tratamentos de lançamento de débitos retroativos à data do conhecimento e proporcionalidade dos valores em função da data de outorga (Inscrição de Ocupação) e assinatura do contrato (Aforamento).

Sistema Unificado - Reestruturação SIAPA SARP

Considerado um dos projetos prioritários da SPU, o re-desenvolvimento dos sistemas estruturantes SIAPA/SARP, conseguiu atingir aproximadamente 90% de seu escopo no ano de 2015. O projeto era suportado pelo contrato MPOG nº 85/2012 celebrado com a empresa Polisys Informática – EPP, e o percentual precitado corresponde aos módulos e funcionalidades já construídos até o fechamento do exercício de 2015.

O ano de 2015 foi um ano de bastante produtividade, mas também de algumas mudanças de escopo não programadas no cronograma inicial do sistema, em virtude de alterações nas legislações que regem a SPU. Tais leis provocaram alterações significativas no planejamento necessário à finalização do Projeto, ocasião em que um novo planejamento foi proposto e concluído para o ano de 2015, com a garantia de continuidade do projeto no ano seguinte já com uma nova fábrica de software. Em termos práticos, o quadro a seguir apresenta a situação do projeto ao fim do ano de 2015:

QUADRO Nº 035: SITUAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA UNIFICADO AO FIM DO ANO DE 2015

MÓDULO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
Gestão de Segurança	Compreende toda a gestão de usuários do sistema, seus perfis de acesso e permissões	C
Gestão de Avaliação	Compreende o cadastro e controle das Plantas de Valores Genéricas – PVG para avaliação de terrenos, e dos Custos Unitários Básicos de Construção – CUB para avaliação de edificações.	C
Gestão de Processos Demarcatórios	Compreende o cadastro e controle das informações referentes aos processos de demarcação da SPU (LPM, LMEO, Auto de Demarcação, Terras Interiores)	C
Gestão de Áreas de Interesse da União	Compreende o cadastro e controle das Áreas de Interesse da União, incluindo áreas declaradas como interesse do serviço público	C
Gestão de Processos de Suspensão de Imóveis	Compreende o cadastro e controle dos processos referentes a suspensões judiciais e administrativas de imóveis da União.	C
Gestão de Imóveis – Etapa I	Compreende a manutenção dos terrenos e espaços físicos em águas públicas (espelhos d'água)	C
Gestão de Destinação	Compreende o registro e controle dos instrumentos de destinação de imóveis da União. Abrange os seguintes regimes: Inscrição de Ocupação, Aforamento, Autorização de Uso Sustentável, CDRU, CUEM, Locação, Cessão Onerosa e Alienação.	C
Gestão de Receitas Patrimoniais V1.0	Compreende o lançamento de débitos ordinários (Grande Emissão) e extraordinários, a emissão de DARFs, a arrecadação dos créditos correspondentes, a suspensão administrativa e judicial da Arrecadação e das Cobranças, a avaliação automática dos institutos de decadência, inexigibilidade e prescrição.	C



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

Adequações leis 13.139 e 13.240	Adequações em funcionalidade do sistema que foram afetadas pelo escopo destas duas leis	NI
Gestão de Receitas Patrimoniais V2.0	Compreende o cálculo de laudêmos, emissão de CAT, Transferência de Imóveis e a emissão de certidões diversas.	NI
Relatórios	Compreende a construção de relatórios operacionais diversos.	NI

Legenda: NI - Não iniciado EE - Em especificação EC - Em construção C – Construído, Fonte: CGTEC

É importante ressaltar que o projeto tem passado por diversos incrementos em relação ao seu escopo inicial. Isto se deve ao fato da SPU identificar a necessidade de melhorias significativas aos processos de gestão, às quais vem sendo incorporadas para garantir maior aderência do novo sistema aos processos institucionais e à legislação patrimonial, e tem contando ainda com aperfeiçoamento na gestão em atendimento às recomendações dos órgãos de controle.

Até o fechamento do exercício de 2015 o projeto apontou uma execução financeira da ordem de R\$ 512.382,50. Esse montante abrange a construção dos módulos de Destinação, Cessão Onerosa e Financeiro (Débito, DARF, Crédito e Parcelamento).

Após o encerramento do contrato nº 85/2012 com a empresa Polisyss ao final de 2015, e considerando a negativa desta empresa sobre a sua prorrogação, esta Coordenação solicitou ao Departamento de Tecnologia do Ministério ações para a continuidade do projeto. Tal continuidade foi providenciada por meio do novo contrato MPOG nº 84/2015 com a Basis Tecnologia da Informação S/A. O contrato é gerenciado por aquele Departamento com apoio desta Coordenação Geral. Para 2016 espera-se registrar as OS junto à nova empresa com intuito de finalizar o escopo que possibilite a implantação do projeto.

Gestão da Informação:

Esta seção trata das ações referentes aos projetos de qualificação de dados e provimento de informações para tomada de decisão no âmbito da SPU, a partir das bases de dados dos sistemas institucionais e outras ferramentas de gestão da SPU.

Qualificação da base de Dados do sistema SIAPA

Este projeto ganhou força em 2014 através de parceria com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ e tem como objetivo o desenvolvimento de produto de análise e comparação, e enriquecimento dos dados existentes na base do SIAPA.

Após o mapeamento das necessidades de melhoria da base, definiu-se que a qualificação deve ser aplicada em etapas, conforme cenários específicos. A primeira etapa, iniciada em 2014, visou à análise dos dados nominais de responsáveis por imóveis da União cadastrados na base de dados do SIAPA, em comparação com a base de dados da Receita Federal do Brasil.

Os cenários são tratados em 4 (quatro) releases, quais sejam:

- a) Release 1.1– Qualificação de nomes, a partir do CPF/CNPJ, via acesso online à base da RFB, para os casos em que os responsáveis possuem CPF/CGC cadastrados na base SIAPA;
- b) Release 1.2 – Qualificação (obtenção) de CPF/CNPJ, a partir do nome e outros parâmetros informados, via acesso indireto à base da RFB, para os casos em que o responsável



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

cadastrado na base SIAPA não possui CPF/CNPJ. Esta ação pressupõe a formalização de convênio específico com a RFB para obtenção de uma cópia das bases CPF/CNPJ;

c) Release 2.0 – Qualificação da informação de óbito a partir dos dados existentes na RFB, via acesso online à base da RFB;

d) Release 3.0– Qualificação e enriquecimento dos dados de endereçamento dos imóveis, a partir de comparação com o Diretório Nacional de Endereços, da ECT.

Todas as releases foram finalizadas em 2015 incrementando o nível compatibilidade da base SIAPA com as bases da Receita Federal do Brasil – RFB, no que se refere à base cadastral de responsáveis, e o Diretório Nacional de Endereços – DNE/Correios, no que se refere à base de endereçamento de imóveis do SIAPA. Tais ações de qualificação visam o enriquecimento das informações cadastrais dos imóveis da União de forma a subsidiar sua migração para o novo cadastro unificado, em desenvolvimento no âmbito da SPU.

Especificamente em relação à Release 3.0, esta servirá de base para a modelagem e definição da nova Planta de Valores Genéricos – PVG, que doravante terá seus logradouros vinculados à base dos correios, aumentando sua consistência cadastral e subsidiando a valoração dos imóveis da União.

Painel de Indicadores

As ações no Painel de Indicadores focaram no desenvolvimento e implantação dos indicadores de gestão para apuração e monitoramento das metas referentes à Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU em 2015. Por meio do Painel, foram implementados 6 indicadores, apurados a partir das bases SIAPA, SPIUnet, FIGEST e outras fontes de dados disponibilizadas pelos Departamentos, os quais permitem o acompanhamento mensal das atividades das superintendências, bem como a computação automática dos índices nacionais.

Migração de Dados

Este projeto vem sendo consuzido em parceria com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de PósGraduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ e tem como objetivos o mapeamento das bases de dados dos atuais sistemas legados SIAPA e SARP, com vistas à sua migração para o novo Sistema Unificado. As ações abrangem o levantamento das estruturas de dados e o desenvolvimento de “scripts” que permitirão transportar as informações de uma base para outra, obedecendo às novas regras implementadas pelo novo sistema.

Foram definidas 3 (três) etapas para a condição dos trabalhos de migração sendo:

a) Módulo Cadastro: mapeamento e desenvolvimento das rotinas de migração de todas as tabelas que compõem a base cadastral dos imóveis;

b) Módulo Destinação: mapeamento e desenvolvimento das rotinas de migração de todas as tabelas que compõem o módulo de destinação dos imóveis, e também daquelas referentes à nova Planta de Valores Genéricos – PVG, enriquecida a partir do saneamento da base de endereçamento dos imóveis, a ser promovido com a participação das superintendências.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

c) Módulo de Receitas Patrimoniais: mapeamento e desenvolvimento das rotinas de migração de todas as tabelas que compõem o módulo de gestão de receitas patrimoniais, abrangendo débitos, DARFs, créditos, isenções, carências, notificações, processos DAU, etc, para o novo sistema. A primeira etapa foi concluída em 2015, carregando a base de dados de homologação do novo sistema com a base do sistema original, disponibilizando as informações em ambiente de homologação para validações a fim de identificar eventuais ajustes necessários. As demais etapas encontram-se em execução e também devem ser concluídas até o fim do primeiro semestre de 2016.

A SPU, juntamente com o Ministério do Planejamento, tem buscado estabelecer medidas para evitar a dependência tecnológica no que se refere aos seus projetos de sistemas. As duas principais medidas são:

a) A adoção de padrões modernos e de mercado (linguagens, de programação, frameworks e arquiteturas de referência) para o desenvolvimento de soluções. Esta medida permite a evolução e sustentação dos sistemas por quaisquer empresas de desenvolvimento no mercado, não ficando restrita a um único fornecedor.

b) Adoção de metodologias consolidadas de desenvolvimento (processo unificado e scrum) que permitem a documentação dos fluxos e regras que regem os processos institucionais, bem como das diversas integrações com outros sistemas. Além disso os contratos especificam cláusulas que obrigam às empresas contratadas realizarem a transferência de conhecimento para o Ministério, durante as fases de transição. Dessa forma o conhecimento fica registrado e é mantido na organização, e não nos fornecedores.

6.3.1 Principais sistemas de informações

SIAPA – Sistema Integrado de Administração Patrimonial

- **Objetivo:** É o principal sistema da SPU, responsável por fornecer funcionalidades para gestão dos imóveis dominiais da União (Terrenos de marinha, Acrescidos, Marginais de Rios, Nacionais Interiores, etc)
- **Principais funcionalidades:** As funcionalidades permitem o controle do cadastro dos bens, das destinações vinculadas a esses imóveis, dos responsáveis vinculados a essas destinações e das receitas patrimoniais devidas.
- **Responsável técnico:** Marcelo Lima (CGTEC/SPU)
- **Responsável área de negócio:** Washignton Luke (DECIP/SPU), Eduardo Fonseca (DEDES/SPU), Edmilson Gama (DEREP/SPU)
- **Criticidade para a unidade:** O sistema administra atualmente mais de 90% da totalidade dos imóveis da União cadastrados nas bases da SPU, provendo o controle de cerca de 590 mil imóveis e seus ocupantes. Também gerencia uma arrecadação da casa de 900 milhões (ref.: dez/2015) e disponibiliza serviços importantes aos cidadãos, com destaque para a emissão de certidão para as transferências, emissão de DARF para pagamento de taxas, atualização cadastral, entre outros. Representa o maior valor no âmbito do contrato SERPRO, com cerca de R\$ 4,6 milhões anuais para sua sustentação.

SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

- **Objetivo:** Juntamente com o SIAPA este é um dos mais importantes sistemas da SPU,



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

responsável por fornecer funcionalidades para gestão dos imóveis de Uso Especial da União (Administração Pública Federal Direta e Indireta).

- **Principais funcionalidades:** As funcionalidades permitem o controle do cadastro dos bens, das destinações vinculadas a esses imóveis, das Unidades Gestoras vinculadas a essas destinações, e da contabilização patrimonial no SIAFI.
- **Responsável técnico:** Marcelo Lima (CGTEC/SPU)
- **Responsável área de negócio:** Washington Luke (DECIP/SPU), Eduardo Fonseca (DEDES/SPU), Edmilson Gama (DEREP/SPU)
- **Criticidade para a unidade:** O sistema administra atualmente 7% da totalidade dos imóveis da União cadastrados nas bases da SPU, provendo o controle de cerca de 45 mil imóveis e suas Unidades Gestoras, permitindo o registro e atualização dos imóveis de uso especial da União que alimentam o BGU. No âmbito do contrato SERPRO, representa um investimento de R\$ 170 mil anuais para sua sustentação.

CIF – Controle de Imóveis Funcionais

- **Objetivo:** Responsável por fornecer funcionalidades para gestão dos imóveis funcionais da União destinados à moradia de servidores públicos no Distrito Federal no Distrito Federal (Administração Pública Federal Direta)
- **Principais funcionalidades:** As funcionalidades permitem o controle do cadastro dos imóveis, dos ocupantes e das taxas de ocupação referentes a essas utilizações. Possui integração com o SIGEPE para fins de desconto dos valores em folha de pagamento.
- **Responsável técnico:** Marcelo Lima (CGTEC/SPU)
- **Responsável área de negócio:** Washington Luke (DECIP/SPU), Eduardo Fonseca (DEDES/SPU), Edmilson Gama (DEREP/SPU)
- **Criticidade para a unidade:** O sistema administra apenas os imóveis funcionais em Brasília/DF o que corresponde a menos de 1% da totalidade dos imóveis da União cadastrados nas bases da SPU, provendo o controle de cerca de 500 imóveis e seus ocupantes. No âmbito do contrato SERPRO, representa um investimento de R\$ 135 mil anuais para sua sustentação.

SARP – Sistema de Administração de Receitas Patrimoniais

- **Objetivo:** Responsável por fornecer funcionalidades para gestão dos imóveis oriundos da extinta RFFSA. É responsável por fornecer funcionalidades para gestão financeira dos contratos alienação e permissão de uso (locação).
- **Principais funcionalidades:** As funcionalidades permitem o controle do cadastro dos imóveis, dos ocupantes, dos contratos de permissão de uso e de Alienação, e das receitas patrimoniais a estes relativas.
- **Responsável técnico:** Marcelo Lima (CGTEC/SPU)
- **Responsável área de negócio:** Washington Luke (DECIP/SPU), Eduardo Fonseca (DEDES/SPU), Edmilson Gama (DEREP/SPU)
- **Criticidade para a unidade:** O sistema administra apenas os imóveis da ex-RFFSA com um total de imóveis corresponde a aproximadamente 2% da totalidade dos imóveis da União cadastrados nas bases da SPU, provendo o controle de cerca de 15000 imóveis e seus



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

ocupantes e sua carteira de financeira. Atualmente não possui contrato de sustentação sendo gerido por equipe transitória da Inventariança da RFFSA.

Os sistemas utilizados nesta Superintendência para realização das atividades da área meio são:

- SEI – Sistema Eletrônico de Informação: cadastramento, movimentação e arquivamento de toda documentação que entra na Unidade..
- SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira. No caso desta Superintendência, utilizado para acompanhamento das liberações de recursos realizadas pelo Órgão Central (SPU-MP) a SAMP/RO e Cadastramento de senhas por cadastradora parcial deste SERIN/SPU/RO.
- SIASG - O Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais: sistema informatizado de apoio às atividades operacionais do Sistema de Serviços Gerais – Siasg; utilizado na inclusão de demandas a SAMP/RO.
- COMPRASnet – Sistema utilizado para inclusão das Notas Fiscais emitidas com serviços e aquisições, através de Suprimento de Fundos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF.

Nesta SPU/RO há um funcionário terceirizado pela Central IT para atendimento aos chamados realizados pelo 0800 ou on line. Não há servidores de carreira de TI na força de trabalho. O Serviço de Recursos Internos é o responsável para prestar as informações básicas referentes aos equipamentos e desempenho dos sistemas informatizados a CGTEC/SPU-MP para efeito de controle e planejamento de substituição ou acréscimo dos mesmos, decorrentes do final das garantias e tecnologias defasadas.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

7.0 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU e CGU

QUADRO Nº 036: DELIBERAÇÕES DO TCU/CGU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
04905201730/2015-88	174/2015	9.1	Ofício nº 297/2015-Casa Civil	06/05/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Controladoria Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União -TCU				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendação contidas no Relatório de Auditoria TC 014.375/2014-1, do acórdão nº 174/2015-TCU Plenária -item 9.1; 9.1.1;9.1.2 e 9.1.3				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>9.1.2 -Devido a desatualização do CEP (Código de Endereçamento Postal) de Rondônia na base do SPIUnet, fato que foi objeto de demandas junto ao OC por por diversas vezes, último documento, o Memorando SEI nº 2956/2015-MP, de 09/10/2015. O uso do Sistema continuou suspenso em 2015 para a UG até o mês de novembro, com uso do CEP antigo. Desta forma não teve como cumprir a previsão de realização em 90 dias a atualização das avaliações do imóveis. De novembro a dezembro, foi possível atualizar 19 imóveis que constavam na responsabilidade da UG 201033-SPU/RO, com Regime de Entrega, a rigor da norma, deveriam estar sob a responsabilidade de outras UG's que foram tratados no item 2.0, Sub item 2.2.2, letra “c”, Relatório de Gestão-2015.</p> <p>9.1.3 - Realizar a correção dos valores dos imóveis de uso especial – SPIUNET</p> <p>Idem o item 9.1. sub item 9.1.2., as avaliações dos imóveis farão parte de um novo plano de avaliações, dependendo da aprovação do Plano Nacional de Caracterização proposto pela SPU dentro do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União Nota Técnica Conjunta nº 01/2015 – DTI-SPU/MP de 29 de abril de 2015, em trâmite na Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-024.466/2014-0	7871/2015-TCU	1.9.1;1.9.2; 1.10 e 1.11	Ofício nº 17598/2015/CGU-Regional/RO	29/07/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Controladoria Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União -TCU				
Descrição da determinação/recomendação				



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

1.9.1 - a atualização dos dados cadastrais dos imóveis registrados no SIAPA (bens dominicais) sob a sua jurisdição;

1.9.2 - a regularização documental dos imóveis em seu cadastro que estão sendo administrados por outros órgãos, procedendo seu correto registro no Sistema;

11.1 – Recomendar à Superintendência de Patrimônio da União no Estado de Rondônia que elabore um plano de ação para o fortalecimento do sistema de controle interno com vistas a implementação da avaliação de riscos, do tratamento adequado e tempestivo das informações no âmbito de sua área de atuação, da promoção da participação de todos os agentes da organização (servidores e a alta administração) na construção e monitoramento do sistema de controle.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

1.9.1 - Da existência de 747 inconsistências dos registros de imóveis no sistema SIAPA, 129 foram corrigidos apenas naqueles que o sistema permitiu a correção, trazendo melhoria à qualidade do cadastro, no entanto, as demais restantes, a 618 inconsistências apontadas não podem ser tratadas sem que sejam feitas mudanças no sistema. (Ver TABELA Nº 010: INCONSISTÊNCIAS TRATADAS NO CADASTRO SIAPA, nos anexos e apêndices).

Não houve indicação de outras inconsistências cadastrais para a Unidade, assim, não foi instituída meta para esse indicador de Meta GIAPU-2015.

1.9.2 – Por demanda do OC, Memorando Circular nº 40/2015-SPU sobre as inconsistências de 24 imóveis no SPIUnet, foi elaborado um Plano de atualização no qual foram trabalhados 19 imóveis, com revisão dos dados no cadastro, pela atualização dos valores e data de avaliações, regime de utilização, transferência de UG, cancelamentos, das correções necessárias sobre os mesmos, exceto, o CEP dos endereços.

Dentre os imóveis apenas dois imóveis se enquadraram no regime de Entrega. O imóvel RIP 0003.00560.500-2, foi transferido para a Unidade Gestora responsável, a Agencia Brasileira de Inteligência; e, outro, RIP 0005001275004 teve os dados atualizados no referido regime, porém ainda será transferido para a Unidade Gestora responsável, a Procuradoria Regional do Trabalho – 14a Região, ambas, com regular Termo de Entrega.

Outros 5 imóveis ficaram pendente de resolução, a ser tratada a partir de 2016 por complexidade de ações que dependem de alçadas externas, a médio ou a longo prazo. (Ver TABELA Nº 009: PLANO DE ATUALIZAÇÃO DE IMÓVEIS SOB O REGIME DE ENTREGA - ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DIRETA, nos anexos e apêndices).

Tendo em vista no item 9.4 do Acórdão nº 171/2015-TCU, a Secretaria do Patrimônio da União esclarece sobre o Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União por meio da Diretoria de Tecnologia de Informações/MP, que faz referência à Nota Técnica Conjunta nº 01/2015 – DTI-SPU/MP de 29 de abril de 2015 na qual menciona as possibilidades de sanear os riscos, sendo que um dos objetos é a buscar implementar a avaliação desses riscos, o tratamento e o monitoramento, a partir de sistema inteligente de tecnologia, tendo como dispositivo a unificação dos sistemas SIAPA, SPIUnet, SIF e SARP e, assim, traçar as estratégias e ajustes necessários ao modelo de gestão esperado, segundo as



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

prescrições do Referencial Básico de Governança do TCU.

A reestruturação dos Sistemas de imóveis está dentro do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União – PMGPU, cujo resultado final prospectado é a unificação dos sistemas SIAPA, SPIUnet, CIF e SARP que, além da unificação, a atualização tecnológica é fator diferencial, pois, esta é responsável por garantir condições adequadas para que os sistemas evoluam tempestivamente à medida que surgem necessidades de ajuste dos processos institucionais afetos à gestão do Patrimônio da União, bem como, tenham condições de absorver aperfeiçoamentos já apontados por órgãos de controle.

Dentre as principais medidas propostas pela SPU estão contempladas pelo Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União – PMGPU, a instituição do Conselho de Avaliadores (Portaria nº 204/2014); capacitações em avaliações; o Plano Nacional de Caracterização-PNC; e, os estudo e diagnóstico dos imóveis inservíveis passíveis de alienação, para atender o Acórdão 171/2015-TCU, segundo o Memorando nº 370/2015/CGGES/SPU-MP e e-mail informativo da CGTEC.

As pendências de avaliações dos imóveis próprios nacionais sob a Gestão da SPU-RO, aos ajustes da Instrução Normativa - IN nº 1, de 02/12/2014, deverá aguardar as diretrizes do Plano Nacional de Caracterização-PNC, em fase de aprovação da proposta da SPU, em trâmite na Secretaria Executiva do MPOG (Nota Técnica Conjunta nº 01/DTI-SPU-MP, entre a SPU e a DTI/SE).

Observe-se que a matéria está sob recurso junto à Corte de Contas da União.



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Declaração de integridade das informações sobre do Orçamento Federal Anual e do PPA no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, e todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília – DF, 18 de março de 2016

Patryck Araújo Carvalho

Secretário-Adjunto

Secretaria do Patrimônio da União

CPF: 143 544 748-40



Documento assinado eletronicamente por **PATRYCK ARAUJO CARVALHO, Secretário-Adjunto**, em 21/03/2016, às 15:11.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [<https://seimp.planejamento.gov.br/conferir>], informando o código verificador **1527180** e o código CRC **93B77401**.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

8.0 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

As informações aqui expostas são oriundas do Órgão Central, acerca das questões discorridas no Relatório de Gestão de 2015 que afetam as ações desenvolvidas na prestação dos serviços pela SPU, sobretudo, que serviram de suporte para as práticas e desempenho operacional no decorrer do exercício.

Política de Capacitação

A Secretaria do Patrimônio da União, apresentou através da Coordenadoria-Geral de Administração, as informações sobre Capacitação com a finalidade de atender as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, dispostas no Decreto nº 5.707/2006.

As ações de capacitação foram realizadas por meio de eventos internos, principalmente pela transferência de conhecimentos dos próprios servidores, e por meio de eventos externos, sempre na condição de proporcionar reflexão, interação e aquisição de competência técnica, administrativa e comportamental, conforme quadro abaixo:

Número De Eventos Realizados	Denominação Dos Eventos	Número De Participantes Por Evento
1	A Atividade Imobiliária e o Sistema Registral e Notarial	1
2	Avaliação Socioeconômica De Projetos - Estatística	1
3	Capacitação Em Incorporação De Imóveis	3
4	Capacitação No Sistema Eletrônico De Informações - Sei	52
5	Capacitação Para Avaliação De Qualidade Geométrica De Ortoimagens	2
6	Capacitação Sobre A Legislação Aplicável, Os Procedimentos Para Compra Direta E A Operacionalização Do Sistema De Cpd	1
7	Ciclo De Gestão Do Investimento Público, Turma 2/2015	1
8	Ciclo De Gestão Do Investimento Público, Turma 2/2016	1
9	Ciclo De Gestão Do Investimento Público, Turma 2/2017	1
10	Curso Básico De Capacitação Em Gestão De Documentos	2
11	Curso De Php	1
12	Desenho De Curso: Introdução Ao Modelo Addie	2
13	Gerenciamento De Projetos	1
14	Gestão Da Informação E Documentação - Conceitos Básicos Em Gestão Documental	2
15	Gestão Estratégica De Pessoas E Plano De Carreira	1
16	Gestor De Relacionamento	1
17	Introdução À Gestão De Projetos	1
18	Lei De Arquivo E Seus Principais Elementos: Processo E Documento	95
19	Licença Capacitação - Conclusão Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo - Ppgau	1
20	Licença Capacitação - Curso De Direito Administrativo	1
21	Licença Capacitação - Curso De Gestão De Pessoas	1
22	Licença Capacitação - Curso De Inglês	1



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

23	Licença Capacitação - Curso Gerência De Projetos	1
24	Licença Capacitação - Curso Gestão De Projetos No Setor Público	1
25	Licença Capacitação - Curso Online Gestão Patrimonial De Bens Públicos	1
26	Licença Capacitação - Elaboração Da Tcc - Pós-Graduação Em Auditoria E Perícia Ambiental	1
27	Licença Capacitação - Especialização Em Auditoria, Avaliações E Perícias De Engenharia	1
28	Licença Capacitação - Gestão Patrimonial De Bens Públicos	1
29	Log - Gestão E Fiscalização De Contratos Administrativos - Nível Intermediário	1
30	Oficina Avalia 360°	25
31	Orçamento Público	1
32	Orçamento Público - Conceitos Básicos	1
33	Planejamento De Tecnologia Da Informação	1
34	Reunião De Apoio À Elaboração Do Relatório De Gestão E Processo De Contas 2014	1
35	Seminário Internacional Papel Do Estado No Século Xx: Desafios Para A Gestão Pública	1
36	Treinamento Operacional Sei-Mp Específicos Spu-Df	51
37	Xviii Cobreap - Congresso Brasileiro De Engenharia De Avaliações	9
38	Treinamento Assistido - Sistema Eletrônico Da Informação – Sei-Mp (8 Meses)	664
	Total	934

Reestruturação de sistemas no âmbito da SPU

Neste contexto há informações do Coordenação de Tecnologia-CGTEC da SPU sobre os andamento dos projetos de implementação de melhorias, adiante transcritos:

Os projetos de reestruturação de sistemas no âmbito da SPU são suportados pelo Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União – PMGPU e apoiados pela Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI do Ministério do Planejamento, em alinhamento do Plano Diretor de TI 2014-2016.

Vale ressaltar que o resultado final prospectado pelo Programa é a unificação dos sistemas SIAPA, SPIUnet, CIF e SARP. Além da unificação, a atualização tecnológica é fator diferencial, pois esta é responsável por garantir condições adequadas para que os sistemas evoluam tempestivamente à medida que surgem necessidades de ajuste dos processos institucionais afetos à gestão do Patrimônio da União, bem como tenham condições de absorver aperfeiçoamentos já apontados por órgãos de controle.

O principal foco do projeto é obter um sistema único com condições para evolução, além de implementar várias evoluções já percebidas como necessárias até o momento. Embora o escopo inicialmente previsto já contemple melhorias nos processos institucionais e o atendimento a diversas recomendações dos órgãos de controle, este não abrange todo o universo de evoluções



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

necessárias. Com a evolução proposta no projeto, o sistema terá condições de incorporar estas evoluções ao longo do tempo.

Ressaltamos a importância de investimento num projeto de reestruturação capaz de proporcionar a evolução de plataformas arcaicas para tecnologias mais atuais que já incorporam premissas de escalabilidade e interoperabilidade e tendem a facilitar o processo evolutivo, agregando recursos geoprocessamento, este de fundamental importância para a gestão especializada dos imóveis públicos federais.

Nesse contexto foram conduzidas diversas ações para a contratação de empresas especializadas em desenvolvimento de software, bem como a celebração de parceria com o Exército Brasileiro, que detêm grande expertise no tema de geoprocessamento, a fim de promover a respectiva reestruturação.

Após a avaliação das recomendações apontadas pelo TCU, que envolvem a implementação de diversas melhorias e correções de deficiências nos sistemas SIAPA e SPIUnet, principalmente aquelas sinalizadas no âmbito do Acórdão 171/2015, identificou-se que várias delas já tinham seu atendimento contemplado no escopo do projeto estratégico de reestruturação dos sistemas da SPU (Sistema Unificado), algumas das quais já até implementadas e aguardando apenas a implantação do novo sistema em produção.

Assim, os quesitos ainda não contemplados têm seu atendimento previsto ao longo das próximas etapas do projeto, cuja primeira versão tem conclusão esperada para dezembro/2016. A previsão inicial de que o projeto fosse concluído até Novembro/2015 foi revista em função de riscos já abordados na Nota Técnica Conjunta N° 01/2015 — DTI-SPU-MP, de 29 de abril de 2015, encaminhada ao TCU por meio do Ofício n° 2018/SE-MP, de 30 de abril de 2015, além de recentes modificações na legislação patrimonial oriundas das Leis n° 13.139/2015 e 13.240/2015, as quais trouxeram a necessidade de ajustes estruturais nas funcionalidades já desenvolvidas ou ainda em desenvolvimento.

Além dos riscos previamente reportados, destaca-se a questão da não renovação do contrato de desenvolvimento pela empresa Polisys Informática. Diante deste cenário, e a fim de assegurar a continuidade do projeto estratégico, o Ministério do Planejamento conduziu novo processo licitatório que culminou na contratação da nova empresa de desenvolvimento (Basis Tecnologia) a partir de dezembro de 2015.

Considerando que tais riscos (alterações na legislação e não renovação dos contratos) não eram passíveis de mitigação em curto prazo, estes foram absorvidos e passaram a integrar as premissas do projeto, trazendo reflexo ao cronograma inicialmente previsto. Nesse contexto, a data de entrega da primeira versão do sistema, já atendendo as recomendações em questão, foi reprogramada para dezembro/2016.

A seguir apresentamos os projetos em curso nesta Secretaria com seus respectivos marcos e situação:



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

QUADRO N° : PROJETOS EM CURSO NA SPU-OC

PROJETO	SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	PRAZO
Módulo de Receitas Patrimoniais	Concluído (Em ajuste à legislação)	2015
Módulo de Cadastro de Imóveis Dominiais	Concluído	2014
Módulo de Cadastro Georreferenciado Imóveis Públicos Federais	Em construção	2016
Módulo de Avaliação de Imóveis Dominiais	Concluído	2014
Módulo de Avaliação e Contabilidade de Imóveis Públicos Federais	Em construção	2016
Módulo de Destinação de Imóveis Dominiais	Concluído	2015
Módulo de Destinação de Imóveis Públicos Federais	Em construção	2016
Módulo de Serviços Eletrônicos	Em construção	2016
Módulo de Gestão da Cartografia	Em construção	2017
Módulo de Fiscalização	Não iniciado	2017
Módulo Gerencial	Não iniciado	2017
Migração de Dados	Em construção	2016
Módulo de Controle de Acessos (Módulo de Receitas)	Concluído	2014
Módulo de Controle de Acessos Unificado	Em construção	2016

Mapeamento de Riscos afetos aos sistemas de controle de imóveis

Depreende-se que o mapeamento existente no OC esbarra nas falhas dos sistemas de imóveis existentes, criados sob ótica ultrapassada, comparada às necessidades da atualidade. Em última análise, há necessidade de um único sistema de imóveis que reúna as informações como ferramentas à tomadas de decisão, para depois se instituir um plano de monitoramento de riscos e definir a medidas e as competências para saneá-los.



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

QUADRO Nº 037: MATRIZ DE RISCO SPU/UC

Classe de transações, saldos e divulgações:	Imobiliza do
Auditor: Henrique Ferreira Souza Carneiro, matrícula 10224-5	Data do preenchimento:
Revisor: Patrícia Garone Figueira Falcão, matrícula 5920-0	Data da revisão:
Processo de trabalho:	Conta contábil:
	Valor:
PO = Probabilidade de Ocorrência	B = Baixo
I = Impacto	M = Moderado
RI = Risco Inerente	A = Alto
RDR = Risco de Distorção Relevante	

Afirmação	Nº	Descrição do Risco Inerente	PO	I	Resultado RI (PO x I)	Nº	Descrição das Atividades de Controles	Aval. do controle	REVISÃO SPU MARÇO 2016
Existência / Ocorrência	R1	Risco de imóvel contabilizado no SIAFI e não estar registrado no SPIUnet ou SIAPA	MA	MA	MA	C 1.1	Integração automática entre SPIUnet e SIAFI	M	ok ok Ação da STN para impedir que valores sejam lançados no SIAFI que não sejam oriundos dos sistemas da SPU
						C 1.2	Rotina não formalizada de análise e resolução dos problemas por servidores da SPU e STN		
	R2	Risco de o imóvel registrado no SIAFI não existir	MA	MA	MA	C 2.1			
	R3	Risco de o imóvel registrado no SPIUnet/SIAPA não existir	M	A	A	C 3.1			Não existe mecanismo de controle implantado ou planejado via sistema atualmente. Novo sistema prevê o georreferenciamento de todos os imóveis da União. Risco baixo ou inexistente. Mitigação de Risco por gerenciamento operacional / técnico local.
Integridade	R4	Risco de imóvel de uso especial não ser contabilizado no SIAFI	MA	MA	MA	C 4.1	Condicionamento da formalização da entrega de imóvel adquirido por compra	F	Mantido



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

						ao cadastramento do bem no SPIUnet e informação do RIP (em implantação)		
						C 4.2 Rotina de comparação mensal ente valores contabilizados no Siafi e no Spiunet, com indicação de imóveis divergentes (rotina não formalizada)		Mantido
						C 4.3		
R5	Risco de não registrar no SIAFI um imóvel recebido por doação, permuta, dação em pagamento e reversão	MA	MA	MA		C 5.1 Cruzamento de informações entre dados de imóveis registrados no cartório e os dados do Spiunet	M	Rotina não implementada. Interfaces dos sistemas da SPU e bases externas / cartórios serão possíveis apenas quando da implantação do novo sistema
						C 5.2 Levantamento periódico dos imóveis do órgão		Não existe mecanismo de controle implantado ou planejado via sistema. Mitigação de Risco por gerenciamento operacional / técnico local. Avaliação periódica e continuada dos processos de doação, permuta, dação em pagamento e reversão, comparando com o SPIUnet.
						C 5.3 Obrigatoriedade no SISREI de oferta e destinação de imóveis pré-cadastrados no SPIUnet ou SIAPA		ok
R6	Risco de não registrar no SIAFI um imóvel adquirido ou construído ou adquiridos por sucessão de entidade federal extinta	MA	MA	MA		C 6.1 Obrigatoriedade de informação do RIP no SISREI para oferta e destinação de imóveis a entes públicos e entidades sem fins lucrativos	F	ok
						C 6.2 Levantamento periódico dos imóveis do órgão		Não existe mecanismo de controle implantado ou planejado via sistema. Mitigação de Risco por gerenciamento operacional / técnico local. Avaliação periódica e continuada do rol de processos de imóveis adquirido ou construído ou adquiridos por sucessão de entidade federal extinta, comparando com o SPIUnet.
						C 6.3 Condicionamento da formalização da entrega de imóvel adquirido por compra ao cadastramento do bem no SPIUnet e		ok



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

						informação do RIP (em implantação)		
R7	Risco de não registrar no SIAFI uma alienação, uma doação ou a baixa de imóveis	M	MA	A	C 7.1	Levantamento periódico dos imóveis do órgão	M	Não existe mecanismo de controle implantado ou planejado via sistema. Mitigação de Risco por gerenciamento operacional / técnico local. Avaliação periódica e continuada do rol de processos de alienação, doação ou baixa, comparando com o SPIUnet.
					C 7.2	Rotina de verificação de publicações sobre venda de imóveis		
					C 7.3	Cruzamento dos dados da autorização prévia para alienação de imóveis com os do SPIUnet (desafetação)		Cruzamento de dados entre os SISREI, SIAPA e SPIUnet, com notificação sistemática (por email)
Avaliação e Alocação	R8	MA	MA	MA	C 8.1		I	Gerenciamento técnico local - mitigação de erro operacional / técnico na elaboração da avaliação ou cadastramento do valor no sistema
					C 8.2			
					C 8.3			
R9	Risco de saldo de imóveis no Siafi divergir do Siapa e Spiunet	B	A	M	C 9.1	Restrição Contábil 110 - saldo invertido/indevido em contas de ativo permanente	M	ok
					C 9.2	Integração automática entre SPIUnet e SIAFI		ok
					C 9.3	Rotina não formalizada de comparação mensal entre valores contabilizados no Siafi e no Spiunet, com indicação de imóveis divergentes		ok
R10	Risco de erro de cálculo do valor do bem a ser baixado	M	M	M	C 10.1	Cruzamento de dados entre as publicações de alienações e os dados dos imóveis do spiunet	M	Gerenciamento técnico local - mitigação de erro operacional / técnico na elaboração da avaliação ou cadastramento do valor no sistema
					C 10.2	Cruzamento dos dados da autorização prévia para alienação de imóveis com os do SPIUnet (desafetação)		Gerenciamento técnico local - mitigação de erro operacional / técnico na elaboração da avaliação ou cadastramento do valor no sistema
					C 10.3			
R11	Risco de avaliar incorretamente o valor do bem imóvel	M	A	M	C 11.1	Equação 145 do CONCONTIR (reavaliação)	M	ok



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

	préviamente à alienação				C 11.2	Recálculo periódico dos valores dos imóveis registrados		Gerenciamento técnico local - mitigação de erro operacional / técnico na elaboração da avaliação ou cadastramento do valor no sistema
					C 11.3	Recálculo de dados relativos às reavaliações		ok
					C 11.4	Verificação da conformidade das reavaliações		ok
R12	Risco de não contabilizar depreciação de bens imóveis	B	A	M	C 12.1	Conformidade de registro de gestão em relação à depreciação	F	Monitoramento a rotina de cálculo da depreciação pela SPU e carga pela STN
					C 12.2	Rotina de cálculo e envio mensal da depreciação de todas as utilizações em situação ativa		ok
					C 12.3			
R13	Risco de erro de cálculo da depreciação	B	A	M	C 13.1		I	O cálculo é feito de modo automático por meio de fórmula especificada na Portaria 703/2014
					C 13.2			
					C 13.3			
R14	Risco de utilização de critérios diferentes para depreciar	B	B	B	C 14.1	Existência de ato normativo da SPU/STN contendo definição dos critérios de depreciação de bens imóveis (portaria STN/SPU 703/2014)	S	ok
					C 14.2	Impedimento do lançamento da depreciação diretamente no Siafi		ok
					C 14.3	Centralização do cálculo da depreciação, com adoção de regra/fórmula única		ok
R15	Risco de subavaliação do saldo de depreciação acumulada em razão de exercícios anteriores	A	MA	MA	C 15.1	Regra de cálculo da depreciação com base na última data de avaliação, constante na portaria 703/2014.	M	Em discussão com a STN, posto que na reavaliação de um imóvel a depreciação acumulada até aquele instante é zerada, podendo haver redução na conta acumulada de depreciação em relação ao anterior
					C 15.2			
					C 15.3			
R16	Risco de erro decorrente de inconsistência temporal nas vidas úteis para o cálculo da	A	MA	MA	C 16.1	Conformidade de registro de gestão em relação à depreciação		A vida útil será tabelada no novo sistema em função da tipologia do bem, o que tornará o tratamento homogêneo em toda base.



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

		depreciação				C1 6.2			
						C 16.3			
	R17	Risco de não registrar a reavaliação de bens imóveis	MA	A	MA	C 17.1			Gerenciamento técnico local - mitigação de erro operacional / técnico na elaboração da avaliação ou cadastramento do valor no sistema
						C 17.2			
						C 17.3			
						C 17.4			
	R18	Risco de erro de cálculo da reavaliação e de adoção de critérios incorretos	M	MA	A	C 18.1	Exigência de homologação dos laudos de avaliação contratados externamente		Gerenciamento técnico local - mitigação de erro operacional / técnico na confecção do laudo
						C 18.2			
						C 18.3			
	R19	Risco de não registrar a redução a valor recuperável	MA	M	A	C 19.1			Esta função é do SIAFI
						C 19.2			
						C 19.3			
						C 19.4			
	R20	Risco de erro de cálculo da redução a valor recuperável	A	A	A	C 20.1			Esta função é do SIAFI
Apresentação e Divulgação	R21	Risco de imóveis estarem registrados com valor errado	A	MA	MA	C 21.1	Rotina de verificação de publicações sobre venda de imóveis		Gerenciamento técnico local - mitigação de erro operacional / técnico na elaboração da avaliação ou cadastramento do valor no sistema
						C 21.2			
						C 21.3			
	R22	Risco de imóveis estarem registrados com classificação contábil errada	M	MA	A	C 22.1			Gerenciamento local da qualidade dos cadastros. O novo sistema prevê o georreferenciamento do imóveis e sua visualização sobre imagem do território.
						C 22.2			
						C 22.3			
		Escala de PO					Escala do RC		
		MB - muito baixa	Escala de Impacto				I - Inexistente		
			MB - muito						



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

	baixa	
B - Baixa	B - Baixa	F - Fraco
M - Média	M - Média	M - Mediano
A - Alta	A - Alta	S - Satisfatório
MA - Muito Alta	MA - Muito Alta	F - Forte

9.0 ANEXOS E APÊNDICES

QUADRO Nº003: INDICADORES INSTITUCIONAIS – INDICADORES GIAPU 2015.

Cod	Indicador / Responsável	Peso	Descrição	Meta	Crterios de apuração	Fonte	Unidade de medição
A	Redução de Inconsistência Cadastral DECAP	1	Refere-se à redução das inconsistências no sistema SIAPA	Meta: reduzir a inconsistência cadastral do SIAPA por meio do tratamento de 223 RIPs. Indicador: quantidade de imóveis com redução de inconsistência no campo CPF/CNPJ	Redução de inconsistência no campo CPF/CNPJ dos 20 maiores débitos, por data e UF, que apresentem as seguintes qualificações: (1) Toda utilização ativa do RIP com CPF/CNPJ; (2) Todos os débitos em situação "a cobrar" ou "em cobrança" com CPF/CNPJ	SIAPA	Registro Imobiliário Patrimonial (RIP)
B	Fiscalização DECAP	1	Refere-se à quantidade de fiscalizações realizadas	Meta: realizar 1.982 fiscalizações Indicador: número de fiscalizações realizadas	Quantidade de atos inseridos no FIGEST, por data da fiscalização e UF, com as qualificações: (1) Tipo de ação: "Caracterização - Fiscalização de imóveis"; (2) Tipo de ato: "Fiscalização / Vistoria"; (3) Instrumento: "Relatório"	FIGEST	Relatório de Vistoria
C	Destinação Patrimonial DEDES	2	Refere-se à publicidade dos atos de destinação	Meta: Realizar a publicação de 6.534 atos de destinação patrimoniais Indicador: Quantidade de atos de destinações patrimoniais publicados	Quantidade de atos inseridos no FIGEST, por data de publicação e UF, com as seguintes qualificações: (1) Tipo de ato: "Aforamento Gratuito", "Aforamento Oneroso", "Cessão Gratuita", "Cessão Onerosa", "Concessão de Direito Real de Uso Gratuita", "Concessão de Direito Real de Uso Onerosa", "Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia", "Entrega", "Permissão de uso", "Doação", "Permuta", "Autorização de Uso"; (2) Instrumento: "Contrato", "Portaria", Termo"; (3) Tipo de publicação "Diário Oficial da União"	FIGEST	Portaria, Termo, Contrato.
D	Publicação de Portaria de Declaração de Interesse Público DEDES	1	Refere-se à publicação de portarias de declaração de interesse público de imóveis da união.	Meta: Realizar a publicação de 51 PDISP Indicador: Quantidade de portarias publicadas	Quantidade de atos inseridos no FIGEST, por data de publicação e UF, com as seguintes qualificações: (1) Tipo de ato: "Interesse doserviço público (declaração)", "interesse público (declaração)";	FIGEST	Portaria



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

E	Novo Registro SPIUNET DEINC	3	Refere-se à novo registros de imóveis inseridos no sistema SPIUnet	Meta: Inserir 1.993 novos imóveis no SPIUnet Indicador: Quantidade de novos imóveis inseridos no SPIUnet	Inserção no SPIUnet de novo registro de imóveis, por data de cadastramento e UF, que apresentem as seguintes especificações: (1) situação do imóvel "ativo"; (2) Usuário cadastrador: "somente servidor SPU"; (3) Na contabilização: se Forma de Aquisição igual a "Sucessão" por entidade da APF" peso 1,0; demais formas de aquisição peso 0,5.	SPIUnet	Novo cadastro no SPIUnet
F	Arrecadação patrimonial DEREPE	1	Refere-se aos fatores obtidos com o processo de arrecadação patrimonial	Meta: Arrecadar R\$ 944.174.143,17 em receita patrimoniais. Indicador: Valores arrecadados	Receita arrecada, por data da arrecadação e UF, relativo à: (1) valores no SIAPA; (2) valores no SARP; (3) imóveis funcionais; (4) valores REDARF - Receita Federal; (5) valores DAU - PGFN	SIAPA/ SARP/ REDARF/ PGFN	Valor arrecadado (R\$)
G	Demarcação de LPM e LMEO do Plano Nacional de Caracterização - PNC DECAP	1	Refere-se aos procedimentos da demarcação para dar cumprimento do rito legal que leva à declaração do domínio da união em terrenos de marinha e e terrenos marginais de rios federais.	Meta anual de demarcação LPM/LMEO por UF, conforme cronograma de LPM e LMEO constante no anexo II, páginas 71 e 72 do PNC - Portaria SPU nº 317/2014 LPM: 1.369,00 km LMEO: 7.218,60 km Indicador: Extensão Linear de traçado de LPM ou LMEO	Medida em quilômetros lineares de demarcação apurada por extração do memorial descritivo apresentado no Relatório Final da Demarcação enviado para aprovação do Departamento de Caracterização do Patrimônio;	Departamento de Caracterização do Patrimônio, apurado pela Coordenação-Geral de Identificação do Patrimônio, através de relatório mensal de demarcações enviado à CCGES	Extensão Linear de traçado de LPM ou LMEO;

TABELA Nº001: METAS INSTITUCIONAIS.

Cod. Indicador	Metas SPU/RO												Total	
	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.		
A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	N/A
B	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	5	
C	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12	
D	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3	
E	0	0	0	1	1	0	1	0	1	1	1	0	6	
F	18.564,32	17.979,20	30.767,86	14.381,37	31.024,75	187.436,11	56.479,63	27.834,67	43.174,32	46.425,13	48.680,72	26.969,18	549.717,26	
G	0	0	0	0	0	0	0	40	0	40	0	0	80	

Método de Cálculo da Meta Institucional e da meta de Superação da GIAPU

Índice Geral - Ig



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

$$I_g = \frac{iA + iB + (iC.2) + iD + (iE.3) + iF + iG}{10}$$

Apuração dos indicadores (i) (Para todos os indicadores de A a G)

$i = (\text{soma dos resultados "i" de todas as SPU}) / (\text{soma das metas "i" de todas as SPU})$

ou

$$i = \left(\frac{\sum ir}{\sum im} \right)$$

onde

$i = \{A, B, C, D, E, F\}$

ex.

$$iA = (A_{AC}^{\text{resultados}} + A_{AL}^{\text{resultados}} + A_{AM}^{\text{resultados}} \dots + A_{TO}^{\text{resultados}}) / (A_{AC}^{\text{metas}} + A_{AL}^{\text{metas}} + A_{AM}^{\text{metas}} \dots + A_{TO}^{\text{metas}})$$

Fator de Superação (FS)

$$FS = 1,02$$

Condições para atingimento e superação da meta institucional GIAPU

- 1 A meta institucional da GIAPU será considerada atingida se: $I_g \geq 1$.
- 2 A meta de superação será considerada atingida se $I_g \geq FS$



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

QUADRO Nº 004: SOLICITAÇÕES DE HOMOLOGAÇÕES DE AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS EM 2015

Nº do Processo Sei	Solicitante	Data de conclusão	Localização	Observações	Conclusão
05310.001184/2014-59	Caixa Econômica Federal, GIAHB	30/03/15	Avenida Rio Madeira, Gleba Urbana, fora do perímetro urbano, na cidade de Porto Velho / RO.		Homologação
05310.001184/2014-59	Caixa Econômica Federal, GIAHB	30/03/15	Estrada Areia Branca, Gleba Urbana, dentro do perímetro urbano, na cidade de Porto Velho / RO.		Homologação
05310.200263/2015-21	Secretaria Especial de Saúde Indígena, Distrito Sanitário Especial Indígena Vilhena, em CACOAL	26/06/15	Avenida Castelo Branco nº 16.555, dentro do perímetro urbano, na cidade de Cacoal / RO	A análise se restringe a verificação da compatibilidade da metodologia com os procedimentos técnicos adotados no trabalho, em conformidade com as Normas da ABNT NBR 14653 – Parte 1 e 2, pelo qual a responsabilidade pelo valor arbitrado para o imóvel é exclusiva do avaliador.	Homologação
05310.200694/2015-98	Agência da Receita Federal em Cacoal	21/12/15	Avenida 2 de Junho nº 2093, dentro do perímetro urbano, na cidade de Cacoal / RO		Homologação
25008.000375/2015-15	MINISTERIO DA SAÚDE – Núcleo Estadual em Rondônia	14/04/15	Rua Abuna nº 878, dentro do perímetro urbano da cidade de Porto Velho / RO	Foi utilizado na elaboração do Laudo o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado. No entanto o valor final encontrado esta fora do parâmetros encontrado na Coordenação do COCAP/SPU/RO.	Não homologado
05310.200305/2015-24 e 05310.200373/2015-93	MINISTERIO DA SAÚDE – Núcleo Estadual em Rondônia	23/07/15	Rua Senador Álvaro Maia nº2697 e nº2705, dentro do perímetro urbano de Porto Velho / RO	Foi utilizado na elaboração do Laudo o Método Evolutivo de Dados de Mercado. No entanto o valor final encontrado está fora do parâmetro encontrado na Coordenação do COCAP/SPU/RO	Não homologado
05310.200421/2015-43	Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	04/08/15	Rua Dom Pedro II, nº 1.241, dentro do perímetro urbano de Porto Velho	Foi utilizado na elaboração do Parecer Técnico o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado. No entanto o valor final encontrado está fora do parâmetro encontrado na Coordenação do COCAP/SPU/RO	Não homologado

Fonte: COCAP-RO



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

QUADRO Nº 005: PARECERES TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO REALIZADOS EM 2015

PTA	Tipo	Finalidade	Localização	Interessado	Valor final (R\$)
001/2015	Terreno e Benfeitoria	Aluguel	Alameda Brasília nº 3.285 esquinas com TV Elem, Setor Comercial 03, Quadra F, L 02B – Ariquemes/RO	Receita Federal em Porto Velho	524.464,54
002/2015	Terreno	Incorporação	Acesso pela Rua 3701 – Chácara 01 R2, Setor 37, Quadra 000. Lote 000 – Vilhena/RO	FUNAD	1.919.185,35
003/015	Terreno e Benfeitoria	ALUGUEL	Rua Abunã, nº 878, Setor 03 / Quadra 081 / Lotes 039/049 – Porto Velho/RO	Ministério da Saúde – NERO – SEGAD	987.399,19
004/2015	Terreno e Benfeitoria	Cessão	Estação Ferroviária de Vila Murtinho, Distrito de Vila Murtinho – Nova Mamoré/RO	Prefeitura Municipal de Nova Mamoré	88.184,00
005/2015	Terreno	Atualização	Rua Rui Barbosa, nº 1.768 – Fundos da SPU, S 01, Q 140, L 345 – Porto Velho/RO	Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia – SPU RO	149.915,76
006/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Avenida Carlos Gomes, nº 501, S 01, Q 018, L 195 (205) – Porto Velho/RO	Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia – SPU RO	199.651,95
007/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Avenida Farquar, nº 2.949, S 01, Q 140, L 160 – Porto Velho/RO	Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia – SPU RO	511.655,65
008/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua Princesa Isabel, nº 28 – B. Centro – S 02, Q 006, L 045 – Ouro Preto do Oeste/RO	Prefeitura de Ouro Preto do Oeste	78.008,25
009/2015	Benfeitoria	Atualização	Rua Princesa Isabel, nº 44 – B. Centro – S 02, Q 006, L 060 – Ouro Preto do Oeste/RO	Prefeitura de Ouro Preto do Oeste	81.316,58
010/2015	Benfeitoria	Atualização	Rua Princesa Isabel, nº 60 – B. Centro – S 02, Q 006, L 075 – Ouro Preto do Oeste/RO	Prefeitura de Ouro Preto do Oeste	83.413,08
011/2015	Benfeitoria	Atualização	Rua Princesa Isabel, nº 74 – B. Centro – S 02, Q 006, L 090 – Ouro Preto do Oeste/RO	Prefeitura de Ouro Preto do Oeste	108.469,48
012/2015	Benfeitoria	Atualização	Rua Princesa Isabel, nº 90 – B. Centro – S 02, Q 006, L 105 – Ouro Preto do Oeste/RO	Prefeitura de Ouro Preto do Oeste	80.256,22
013/2015	Benfeitoria	Atualização	Rua Princesa Isabel, nº 280 – B. Centro – S 02, Q 006, L 285 – Ouro Preto do Oeste/RO	Prefeitura de Ouro Preto do Oeste	62.503,37
014/2015	Benfeitoria	Atualização	Rua XV de Novembro, nº 435 – B. Centro – S 02, Q 006, L 345 – Ouro Preto do Oeste/RO	Prefeitura de Ouro Preto do Oeste	63.355,79
015/2015	Benfeitoria	Atualização	Rua XV de Novembro, nº 393 – B. Centro – S 02, Q 006, L 405 – Ouro Preto do Oeste/RO	Prefeitura de Ouro Preto do Oeste	63.355,79
016/2015	Benfeitoria	Atualização	Rua Juscelino Kubitschek, nº 479 – B. Centro – S 02, Q 006, L 425 – Ouro Preto do Oeste/RO	Prefeitura de Ouro Preto do Oeste	81.307,36
017/2015	Benfeitoria	Atualização	Rua Juscelino Kubitschek, nº 461 – B. Centro – S 02, Q 006, L 440 – Ouro Preto do Oeste/RO	Prefeitura de Ouro Preto do Oeste	76.556,83
018/2015	Benfeitoria	Atualização	Rua Juscelino Kubitschek, nº 271 – B. Centro – S 02, Q 006, L 655 – Ouro Preto do Oeste/RO	Prefeitura de Ouro Preto do Oeste	63.604,61
019/2015	Benfeitoria	Atualização	Rua Juscelino Kubitschek, nº 285 – B. Centro – S 02, Q 006, L 640 – Ouro Preto do Oeste/RO	Prefeitura de Ouro Preto do Oeste	72.432,94
020/2015	Benfeitoria	Atualização	Rua Juscelino Kubitschek, nº 301 – B. Centro – S 02, Q 006, L 623 – Ouro Preto do Oeste/RO	Prefeitura de Ouro Preto do Oeste	81.307,36
021/2015	Benfeitoria	Atualização	Rua Juscelino Kubitschek, nº 315 – B. Centro – S 02, Q 006, L 610 – Ouro Preto do Oeste/RO	Prefeitura de Ouro Preto do Oeste	117.588,34
022/2015	Benfeitoria	Atualização	Rua Juscelino Kubitschek, nº 347 – B. Centro – S 02, Q 006, L 555 – Ouro Preto do Oeste/RO	Prefeitura de Ouro Preto do Oeste	123.854,81
023/2015	Terreno	Atualização	Reassentamento Vila Nova Teotônio – Estrada do Teotônio – Área Rural – Porto Velho/RO	SAE – Santo Antônio Energia	70.599,43
024/2015	Terreno e Benfeitoria	Entrega	Av. Marechal Rondon nº 4.056 – Colorado/RO	Tribunal Regional Eleitoral – TRE e Ordem	151.766,45



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

				dos Advogados do Brasil – OAB	
025/2015	Terreno	Atualização	Parque Natural de Municipal de Porto Velho – Área Rural – Porto Velho/RO	Prefeitura do Município de Porto Velho	494.171,29
026/2015	Terreno	Atualização	UNIR – Ampliação da Área do Hospital, Estrada de Santo Antônio, Bairro Militar – Porto Velho/RO	MDEX. B/CMA/2º Gote/5º BEC – UNIR	1.568.181,83
027/2015	Terreno e Benfeitoria	ALUGUEL	Rua Álvaro Maia, 2697 e 2705 – Bairro Liberdade – Porto Velho/RO	M.S. – SESI – DSEI – Porto Velho	292.071,98
028/2015	Terreno e Benfeitoria	ALUGUEL	Av. Castelo Branco 16.555 – Bairro – Cacoal/RO	MIN SAUDE – DSEI Vilhena	1.599.596,09
029/2015	Terreno e Benfeitoria	Cessão	Lote 14D – SFA – BR 364 Em 5,5 – Área Rural de Porto Velho/RO	Igreja N. S. Conceição	127.198,73
030/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Av. Presidente Dutra, 2965 – Centro – Porto Velho/RO	Universidade Federal de Rondônia – UNIR	4.779.375,01
031/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Av. 7 de Setembro, 2701 – Centro – Porto Velho/RO	EBCT – Sede Regional	3.676.115,55
032/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Av. 7 de Setembro 247 – Centro – Porto Velho/RO	Governo do Estado de Rondônia	3.754.186,81
033/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua Aquariquara, Q 07, L 002 – Ariquemes/RO	Tribunal Regional Eleitoral – TRE	1.358.080,25
034/2015	Terreno e Benfeitoria	ALUGUEL	Rua Quintino Bocaiuva nº 3061, Bairro Embratel – Porto Velho/RO	Tribunal Regional Eleitoral – TRE	7.089.815,38
035/2015	Terreno	Avaliação	Bairro Panair – Área do Bairro – Porto Velho/RO	Prefeitura Municipal de Porto Velho	18.681.247,75
036/2015	Terreno e Benfeitoria	Avaliação	Rua D. Pedro II, nº 1241 – Centro – Porto Velho/RO	Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	1.054.595,24
037/2015	Terreno e Benfeitoria	Avaliação	Rua Salgado Filho, nº 3485 – Bairro São João Bosco – Porto Velho/RO	JANETE PEREIRA BOSCO CARVALHO	194.837,65
038/2015	Terreno	Avaliação	Bairro Pedrinhas – Área do Bairro – Porto Velho/RO	Prefeitura Municipal de Porto Velho	6.741.821,05
039/2015	Terreno	Atualização	Rua Alexandre Guimarães c. Rua Felipe Lacuth – Bairro Tancredo Neves	Procuradoria da Fazenda Nacional – PFN	50.840,00
040/2015	Terreno	Avaliação	Bairro Arigolândia – Área do Bairro – Porto Velho/RO	Prefeitura Municipal de Porto Velho	19.297.902,41
041/2015	Terreno	Incorporação	Av. Tancredo Neves, L 07, Q 39, S 05 – Vilhena/RO	Departamento de Polícia Federal – PF	57.008,60
042/2015	Terreno	Incorporação	Av. Tancredo Neves, L 08, Q 39, S 05 – Vilhena/RO	Departamento de Polícia Federal – PF	59.021,60
043/2015	Terreno	Incorporação	Av. Tancredo Neves, L 09, Q 39, S 05 – Vilhena/RO	Departamento de Polícia Federal – PF	59.400,00
044/2015	Terreno	Incorporação	Av. Tancredo Neves, L 10, Q 39, S 05 – Vilhena/RO	Departamento de Polícia Federal – PF	59.400,00
045/2015	Terreno	Incorporação	Av. Tancredo Neves, L 11, Q 39, S 05 – Vilhena/RO	Departamento de Polícia Federal – PF	59.400,00
046/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua Vitória Régia, nº 2104, Setor 4, L 011 e 009, Q 001, S 04 – Ariquemes/RO	SPU – RO – CEPLAC	133.076,78
046A/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua Vitória Régia, nº 2104, Setor 4, L 011, Q 001, S 04 – Ariquemes/RO	SPU – RO – CEPLAC	83.576,78
047/2015	Terreno	Atualização	Rua Vitória Régia, nº 2104, Setor 4, L 009, Q 001, S 04 – Ariquemes/RO	SPU – RO – CEPLAC	49.500,00
047A/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua das Orquídeas, nº 2213, Setor 4, L 024 e 026, Q 001, S 04 – Ariquemes/RO	SPU – RO – CEPLAC	175.570,04



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

047B/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua das Orquídeas, nº 2213, Setor 4, L 024, Q 001, S 04 – Ariquemes/RO	SPU – RO – CEPLAC	126.070,04
048/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua das Orquídeas, nº 2213, Setor 4, L 026, Q 001, S 04 – Ariquemes/RO	SPU – RO – CEPLAC	49.500,00
049/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rodovia RO 01 – Em 13, Zona Rural – Ariquemes	SPU – RO – CEPLAC	4.582.499,48
050/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua Uirapuru, nº 1870, Setor 2, L 017 e 019, Q 001, S 02 – Ariquemes/RO	SPU – RO – CEPLAC	171.054,65
050A/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua Uirapuru, nº 1870, Setor 2, L 017, Q 001, S 02 – Ariquemes/RO	SPU – RO – CEPLAC	122.434,65
051/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua Vitória Régia, nº 2076, Setor 4, L 007, Q 001, S 04 – Ariquemes/RO	SPU – RO – CEPLAC	92.659,04
052/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Alameda Uirapuru, nº 1870, Setor 2, L 017 e 019, Q 001, S 02 – Bloco A – Ariquemes/RO	SPU – RO – CEPLAC	186.561,55
052A/2015	Terreno	Atualização	Alameda Uirapuru, nº 1870, Setor 2, L 019, Q 001, S 02 – Bloco A – Ariquemes/RO	SPU – RO – CEPLAC	48.620,00
053/2015	Terreno	Atualização	Rua Vitória Régia, nº 2090, Setor 4, L 009, Q 001, S 04 – Bloco A – Ariquemes/RO	SPU – RO – CEPLAC	49.500,00
054/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua das Orquídeas, nº 2167, Setor 4, L 020, Q 001, S 04 – Bloco A – Ariquemes/RO	SPU – RO – CEPLAC	83.576,78
056/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua Guanabara nº 3868, Conjunto Santo Antônio, L 019, Q, S 09 – Porto Velho/RO	Procuradoria Regional do Trabalho – PRT – 14ª Região	182.887,91
057/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua Goiás c. Rua Sergipe, L 004, Q 010, S 02 – Jari/RO	Delegacia da Receita Federal	1.026.530,63
058/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua Dom Augusto, 495, Centro, L 001, 002, 003, Q 021, S 02 – Ji-Paraná/RO	Delegacia da Receita Federal	1.242.893,49
058A/2015	Terreno	Atualização	Rua Dom Augusto, 495, Centro, L 001, Q 021, S 02 – Ji-Paraná/RO	Delegacia da Receita Federal	150.000,00
058B/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua Dom Augusto, 495, Centro, L 002, Q 021, S 02 – Ji-Paraná/RO	Delegacia da Receita Federal	792.893,49
058C/2015	Terreno	Atualização	Rua Dom Augusto, 495, Centro, L 003, Q 021, S 02 – Ji-Paraná/RO	Delegacia da Receita Federal	300.000,00
060/2015	Terreno	Atualização	BR 364 s.n.º – Zona Rural – Porto Velho/RO	5º BEC	217.537.088,00
061/2015	Terreno	Atualização	Rua Juscelino Kubitschek – Setor 02, Quadra 06, Lote 178 – Ouro Preto do Oeste/RO	SPU-RO e PM Ouro Preto do Oeste	596.654,00
062/2015	Terreno	Atualização	Rua Juscelino Kubitschek – Setor 02, Quadra 06, Lote 700 – Ouro Preto do Oeste/RO	SPU-RO e PM Ouro Preto do Oeste	114.000,00
063/2015	Terreno	Atualização	BR 364 (saída para Ji-Paraná) - Setor 02, Quadra 228, Lote 999 – Ouro Preto do Oeste/RO	SPU-RO e PM Ouro Preto do Oeste	1.772.383,20
064/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua das Orquídeas, 2185 – Setor 04, Quadra 001, Lote 022 – Ariquemes/RO	SPU – RO – CEPLAC	83.576,78
065/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	TV Belem com Al Brasília, 3285 – Setor 03, Quadra F, Lote 02 B – Ariquemes/RO	Receita Federal	575.890,08
066/2015	Terreno e Benfeitoria	Atualização	Rua Guanabara, 3480, Conjunto Santo Antônio – Setor 09, Quadra 19, Lote 208 – Porto Velho/RO	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Rondônia – SRTE-RO	340.354,76
067/2015	Terreno	Avaliação	Bairro Arigolândia – Área do Bairro – Porto Velho/RO	Prefeitura Municipal de Porto Velho	22.844.314,87
068/2015	Terreno e Benfeitoria	ALUGUEL	Av. 2 de Junho – Bairro Centro – Cacoal/RO	Receita Federal	730.086,08
069/2015	Terreno	Avaliação	Bairro Pedrinhas - Área do Bairro – Porto Velho/RO	Prefeitura Municipal de	6.207.273,24



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

				Porto Velho	
--	--	--	--	-------------	--

Fonte: COCAP-RO

QUADRO N°006: NOTAS TÉCNICAS COCAP REALIZADAS EM 2015

NOTA TÉCNICA N°	n° do PROCESSO SEI DE REFERÊNCIA	ASSUNTO	DATA
001/2015/COCAP/SPU/RO	05310.000524.2012.62	Manifestação sobre transferência por concessão de uso no registro cartorial imóveis de posse do imóvel urbano situado na Rua Pasquale Di Paolo, n° 866, Bairro Pedrinhas, Cidade de Porto Velho/RO, Lote 010, Quadra 011, Setor 008, cadastro 03.08.011.0010.001	09/02/15
002/2015/COCAP/SPU/RO	05310.200060.2015.35	Posicionamento sobre imóvel localizado na Praça da EFMM, na Av. Beira Rio, Lote 08B, Bloco A e Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	20/04/15
003/2015/COCAP/SPU/RO	05310.200046.2015.31	Posicionamento sobre imóvel localizado na Praça do Trem da EFMM, na Av. Beira Rio, Lote 12, Bloco A e Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	20/04/15
004/2015/COCAP/SPU/RO	05310.200052.2015.99	Posicionamento sobre imóvel localizado na Praça do Trem da EFMM, na Av. Beira Rio, Lote 04, Bloco B e Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	20/04/15
005/2015/COCAP/SPU/RO	05310.200044.2015.42	Posicionamento sobre imóvel localizado na Praça do Trem da EFMM, na Av. Beira Rio, Lote 10, Bloco B e Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	20/04/15
006/2015/COCAP/SPU/RO	05310.200051.2015.44	Posicionamento sobre imóvel localizado na Praça do Trem da EFMM, na Av. Beira Rio, Lote 03, Bloco B e Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	20/04/15
007/2015/COCAP/SPU/RO	05310.200053.2015.33	Posicionamento sobre imóvel localizado na Praça do Trem da EFMM, na Av. Beira Rio, Lote 01, Bloco B, Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	20/04/15
008/2015/COCAP/SPU/RO	05310.200054.2015.88	Posicionamento sobre imóvel localizado na Praça do Trem da EFMM, na Av. Beira Rio, Lote 04, 05 e 13A, Bloco A, Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	20/04/15
009/2015/COCAP/SPU/RO	05310.200059.2015.19	Posicionamento sobre imóvel localizado na Praça do Trem da EFMM, na Av. Beira Rio, Lote 06 e 07, Bloco A, Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	22/04/15
010/2015/COCAP/SPU/RO	05310.200061.2015.80	Posicionamento sobre imóvel localizado na Praça do Trem da EFMM, na Av. Beira Rio, Lote 09, Bloco A, Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	22/04/15
011/2015/COCAP/SPU/RO	05310.200064.2015.13	Posicionamento sobre imóvel localizado na Praça do Trem da EFMM, na Av. Beira Rio, Lote 10, Bloco A e Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	22/04/15
012/2015/COCAP/SPU/RO	05310.200065.2015.68	Posicionamento sobre imóveis localizados na Praça do Trem da EFMM, na Av. Beira Rio, Lotes 11 e 13, Bloco A, Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	22/04/15
013/2015/COCAP/SPU/RO	05310.000966.2014.71	Posicionamento sobre imóveis localizados na Praça do Trem da EFMM, na Av. Beira Rio, Lotes 08 e 09, Bloco B, Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	22/04/15
014/2015/COCAP/SPU/RO	05310.000941.2014.77	Posicionamento sobre imóveis localizados na Praça do Trem da EFMM, na Av. Beira Rio, Lotes 02 e 03, Bloco A, Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	23/04/15
015/2015/COCAP/SPU/RO	05310.001043.2014.36	Posicionamento sobre imóvel localizado na Praça do Trem da EFMM, na Av. Beira Rio, Lote 08A, Bloco A, Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	23/04/15
016/2015/COCAP/SPU/RO	05310.000978.2014.03	Posicionamento sobre imóvel localizado na Praça do Trem da EFMM, na	23/04/15



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

		Av. Beira Rio, Lote 02, Bloco B, Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	
017/2015/COCAP/SPU/RO	05310.000942.2014.11	Posicionamento sobre imóvel localizado na Praça do Trem da EFMM, na Av. Beira Rio, Lote 01A e 01B, Bloco A, Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	23/04/15
018/2015/COCAP/SPU/RO	05310.001070.2014.17	Posicionamento sobre imóvel localizado na Praça do Trem da EFMM, na Av. Beira Rio, Lotes 05, 06 e 07, Bloco B, Quadra 072, do Setor 01, na cidade de Guajará Mirim/RO.	23/04/15
2021/2015-MP	05310.000524.2012.62	Manifestação sobre transferência por concessão de uso no registro cartorial imóveis de posse do imóvel urbano situado na Rua Pasquale Di Paolo, nº 866, Bairro Pedrinhas, Cidade de Porto Velho/RO, Lote 010, Quadra 011, Setor 008, cadastro 03.08.011.0010.001.	15/09/15

Fonte: COCAP-RO

QUADRO Nº008: INDICADOR B - FISCALIZAÇÃO E VISTORIAS

Nº Relatório de vistoria/fiscalização	Localização	Objetivo	Data	Finalidade	Executor
001.15	Av. Farquar, nº2455, Bairro Arigolândia - Porto Velho/RO	Vistoria	06/01/15	Verificação de ocupação	Equipe Própria
002.15	Rua Major Amarante, nº 441 - Centro - Porto Velho/RO	Vistoria	06/01/15	Verificação de ocupação	Equipe Própria
003.15	Rua Rui Barbosa, nº 517, Bairro Caiari - Porto Velho/RO	Vistoria	19/01/15	Verificação de ocupação	Equipe Própria
004.15	Rua Euclides Cunha, nº 1898 - Centro - Porto Velho/RO	Vistoria	19/01/15	Verificação de ocupação	Equipe Própria
005.15	Rua Jmary nº 2449 - Pedrinhas - S008.Q020.L130 - Porto Velho/RO	Vistoria	20/03/15	Verificação de ocupação	Equipe Própria
006.15	Estrada da Areia Branca, Km 6,0. Zona Rural – Porto Velho/RO	Fiscalização	08/04/15	Verificação de ocupação	Equipe Própria
007.15	Av. Farquar, 2949 - Porto Velho/RO	Fiscalização	09/04/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
008.15	Rua Rui Barbosa 1768 - Porto Velho/RO	Fiscalização	13/04/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
009.15	EFMM km 25 - Vila Teotônio - Zona Rural – Porto Velho/RO	Fiscalização	22/04/15	Denúncia	Equipe Própria
010.15	Rua Estrada de Ferro Madeira Mamoré - Bairro Baixa da União - Porto Velho/RO	Vistoria	04/05/15	Verificação de ocupação	Equipe Própria
011.15	Av Leopoldo de Matos 1.435, S 02, Q 048 (81), L 024 – Guajará Mirim/RO	Fiscalização	20/05/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
012.15	Av Leopoldo de Matos 1.425, S 02, Q 048 (81), L 023 – Guajará Mirim/Ro	Vistoria	20/05/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
013.15	Av Leopoldo de Matos 1.425, S 02, Q 048 (81), L 022 – Guajará Mirim/Ro	Vistoria	20/05/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
014.15	Av Marechal Rondon nº 4.056, S 08, Q 01A, L 01 B- Colorado/Ro	Vistoria	20/05/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
015.15	Casa Av Farquar c. Rua Pe. Moretti – Porto Velho/RO	Fiscalização	28/05/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
016.15	Estrada do Areia Branca, Km 6,0 - Zona Rural – Porto Velho/Ro	Fiscalização	29/05/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

017.15	João Cezarino da Fonseca ME - Praça da EFMM - Rio Madeira – Porto Velho/Ro	Fiscalização	30/06/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
018.15	Lote 14 D - Área Rural - SFA - BR 364 KM 5,5 – Porto Velho/Ro	Vistoria	30/06/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
019.15	Av. 7 de Setembro, 2701 – Centro – Porto Velho	Vistoria	10/07/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
020.15	Av. Rogério Weber, n° 1013 - Bairro Baixa da União – Porto Velho	Vistoria	14/07/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
021.15	Pátio da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) - Bairro Centro – Porto Velho/RO	Fiscalização	15/07/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
022.15	EFMM - Faixa de Domínio - Zona Rural – Porto Velho/RO	Vistoria	28/07/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
023.15	Rua Salgado Filho n° 3485 - Bairro São João Bosco – Porto Velho/RO	Vistoria	06/08/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
024.15	Estrada 28 de Novembro, Lotes 01 a 06 - Zona Rural – Porto Velho/RO	Vistoria	25/08/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
025.15	Travessa Nicolau Badra n° 286 – Guajará Mirim/RO	Vistoria	18/09/15	Verificação de ocupação	Equipe Própria
026.15	Rua Herbert de Azevedo n°160 – Porto Velho/RO	Vistoria	30/09/15	Verificação de ocupação	Equipe Própria
027.15	Praça Estrada de Ferro Madeira Mamoré – Porto Velho/RO	Vistoria	09/10/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
028.15	Beco Paraíso, n° 90 – Bairro Panair – Porto Velho/RO	Vistoria	21/10/15	Verificação de ocupação	Equipe Própria
029.15	Estrada do Teotônio km05, cruzamento da EFMM – Porto Velho/RO	Vistoria	22/10/15	Fiscalização Preventiva	Equipe Própria
030.15	Estrada do Teotônio – 20 km da BR 364 – margens do Lago da Usina, zona rural de Porto Velho/RO	Vistoria	12/11/15	Verificação de ocupação	Equipe Própria

Fonte: COCAP-RO



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

TABELA Nº 006: VALORES DE ARRECADAÇÃO DE 2015

MESES	ALIENAÇÕES	PERMISSÃO DE USO	CESSÃO DE USO	IND.POSSE OC.ÍLICITA	ALUGUEL	ARRENDAMENTO	FORO	LAUDÊMIO	TAXA DE OCUPAÇÃO	OUTRAS RECEITAS	PARCELA -MENTO	MULTAS	JUROS	TAXA DE OCUPAÇÃO IMÓVEIS FUNCIONAIS	RECEITAS DAU	TOTAL
JANEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	2.572,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.423,00	3.995,31
FEVEREIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	2.760,00	0,00	0,00	0,00	5.790,53	0,00	0,00	1.737,08	274,24	0,00	1.510,00	12.071,85
MARÇO	0,00	0,00	0,00	0,00	1.803,41	0,00	2.430,39	0,00	2.456,02	0,00	0,00	1.465,85	230,29	0,00	5.992,00	14.377,96
ABRIL	0,00	0,00	0,00	0,00	426,94	0,00	26,33	0,00	49.154,28	0,00	0,00	14.338,87	3.125,85	0,00	5.742,00	72.814,27
MAIO	0,00	0,00	0,00	0,00	426,94	0,00	250,86	0,00	29.022,96	0,00	0,00	560,53	191,08	0,00	15.573,97	46.026,34
JUNHO	0,00	0,00	0,00	0,00	758,67	0,00	541,35	0,00	114.710,66	0,00	0,00	1.293,21	321,07	0,00	1.470,00	119.094,96
JULHO	0,00	0,00	0,00	0,00	426,94	0,00	0,00	0,00	37.873,10	0,00	175,01	4.461,00	2.484,61	0,00	6.754,00	52.174,66
AGOSTO	0,00	0,00	0,00	0,00	426,94	0,00	144,84	0,00	23.019,05	0,00	0,00	1.258,60	139,30	0,00	5.671,00	30.659,73
SETEMBRO	0,00	633,73	0,00	0,00	2.544,17	0,00	0,00	0,00	92.373,40	0,00	0,00	10.079,18	1.300,33	0,00	14.238,00	121.168,81
OUTUBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	426,94	0,00	18,02	0,00	12.136,45	0,00	0,00	471,64	245,99	0,00	7.074,00	20.373,04
NOVEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	680,57	0,00	100,97	0,00	24.548,34	0,00	0,00	3.526,02	706,32	0,00	3.266,14	32.828,36
DEZEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,94	0,00	18.448,36	0,00	0,00	1.824,90	456,34	0,00	1.743,00	22.489,54
TOTAL																548.074,83

FONTES : Relatório decendial – SIAPA- Financeiro - Download, Dados consolidados da arrecadação – SIAPA – Financeiro – consulta, Restituição e retificação de DARF fornecida pela RFB, Arrecadação de imóveis funcionais – SIAFI, Receitas oriundas da Dívida Ativa da União (DAU), fornecidas pela RFB.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

TABELA Nº 008: ATUALIZAÇÃO DE IMÓVEIS NO SPIUNET

ORDEM	RIP Imóvel	RIP Utilização	Endereço	NL-SPIU	Data	Valor R\$	Situação
1	0003.00344.500-8	0003.00546.500-6	Rodovia BR 364, Km 5,5 sentido Cuiabá - Porto Velho	800002	07/01/2015	R\$18.117,96	Cancelado unificação de imóvel-fração de área doada p UNIR
2	0003.00344.500-8	0003.00547.500-1	Rodovia BR 364, Km 5,5 sentido Cuiabá - Porto Velho	800003	07/01/2015	R\$18.117,96	Cancelado unificação de imóvel-fração de área doada p UNIR
3	0003.00344.500-8	0003.00548.500-7	Rodovia BR 364, Km 5,5 sentido Cuiabá - Porto Velho	800004	07/01/2015	R\$18.117,96	Cancelado unificação de imóvel-fração de área doada p UNIR
4	0003.00344.500-8	0003.00549.500-2	Rodovia BR 364, Km 5,5 sentido Cuiabá - Porto Velho	800005	07/01/2015	R\$18.117,96	Cancelado unificação de imóvel-fração de área doada p UNIR
5	0003.00667.500-4	0003.00668.500-0	Rodovia BR 364, Km 5,5 sentido Cuiabá - Porto Velho	800006	13/01/2015	555.455,00	Baixa Imóvel SPIU- Erro de cadastramento
6	0003.00344.500-8	0003.00717.500-5	Rodovia BR 364, Km 5,5 sentido Cuiabá - Porto Velho	800007	13/01/2015	160.135,08	Registro de nova utilização - Destinação para outro Órgão (SPA)
7	0003.00559.500-7	0003.00560.500-2	Rua Almirante Barroso, ,1403 – B. Sta. Bárbara - Porto Velho	800014	25/11/2015	627.0031,20	ENTREGA -TRANSFERIDO PARA UG 110120 / 00001 - AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA
8	0007.00113.500-4	0007.00114.500-0	Rua Das Orquídeas, nº 2185 – Lote 22, Qd 01, Bloco A – Bairro Setor 04 – Ariquemes	800015	02/12/2015	5.400,00	Cancelado duplicidade
9	0007.00056.500-5	0007.00020.500-9	Rua Das Orquídeas, nº 2185 – Lote 22, Qd 01, Bloco A – Bairro Setor 04 – Ariquemes	800016	02/12/2015	121.156,78	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de Utilização para VAGO
10	0007.00109.500-2	0007.00110.500-8	Avenida Vitoria Régia, nº 2167 – Lote 20, Qd 01, Bloco A – Ariquemes	800017	21/12/2015	105.163,66	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de Utilização para DISPONIVEL P ALIENAÇÃO
11	0007.00103.500-0	0007.00104.500-5	Rua Vitoria Régia, nº 2120 – Lote 13, Qd 01, Bloco A – Bairro Setor 04 – Ariquemes	800018	21/12/2015	105.163,66	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de Utilização para DISPONIVEL P ALIENAÇÃO
12	0007.00070.500-1	000700022.500-0	Rua Vitoria Régia, nº 2120 – Lote 13, Qd 01, Bloco A – Bairro Setor 04 – Ariquemes	800019	21/12/2015		Cancelado duplicidade
13	0007.00074.500-3	0007.00026.500-1	Rua Uirapuru, nº 1870 – Lote 17, Qd 01 – Bairro Setor 04 – Ariquemes	800020	21/12/2015	207.962,22	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de Utilização para DISPONIVEL P ALIENAÇÃO



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

14	0007.00101.500-9	0007.00102.500-4	Rua Uirapuru, nº 1870 – Lote 19, Qd 01 – Bairro Setor 04 – Ariquemes	800021	22/12/2015		Cancelado duplicidade
15	0007.00105.500-0	0007.00105.500-0	Rua Uirapuru, nº 1870 – Lote 19, Qd 01 – Bairro Setor 04 – Ariquemes	800022	22/12/2015	48.620,00	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de Utilização para DISPONIVEL P ALIENAÇÃO
16	0007.00071.500-7	0007.0023.500-5	Rua Vitória Régia, 2104-Lote 11, Qd. 01, Setor 4-Ariquemes	800023	22/12/2015		Cancelado duplicidade
17	0007.00111.500-3	0007.00112.500-9	Rua Vitoria Régia, nº 2104 – Lote 11, Qd 01, Bloco A – Bairro Setor 04 – Ariquemes	800024	22/12/2015	105.163,66	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de Utilização para DISPONIVEL P ALIENAÇÃO
18	0007.00072.500-2	0007.00024.500-0	Alameda, Vitória Regia, n: 2076, Complemento: Lote:07,Qd:01, bloco: A, Setor: 04, CEP:78932-000, Ariquemes	800025	22/12/2015	36.000,00	Cancelado duplicidade
19	0007.00099.500-0	0007.00100.500-3	Alameda, Vitória Regia, n: 2076, Complemento: Lote:07,Qd01, bloco: A, Setor: 04, CEP:78932-000, Ariquemes	800026	22/12/2015	140.255,00	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de Utilização para DISPONIVEL P ALIENAÇÃO
20	0007.00061.500-2	0007.00021.500-4	Alameda Vitória Régia, 2213, Lote 24, Q.01, Setor 4- Ariquemes	800027	23/12/2015		Cancelado duplicidade
21	0007.00107.500-1	0007.00108.500-7	Rua Das Orquideas, nº 2213 – Lote 24, Qd 01, Bloco A – Bairro Setor 04 – Ariquemes	800028	23/12/2015	134.471,89	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de Utilização para DISPONIVEL P ALIENAÇÃO
22	0007.00069.500-6	0007.00027.500-7	Alameda Vitória Régia, 2090, Lote 09, Q.01, Setor 4- Ariquemes-RO	800029	23/12/2015		Cancelado duplicidade
23	0007.00097.500-9	0007.00098.500-4	Rua Vitoria Régia, nº 2090 – Lote 09, Qd 01 – Bloco A – Bairro Setor 04 – Ariquemes	800030	23/12/2015	49.500,00	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de Utilização para DISPONIVEL P ALIENAÇÃO
24	0007.00068.500-0	0007.00028.500-2	Rua Das Orquideas, nº 2213 – Lote 26, Qd 01 – Bairro Setor 04 – Ariquemes	800031	23/12/2015	49.500,00	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de Utilização para DISPONIVEL P ALIENAÇÃO



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

25	0003.00354.500-2	0003.00472.500-4	Rua Guanabara, nº 3580 – Conjunto Sto Antônio – Bairro Liberdade – Porto Velho	800035	29/12/2015	460.786,28	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de Utilização para EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA
26	0003.00616.500-6	0003.00617.500-1	Avenida Presidente Dutra – Bairro Pedrinhas – Porto Velho	800036	29/12/2015	1.078.632,17	Desvalorização de imóvel – mudança de Regime CESSÃO-PRFEITURAS,ESTAD O e Out - Gratuita (parte da área do Teatro-Gov. de Rondônia)
27	0015.00041.500-4	0015.00011.500-0	Avenida Goiás – Escola Infantil - Jaru	800037	30/12/2015	528.222,96	Mudança de de classificação e do Regime para Cessão Gratuita (Escola-Prefeitura de Jaru) atualizado a avaliação pois o CUB do PTA/2015 é menor que o CUB do PTA/2004
28	0023.00055.500-1	0023.00051.500-0	Rua Marechal Rondon, nº 4056 – Bairro Centro – Colorado do Oeste (sede da OAB)	Alteração cadastral avaliação em vigor		157.623,12	Mudança de regime p Cessão Adm. Fed. Indireta- gratuita p OAB
29	0003.00515.500-7	0003.00516.500-2	Avenida Presidente Dutra, nº 2701 – Bairro Centro – Porto Velho (sede dos Correios)	Alteração cadastral		781.338,48	Atualização do regime para EM REGULARIZAÇÃO-OUTROS e dos dados cadastrais
30	0003.00627.500-6	0003.00628.500-1	Avenida Presidente Dutra – Bairro Pedrinhas – Porto Velho	Alteração cadastral avaliação em vigor		326.822,94	Mudança de Regime CESSÃO-PRFEITURAS,ESTAD O e Out - Gratuita (parte da área do Teatro-Gov. de Rondônia)
31	0005.00080.500-0	0005.00127.500-4	Rua Vilagran Cabrita com Júlio de Castilho - Ji-Paraná	Alteração cadastral avaliação em vigor	27/10/2015		Atualizados os dados cadastrais avaliação em vigor e o Regime para ENTREGA -ADMISTRAÇÃO DIRETA

FONTE: DIREF-RO



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

QUADRO Nº 010: INDICADOR C – DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS (PORTARIA)

PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL	TIPO DE ATO	INSTRUMENTO	PUBLICAÇÃO/D ATA/DOU
05310.001965/2012-81	Elicleide Moreira de Souza e Silva	Lote 09A32 – área de 1,0507ha - Gleba Jacy Paraná-BETEL-P. Velho/RO	Portaria nº 4, de 2 de fevereiro de 2015 - Concessão de Direito Real de Uso Gratuita	Portaria	DOU nº 38, de 26/02/2015, sç 1, fls.73/74
05310.000206/2013-82	Rozana Vaca Paz de Andrade	Lote 09O – área de 1,0124ha - Gleba Jacy Paraná-BETEL- P. Velho/RO	Portaria nº 4, de 2 de fevereiro de 2015 - Concessão de Direito Real de Uso Gratuita	Portaria	DOU nº 38, de 26/02/2015, sç 1, fls.73/74
05310.000122/2013-49	Irene Cardoso Rodrigues	Lote 09A5 – área de 0,9442ha – Gleba Garças-BETEL –P. Velho/RO	Portaria nº 5, de 2 de fevereiro de 2015 - Concessão de Direito Real de Uso Gratuita	Portaria	DOU nº 38, de 26/02/2015, sç 1, fls.74
05310.000128/2013-16	José Marque da Silva	Lote 09A12 – área de 0,5243ha – Gleba Garças-BETEL —P. Velho/RO	Portaria nº 5, de 2 de fevereiro de 2015 - Concessão de Direito Real de Uso Gratuita	Portaria	DOU nº 38, de 26/02/2015, sç 1, fls.74

FONTE: DIREF

QUADRO Nº 011: INDICADOR C – DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS (CONTRATOS)

PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL	TIPO DE ATO	INSTRUMENTO	PUBLICAÇÃO /DATA/DOU
05310.000201/2013-50	Alzira De Santana	Terreno, Área De 1,0534ha, Lote 09g, Gleba Jacy Parana – Betel - P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 002-Fls.170/172	Nº 105, 5 De Junho De 2015, Seção 3, Pág. 123
05310.000216/2013-18	Clicia Uchoa Do Carmo	Terreno Com Área De 1,0552ha, Lote 09j, Gleba Jacy Parana – Betel - P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 002-Fls.152/154	Nº 105, 5 De Junho De 2015, Seção 3, Pág. 123
05310.000101/2013-23	Flora Dos Santos Assef	Terreno, Área De 1,0503ha, Lote 09m, Gleba Jacy Parana – Betel - P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 002-Fls.161/163	Nº 105, 5 De Junho De 2015, Seção 3, Pág. 123
05310.000204/2013-93	Renan Lucas Cordova Rodrigues	Terreno, Área De 1,9180ha, Lote 09a39, Gleba Jacy Parana – Betel - P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 002-Fls.164/166	Nº 105, 5 De Junho De 2015, Seção 3, Pág. 123
05310.000131/2013-30	Lucinete Siqueira De Jesus	Terreno, Área De 1,0412ha, Lote 09a30, Gleba Jacy Parana – Betel - P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 002-Fls.1149/151	Nº 105, 5 De Junho De 2015, Seção 3, Pág. 123
05310.000125/2013-82	Jacob Moreira	Terreno, Área De 1,0246ha, Lote 09t, Gleba Jacy Parana – Betel- P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 002-Fls.167/169	Nº 105, 5 De Junho De 2015, Seção 3, Pág. 123
05310.000166/2013-79	Maria Aparecida Bandeira Rodrigues De Souza	Terreno, Área De 0,9807ha, Lote 09a34, Gleba Jacy Parana – Betel – P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 002-Fls. 155/157	Nº 105, 5 De Junho De 2015, Seção 3, Pág. 123



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

05310.000098/2013-48	Elizete Rabelo Da Silva De Souza	Terreno, Área De 0,9551ha, Lote 09a7, Gleba Garças – Betel – P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 002-Fls.193/195	Nº 106, 8 De Junho De 2015, Seção 3, Pág. 119
05310.000200/2013-13	Alisson Felipe Lima Da Silva	Terreno, Área De 0,0748ha, Lote 09a14, Gleba Garças – Betel – P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 003-Fls.001/003	Nº 106, 8 De Junho De 2015, Seção 3, Pág. 119
05310.000096/2013-59	Ana Chaves Piedade	Terreno, Área De 0,9932ha, Lote 09a21, Gleba Garças – Betel – P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 003-Fls.173/175	Nº 106, 8 De Junho De 2015, Seção 3, Pág. 119
05310.000208/2013-71	Carmina Rita Martins	Terreno, Área De 1,0640ha, Lote 09b, Gleba Garças – Betel – P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 002-Fls.180/182	Nº 106, 8 De Junho De 2015, Seção 3, Pág. 119
05310.000100/2013-89	Francisco Xavier De Sá	Terreno, Área De 0,9032ha, Lote 09a29, Gleba Garças – Betel – P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 002-Fls.146/148	Nº 106, 8 De Junho De 2015, Seção 3, Pág. 119
05310.000165/2013-24	Manuel Alves Dos Santos	Terreno, Área De 0,9061ha, Lote 09a8, Gleba Garças – Betel – P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 002-Fls.196/198	Nº 106, 8 De Junho De 2015, Seção 3, Pág. 119
05310.000183/2013-14	Raimunda Cardoso Rodrigues Braga	Terreno, Área De 1,4528ha, Lote 09a, Gleba Garças – Betel – P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 003-Fls. 004/006.	Nº 106, 8 De Junho De 2015, Seção 3, Pág. 120
05310.000186/2013-40	Raimundo Monteiro Neto	Terreno, Área De 1,0226ha, Lote 09a27, Gleba Garças – Betel – P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 002-Fls. 143/145	Nº 106, 8 De Junho De 2015, Seção 3, Pág. 120
05310.000173/2013-71	Maria Justina Dos Santos Silva	Terreno, Área De 1,0246ha, Lote 09a12, Gleba Jacy Parana – Betel – P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 002-Fls. 186/188.	Nº 216, 12 De Novembro De 2015, Seção 3, Pág. 158
05310.001965/2012-81	Elicleide Moreira De Souza E Silva Lima	Terreno, Área De 1,0507h, Lote 09o, Gleba Jacy Paraná – Betel – P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 003-Fls. 030/032	Nº 216, 12 De Novembro De 2015, Seção 3, Pág. 158
05310.000112/2013-49	Irene Cardoso Rodrigues	Terreno, Área De 0,9442ha, Lote 09a5, Gleba Garças - Betel – P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 003-Fls. 024/026	Nº 216, 12 De Novembro De 2015, Seção 3, Pág. 158
05310.000128/2013-16	José Marques Da Silva	Terreno, Lote 09a12, Área De 0,5243ha, Gleba Garças - Betel – P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 003-Fls. 027/029	Nº 216, 12 De Novembro De 2015, Seção 3, Pág. 158
05310.000206/2013-82	Rozana Vaca Paz De Andrade	Terreno, Área De 1,0124ha, Lote 09a32, Gleba Jacy Paraná - Betel – P. Velho/Ro	Contrato De Concessão De Direito Real De Uso Gratuita	Extrato De Contrato, Livro 003-Fls. 033/035	Nº 216, 12 De Novembro De 2015, Seção 3, Pág. 158



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

FONTE: DIREF

QUADRO Nº 012: APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA E INDIRETA

PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL	TIPO DE ATO	INSTRUMENTO	PUBLICAÇÃO/ DATA/DOU
05310.001481/2013-13	Ministério da Defesa- Exército Brasileiro- 17ª Brigada de Infantaria de Selva	Lote de terra Rural, 38,70ha, nº09, Secção "A" Gleba Pyrineos-Ji- Paraná/RO.	Entrega	Termo de Entrega- Livro 002, 06/12/2013, fls. 138/139	DOU- nº116 de 22/06/2015, Seção 3, pág. 133
05310.001544/2013-31	Ministério da Defesa- Exército Brasileiro- 17ª Brigada de Infantaria de Selva	Lote de terra Rural, Sítio Santo Antonio, 10,0059ha, Gleba Pyrineos-Ji- Paraná/RO.	Entrega	Termo de Entrega- Livro 002, 06/12/2013, fls. 140/142	DOU- nº116 de 22/06/2015, Seção 3, pág. 133
05310.001555/2013-11	Ministério da Defesa- Exército Brasileiro- 17ª Brigada de Infantaria de Selva	Lote de terra Rural, 66,44ha, nº08, Secção "A" Gleba Pyrineos-Ji- Paraná/RO.	Entrega	Termo de Entrega- Livro 002, 06/12/2013, fls. 136/137	DOU- nº116 de 22/06/2015, Seção 3, pág. 133
05310.001557/2014-91	OAB-Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rondônia	Imóvel situado Av. Marechal Rondon, 4056, Centro Colorado D'Oeste- RO, Quadra 01A, Setor B, Lote 01D	Portaria nº 8 de 21/09/2015 - Cessão Gratuita	Portaria	DOU nº 185 de 28/09/2015, Seção 1, pág. 66

FONTE: CODES

QUADRO Nº 013: APOSTILAMENTO DE TERMOS E CONTRATOS

PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL	TIPO DE ATO	INSTRUMENTO	PUBLICAÇÃO/ DATA/DOU
05310.000274/2007-01	Governo do Estado de Rondônia	Imóvel 1º Delegacia de Polícia de Porto Velho, Av. Farquar nº1533, Setor 03, Quadra 71, Lote 420, Porto Velho-RO	Apostilamento de Termo de Transferência	Extrato de Apostilamento Retificação do Contrato de Termo de Transferência	DOU Nº201, 21/10/2015, Seção 3, pág. 114
05310.000282/2007-40	Governo do Estado de Rondônia	Imóvel Tribunal de Justiça, Av. Rogério Weber nº2028, Centro, Setor 03, Quadra 44, Lote 420, Porto Velho-RO	Apostilamento de Termo de Transferência	Extrato de Apostilamento Retificação do Contrato de Termo de Transferência	DOU Nº201, 21/10/2015, Seção 3, pág. 114
05310.000276/2007-92	Governo do Estado de Rondônia	Imóvel Estádio Aluizio Ferreira, na Av. Rui Barbosa nº980, Setor 01, Quadra 065, Lote 640, Porto Velho-RO	Apostilamento de Termo de Transferência	Extrato de Apostilamento Retificação do Contrato de Termo de Transferência	DOU Nº201, 21/10/2015, Seção 3, pág. 114
05310.000280/2007-51	Governo do Estado de Rondônia	Imóvel Conselho Estadual de Educação, na Av. Farquar nº1533, Setor 03, Quadra 71, Porto Velho-RO	Apostilamento de Termo de Transferência	Extrato de Apostilamento Retificação do Contrato de Termo de Transferência	DOU Nº201, 21/10/2015, Seção 3, pág. 114
05310.000283/2007-94	Governo do Estado de Rondônia	Imóvel Fórum Fouad Darwich Zacarias, na Av. Rogério Weber nº1872, Setor 03, Quadra 044, Lote 0184- Centro, Porto Velho-RO	Apostilamento de Termo de Transferência	Extrato de Apostilamento Retificação do Contrato de Termo de Transferência	DOU Nº201, 21/10/2015, Seção 3, pág. 114
05310.000271/2007-60	Governo do Estado de	Imóvel Conselho Estadual de Educação, na Av. Farquar,	Apostilamento de Termo de	Extrato de Apostilamento Retificação do Contrato	DOU Nº203, 23/10/2015,



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

	Rondônia	2749, Bairro Centro, Setor 1, Quadra 118, Lotes de terras nº112, Porto Velho-RO	Transferência	de Termo de Transferência	Seção 3, pág. 158
05310.000278/2007-81	Governo do Estado de Rondônia	Imóvel Jardim de Infância Branca de Neve, na Rua Major Amarante, nº391, Lote 265, Setor 01, Quadra 034, Porto Velho-RO	Apostilamento de Termo de Transferência	Extrato de Apostilamento Retificação do Contrato de Termo de Transferência	DOU Nº203, 23/10/2015, Seção 3, pág. 158
05310.001237/2012-70	Serviço Florestal Brasileiro- Ministério do Meio Ambiente	Imóvel situado Rua Alto Paraíso, s/nº, Bairro Panair-Porto Velho/RO	Apostilamento de Termo de Entrega	Extrato de Apostilamento de Termo de Entrega, lavrado livro 001, fls. 113/114	DOU Nº232, 4/12/2015, Seção 3, pág. 177

FONTE: SEADL

QUADRO Nº 014: RETIFICAÇÃO DE ATOS

PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL	TIPO DE ATO	INSTRUMENTO	PUBLICAÇÃO/DATA/DOU
05310.000098/2013-48	Elizete Rabelo da Silva De Souza	Terreno, área de 0,9551ha, Lote 09A7, Gleba Garças – BETEL	Contrato CDRU	Retificação Extrato de Contrato de CDRU	Dou Nº 106 Seção 3 Data 8/06/2015
05310.000200/2013-13	Alisson Felipe Lima da Silva	Terreno, área de 0,0748ha, Lote 09A14, Gleba Garças – BETEL	Contrato CDRU	Retificação Extrato De Contrato	Dou Nº 106 Seção 3 Data 8/06/2015
05310.000096/2013-59	Ana Chaves Piedade	Terreno, área de 0,9932ha, Lote 09A21, Gleba Garças – BETEL	Contrato CDRU	Retificação Extrato De Contrato	Dou Nº 106 Seção 3 Data 8/06/2015
05310.000208/2013-71	Carmina Rita Martins	Terreno, área de 1,0640ha, Lote 09B, Gleba Garças – BETEL	Contrato CDRU	Retificação Extrato De Contrato	Dou Nº 106 Seção 3 Data 8/06/2015
05310.000100/2013-89	Francisco Xavier de Sá	Terreno, área de 0,9032ha, Lote 09A29, Gleba Garças – BETEL	Contrato CDRU	Retificação Extrato De Contrato	Dou Nº 106 Seção 3 Data 8/06/2015
05310.000165/2013-24	Manuel Alves dos Santos	Terreno, área de 0,9061ha, Lote 09A8, Gleba Garças – BETEL	Contrato CDRU	Retificação Extrato De Contrato	Dou Nº 106 Seção 3 Data 8/06/2015
05310.000183/2013-14	Raimunda Cardoso Rodrigues Braga	Terreno, área de 1,4528ha, Lote 09A, Gleba Garças – BETEL	Contrato CDRU	Retificação Extrato De Contrato	Dou Nº 106 Seção 3 Data 8/06/2015

FONTE: DIREF



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

QUADRO Nº 015: AUTORIZAÇÃO DE OBRA

PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL	TIPO DE ATO	INSTRUMENTO	PUBLICAÇÃO/ DATA/DOU
05310.200119/2015-95	Estado de Rondônia- Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio	Imóvel situado no Distrito de Rio Pardo , área 12.982,98m ²	Portaria nº1 de 22/07/2015	Autorização de Obra	DOU nº 145 de 31/07/2015, Seção 1, pág. 83
05310.200382/2015-84	Município de Porto Velho- Parque Natural Municipal	Imóvel situado Av. Rio Madeira, s/nº, Gleba Aliança, Setor Rural, área 392.0252ha	Autorização de Obra - Portaria nº7 de 24/08/2015	Autorização de Obra	DOU nº 165 de 28/08/2015, Seção 1, pág. 121

FONTE: SEADL

QUADRO Nº016: ESCRITURA DE COMPRA E VENDA

PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL	TIPO DE ATO	INSTRUMENTO	PUBLICAÇÃO/DATA/DOU
05310.001368/213-38	Maria da Conceição Xavier dos Santos Gondim	Avenida Pinheiro Machado, Nº 580, Bairro Caiari	Porto Velho	Extrato De Escritura De Compra E Venda	Dou Nº 10 Seção 3 Data 15/01/2015

FONTE: SEADL

QUADRO Nº 017: DESTINAÇÃO - ADITAMENTO DE CONTRATOS

PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL	TIPO DE ATO	INSTRUMENTO	PUBLICAÇÃO/ DATA/DOU
05044.000155/2002-23	Município de Porto Velho	Imóveis Camelódromo e Feira do Produtor, na Avenida Rogério Weber, Setor 03, Quadra 065, Lotes 175 e 576, bairro Baixa da União, no Município de Porto Velho/RO, com áreas de 7.692,50m ² e 11.527,50m ²	Termo de Aditamento nº 1/2015	Extrato do Termo Aditivo de Cessão gratuita	DOU nº 165 de 28/08/2015, Seção 1, pág. 121

FONTE: CODES-SEADL

QUADRO Nº 018: ANUÊNCIA PARA TRANSFERÊNCIA DE CDRU E INSCRIÇÃO DE OCUPAÇÃO

PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL	TIPO DE ATO	INSTRUMENTO	PUBLICAÇÃO/ DATA/DOU
05310.200050/2015-08	Paulino Palmerio Queiroz	Lote de Terras Urbano nº. 108, Quadra 62, Setor 002, Rua Herbert de Azevedo s/n	CAT-Certidão de Autorização para Transferência CDRU	Certidão	Não exigível
05310.000407/2009-01	Kali Mundim Dias de Jesus	Lote de terras urbano nº 353, Quadra 131, Setor 002 Rua Tabajara, nº 2.631	CAT-Certidão de Autorização para Transferência CDRU	Certidão	Não exigível
05310.001444/2014-96	Aldairton Carlos Iaresk	Porto Maravilha - Terreno Marginal do Rio Madeira, Lote32 da Gleba Maravilha, Proj.Fund.Alto Madeira	Nota Técnica – Inscrição de Ocupação	Nota Técnica	Não exigível

FONTE: SEADL



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

QUADRO Nº 023: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MIN. PLANEJAMENTO EM RO – SAMP/RO						
UG/Gestão: 17346/201062						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Limpeza e Conservação	03761180/0001-12	28.09.2010	27.09.2015	Ensino Fundamental	E
2015	Limpeza e Conservação	03761180/0001-12	28.09.2015	27.09.2020	Ensino Fundamental	P
2012	Vigilância e Segurança	43035146/0001-85	01.10.2012	30.09.2017	Ensino Médio	P
2012	Serviços de Recepção	12336105/0001-03	01/12/2012	30.11.2017	Ensino Médio	P

Fonte: SAMP/RO e SERIN/SPU/RO



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

QUADRO Nº 024: DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	07	07		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	07	07		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	05	05		01
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo	02	02		
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	03	03		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	03	03		01
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		10		02

Fonte: CGADM/SPU/MP

QUADRO Nº 026: EXTRAÇÃO SIAPA

UF	TIPO	DATA		TOTAL
		COM	SEM	
RO	GLEBA RURAL	23	0	23
	GLEBA URBANA	0	1	1
	GLEBA URBANIZADA	11	0	11
	LOTELOTE	200	0	200
	LOTE INDUSTRIAL	10	0	10
	NAO INFORMADO	132	0	132
	TOTAL	376	1	377
	VALOR	R\$ 63.719.789,48		

Fonte: CGTEC-SPU/UC



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

QUADRO Nº 027: EXTRAÇÃO SPIUNET

UF	TIPO	EM PROCESSO DE INCORPORAÇÃO		INCORPORADO		TOTAL	
		COM	SEM	COM	SEM		
RO	Aeródromo				1	1	
	Aeroporto	1		2	2	5	
	Alfândega			1		1	
	Armazém			3		3	
	Autarquia / Fundação			1		1	
	Base			2		2	
	Casa	1		57	2	60	
	Delegacia			6		6	
	Edifício / Prédio	3		67	1	71	
	Escola			3		3	
	Estação	1			2	3	
	Estádio			1		1	
	Fazenda				1	1	
	Galpão			2		2	
	Gleba		1			26	27
	Outros		1		3	3	7
	Parque				1	2	3
	Porto				1	1	2
	Quartel				5	1	6
	Reserva				2	32	34
Residência				43		43	
Terreno		7	12	41	82	142	
VALOR		R\$ 13.084.276.731,72					

Fonte: CGTEC-SPU/UC



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

QUADRO Nº 028: QUALIFICAÇÃO DOS DADOS SIAPA

UF	ATIVO	INATIVO	TOTAL	
RO	377	33	410	
	SIAPA ATIVO COM UTILIZAÇÃO			
	REGIME UTILIZAÇÃO		QUANTIDADE	361
	AFORAMENTO		54	
	CDRU		48	
	OCUPACAO		259	
	SIAPA ATIVO SEM UTILIZAÇÃO			
	16			16
	SIAPA INATIVO POR MOTIVO DE CANCELAMENTO			
	MOTIVO CANCELAMENTO		QUANTIDADE	33
	FRACIONAMENTO TOTAL		3	
	IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL		2	
	MOTIVO DESCONHECIDO MIGRACAO		4	
	AREA DE USO COMUM		2	
DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL		1		
PROPRIO NACIONAL		6		
IMPROPRIO PARA USO		6		
ERRO DE CADASTRAMENTO		9		

Fonte: CGTEC-SPU/UC



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

QUADRO Nº 029: QUALIFICAÇÃO DOS DADOS SPIUNET

UF	SPIUNET INATIVO		TOTAL
	101		101
	SPIUNET INATIVO POR MOTIVO DE CANCELAMENTO		
	MOTIVO CANCELAMENTO	QUANTIDADE	
	Venda	1	101
	Regularização da Base	12	
	Mudança Jurisdição Município	3	
	Erro de Cadastramento	41	
	Transferência de Domínio	2	
	Duplicidade	35	
	Unificação de Imóvel	7	
	SPIUNET ATIVO POR SITUAÇÃO DE INCORPORAÇÃO		
	EM PROCESSO DE INCORPORAÇÃO	INCORPORADO	427
	29	398	
	SPIUNET ATIVO POR REGIME DE UTILIZAÇÃO E SITUAÇÃO DA INCORPORAÇÃO		
	REGIME DE UTILIZAÇÃO	EM PROCESSO DE INCORPORAÇÃO	INCORPORADO
RO	Cessão - Administração Federal Indireta		5
	Cessão - Outros		3
	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos	2	19
	Disponível para Alienação		9
	Doação Sem Encargo	1	1
	Em regularização - Cessão	1	46
	Em regularização - Entrega	4	99
	Em regularização - Outros	9	15
	Entrega - Administração Federal Direta	1	65
	Esbulhado (Invadido)		7
	Imóvel Funcional	1	58
	Irregular - Entrega		18
	Irregular - Outros		47
	Uso em Serviço Público	10	4
	Usufruto Indígena		31
	Vago para uso	1	5

Fonte: CGTEC-SPU/UC



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

QUADRO Nº 030: LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEIS CADASTRADOS NO SIAPA E SPIUNET

UF	SIAPA				TOTAL
	RURAL		URBANO		
RO	24		353		377
	SPIUNET				TOTAL
	EM PROCESSO DE INCORPORAÇÃO		INCORPORADO		
	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	
		4	25	108	290

Fonte: CGTEC-SPU/UC

QUADRO Nº 031: SITUAÇÃO DO IMÓVEIS CADASTRADOS NO SIAPA E SPIUNET

UF	SIAPA – REGISTRADOS EM CARTÓRIO				Total
	COM		SEM		
RO	286		91		377
	SPIUNET – REGISTRADOS EM CARTÓRIO				TOTAL
	EM PROCESSO DE INCORPORAÇÃO		INCORPORADO		
	COM	SEM	COM	SEM	
		22	5	382	15

Fonte: CGTEC-SPU/UC



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

TABELA Nº 009: PLANO DE ATUALIZAÇÃO DE IMÓVEIS SOB O REGIME DE ENTREGA - ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DIRETA

ÍTEM	RIP DA UTILIZAÇÃO	PROCESSO	INTERESSADO	MUNICÍPIO	ATIVIDADE	PRAZO	MEDIDAS ADOTADAS	SITUAÇÃO CONCLUSIVA
1	0003004725004	10283.004510/96-60	DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO	Porto velho	Avaliar; atualizar spiu atualizar respectivo regime de utilização	Dez/2015	Reavaliação do imóvel	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de utilização para em regularização – entrega
2	0003005165002	10283.003412/91-09	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS – ECT/PRESIDENTE DUTRA	Porto velho	Avaliar; atualizar spiu e atualizar respectivo regime de utilização para doação/transferencia de dominio	Dez/2015	Atualização do regime e registro cadastral	Desvalorização de imóvel – mudança de regime cessão-prfeituradas,estado e out - gratuita (parte da área doteatro- gov. de rondonia)
3	0003005605002	05310.001118/2006-79	AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA / RO	Porto velho	Avaliar; atualizar spiu atualizar o regime de utilização; tranferir para a ug da abin	Dez/2015	Transferência de imóvel	Entrega transferido p ug 110120 / 00001 - agencia brasileira de inteligencia
4	0003006285001	05310.001069/2007-55	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO	Porto velho	Avaliar; atualizar spiu regimes de utilização para cessão gratuita	Dez/2015	Mudança de regime	Mudança de regime cessão-prfeituradas,estado e out - gratuita (parte da área doteatro- gov. de rondonia)
5	0005001245008	13227.000260/2001-61	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL	Ji-parana	Avaliar; atualizar spiu o regime de utilização e tranferir para a ug da srte.	Dez/2015		
6	0005001275004	05310.001330/2006-36	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO – 14ª REGIÃO	Ji-parana	Avaliar, atualizar spiu, atualizar o regime de utilização e transferir para a ug da prt – 14ª	Dez/2015	Reavaliação do imóvel	Atualizados os dados cadastrais avaliação em vigor e o regime para entrega -admistração direta
7	0007000275007	10183.002930/00-42	CEPLAC	Ariquemes	Avaliar; atualizar dados no spiu net, atualizar regime para alienação (art. 38/ lei nº11.952/09)	Dez/2015	Cancelado duplicidade	Cancelado duplicidade



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

8	0007000285002	10183.002930/00-42	CEPLAC	Ariquemes	Avaliar; atualizar dados no spiunet, atualizar regime para alienação (art. 38/ lei nº11.952/09)	Dez/2015	Reavaliação do imóvel	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de utilização para disponível p alienação
9	0007000985004	10183.002928/00-09	CEPLAC	Ariquemes	Avaliar; atualizar dados no spiunet, atualizar regime para alienação (art. 38/ lei nº11.952/09)	Dez/2015	Reavaliação do imóvel	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de utilização para disponível p alienação
10	0007001005003	10183.002930/00-42	CEPLAC	Ariquemes	Avaliar; atualizar dados no spiunet, atualizar regime para alienação (art. 38/ lei nº11.952/09)	Dez/2015	Reavaliação do imóvel	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de utilização para disponível p alienação
11	0007001025004	10183.002922/00-14	CEPLAC	Ariquemes	Avaliar; atualizar dados no spiunet, atualizar regime para alienação (art. 38/ lei nº11.952/09)	Dez/2015	Cancelado duplicidade	Cancelado duplicidade
12	0007001045005	10183.002929/00-63	CEPLAC	Ariquemes	Avaliar; atualizar dados no spiunet, atualizar regime para alienação (art. 38/ lei nº11.952/09)	Dez/2015	Reavaliação de imóvel	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de utilização para disponível p alienação
13	0007001065006	10183.002921/00-51	CEPLAC	Ariquemes	Avaliar; atualizar dados no spiunet, atualizar regime para alienação (art. 38/ lei nº11.952/09)	Dez/2015	Reavaliação de imóvel	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de utilização para disponível p alienação
14	0007001085007	10183.002931/00-13	CEPLAC	Ariquemes	Avaliar; atualizar dados no spiunet, atualizar regime para alienação (art. 38/ lei nº11.952/09)	Dez/2015	Reavaliação do imóvel	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de utilização para disponível p alienação
15	0007001105008	10183.002924/00-40	CEPLAC	Ariquemes	Avaliar; atualizar dados no spiunet, atualizar regime para alienação (art. 38/ lei	Dez/2015	Reavaliação de imóvel	Reavaliação de imóvel e mudança do regime de utilização para disponível p alienação



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA**

					nº11.952/09)			
16	0007001125009	10183.002909/00-56	CEPLAC	Ariquemes	Avaliar; atualizar dados no spiunet, atualizar regime para alienação (art. 38/ lei nº11.952/09)	Dez/2015	Reavaliação do imóvel	Cancelado duplicidade
17	0007001145000	10183.002927/00-38	CEPLAC	Ariquemes	Avaliar; atualizar dados no spiunet, atualizar regime para alienação (art. 38/ lei nº11.952/09)	Dez/2015	Cancelado duplicidade	Cancelado duplicidade
18	0015000115000	10183.002917/00-84	CEPLAC/ARMAZEM	Jaru	Avaliar; atualizar spiu regime de utilização para cessão gratuita	Dez/2015	Mudança de classificação, não foi atualizado a avaliação pois o cub do pta/2015 é menor que o cub do pta/2004	Mudança de de classificação e do regime para cessão gratuita (escola-prefeitura de jaru) atualizado a avaliação pois o cub do pta/2015 é menor que o cub do pta/2004
19	0023000515000	10183.002203/99-42	TRE	Colorado	Avaliar; atualizar spiu regime de utilização para cessão gratuita	Dez/2015	Mudança de regime. Doação em regularização sede do cartório eleitoral – colorado d'oeste	Mudança de regime p cessão adm. Fed. Indireta- gratuita p oab

Fonte: DIREF



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

TABELA Nº 010: INCONSISTÊNCIAS TRATADAS NO CADASTRO SIAPA

Item	Rip	Inconsistência tratada no Cadastro de imóvel dominial
01	3010023474	Bairro Do Responsável Ausente
02	3000002199	Benfeitoria Não Cadastrada
03	3000002784	Benfeitoria Não Cadastrada
04	3000003080	Benfeitoria Não Cadastrada
05	3000006186	Benfeitoria Não Cadastrada
06	3010004925	Benfeitoria Não Cadastrada
07	3010021854	Benfeitoria Não Cadastrada
08	3000003080	Data Do Inicio Da Utilização Não Informada
09	1010000575	Responsável Pelo Imóvel Sem Nome Informado
10	3010004330	Responsável Pelo Imóvel Sem Nome Informado
11	3010004410	Responsável Pelo Imóvel Sem Nome Informado
12	3010010496	Responsável Pelo Imóvel Sem Nome Informado
13	3010019108	Responsável Pelo Imóvel Sem Nome Informado
14	3010021935	Responsável Pelo Imóvel Sem Nome Informado
15	3010022583	Responsável Pelo Imóvel Sem Nome Informado
16	1010001032	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
17	1010001113	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Numero Do Responsável
18	1010001385	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
19	1010001547	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
20	1010001628	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
21	1010001890	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
22	1010002004	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Numero Do Responsável
23	1010002195	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
24	1010002438	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
25	1010002519	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
26	1010002608	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
27	1010002780	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
28	1010002861	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
29	1010002942	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
30	1010003086	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
31	1010006167	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
32	1010003248	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
33	1010003329	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
34	1010003400	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
35	1010003590	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
36	1010003752	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
37	1010003833	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
38	1010004481	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
39	1010004562	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
40	1010004805	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
41	1010004805	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
42	1010004996	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
43	1010005100	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
44	1010005372	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
45	1010005453	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
46	1010005534	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
47	1010005615	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
48	3010000342	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
49	3010002710	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
50	3010002809	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
51	3010003600	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
52	3010003953	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
53	3010011034	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
54	3010011972	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
55	3010012430	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
56	3010012600	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
57	3010012863	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

58	3010012944	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
59	3010013088	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
60	3010013401	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
61	3010013673	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
62	3010014130	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
63	3010014211	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
64	3010014300	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
65	3010014300	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
66	3010014645	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
67	3010015021	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
68	3010015102	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
69	3010015374	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
70	3010016346	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
71	3010016427	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
72	3010016699	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
73	3010016852	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
74	3010016930	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
75	3010017318	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
76	3100017741	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
77	3010017822	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
78	3010017903	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
79	3010018047	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
80	3010018128	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
81	3010018390	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
82	3010018551	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
83	3010018802	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
84	3010019280	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
85	3010019523	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
86	3010019604	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
87	3010019876	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
88	3010020978	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
89	3010020610	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
90	3010020963	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
91	3010021005	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
92	3010021420	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
93	3010021773	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
94	3010021874	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
95	3010022079	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
96	3010022150	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
97	3010022400	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
98	3010022664	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
99	3010022745	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
100	3010022907	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
101	3010023040	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
102	3010023121	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
103	3010023202	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
104	3010023393	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
105	3010023474	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
106	3010023555	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
107	3010023636	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
108	3010023717	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
109	3010023806	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
110	3010023989	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
111	3010024101	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
112	3010024284	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
113	3010024365	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
114	3010024446	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
115	3010024527	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
116	3010024608	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
117	3010024799	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RONDÔNIA

118	3010024870	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
119	3010025094	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
120	3010025175	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
121	3010025256	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
122	3010025337	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
123	3010025418	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
124	3010025507	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
125	3010025680	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
126	3010025760	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
127	3010025841	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
128	3010025922	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável
129	3010026066	Tipo De Logradouro, Logradouro Ou Número Do Responsável